



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E
ANTROPOLOGIA

TALITA INGRID DA SILVA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

CONFLITOS SOCIAIS E PARTILHA DE POLÍTICAS PÚBLICAS: A
ATUAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS USUÁRIOS DA RESEX CAETÉ-
TAPERAÇU - BRAGANÇA-PA

Belém
Maio de 2018

TALITA INGRID DA SILVA
CONFLITOS SOCIAIS E PARTILHA DE POLÍTICAS PÚBLICAS: A
ATUAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS USUÁRIOS DA RESEX CAETÉ-
TAPERAÇU - BRAGANÇA-PA

Dissertação apresentada ao Programa de Pos- Graduação em Sociologia e Antropologia – PPGSA do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia e Antropologia, área de concentração em Sociologia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Tânia Guimarães Ribeiro.

Belém
Maio de 2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat mediante os dados fornecidos pelo (a)
autor(a)

S586c Silva, Talita Ingrid
CONFLITOS SOCIAIS E PARTILHA DE POLÍTICAS PÚBLICAS: A ATUAÇÃO DA
ASSOCIAÇÃO DOS USUÁRIOS DA RESEX CAETÉ-TAPERACU - BRAGANÇA-PA / Talita Ingrid
Silva. — 2018
151 f. : il. Color

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA),
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.
Orientação: Profa. Dra. Tânia Guimarães Ribeiro

1. Conflitos sociais e ambientais; Reserva Extrativista Marinha; Associação; Participação;
Amazônia. I. Ribeiro, Tânia Guimarães, *orient.* II. Título

TALITA INGRID DA SILVA
CONFLITOS SOCIAIS E PARTILHA DE POLÍTICAS PÚBLICAS: A
ATUAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS USUÁRIOS DA RESEX CAETÉ-
TAPERAÇU - BRAGANÇA-PA

Banca Examinadora:

Profª Drª Tânia Guimarães Ribeiro – PPGSA / UFPA -Orientadora

Profª Drª Voyner Havena Cañete -PPGSA/ UFPA – Examinadora Interna

Profª Drª Profa. Eugênia Rosa Cabral - PPG-Ciência Política/ UFPA-
Examinadora Externa

Profª Drª Edila Arnaud Ferreira Moura - PPGSA / UFPA -Suplente

Belém
Maio de 2018

AGRADECIMENTOS

E com imersa emoção que venho agradecer as pessoas que contribuíram para tornar esse sonho realidade. Tenho certeza que não contemplarei nessas poucas linhas todas as pessoas que me auxiliaram de alguma maneira ao longo desses dois anos. No entanto, as que aqui cito, foram essenciais para a conclusão de mais essa etapa na minha vida.

Agradeço a toda minha família, em especial: Emília Silva, minha mãe, que me proporcionou todos os meios para a realização dos meus estudos, sempre apoiando e incentivando. Ao meu irmão Thalysen Silva, pelas conversas de conforto. Ao meu padrasto Antônio Wanzeller, pelo apoio e atenção. As minhas tias, em especial Andreza Silva que está sempre disposta a me ouvir e consolar. Ao meu amado filho Roldan Amorim, pelo amor que proporciona e me revigora, enchendo minha vida de alegria nos momentos mais difíceis dessa caminhada. À Magno Amorim, meu companheiro, pelo amor e apoio durante todo o percurso do curso, e ainda pela total dedicação de pai, nas minhas muitas ausências em detrimento das atividades do Mestrado.

A professora Tânia Ribeiro pela orientação na dissertação, e ainda pelo companheirismo e compreensão nos momentos mais tensos desses dois anos. Sou grata por sua atenção e confiança durante toda a realização do Curso.

Aos integrantes do grupo de pesquisa Ação Pública Território e Ambiente (ACTA), pelas discussões e aprendizados.

Os professores Heribert Schmitz, Voyner Havena e Edila Moura que colaboraram na avaliação do projeto de pesquisa.

As professoras Eugênia Cabral e Voyner Havena por aceitarem o convite para banca de defesa.

Aos professores do PPGSA-UFPA pela dedicação em ensinar. Aos técnicos do PPGSA, Edileuza, Rôsangela e Paulo (In memoriam) pela pronta atenção e pelos momentos de descontração.

Ao PPGSA-UFPA pela oportunidade de crescimento profissional e

incentivo financeiro por meio da bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Aos colegas e amigos da turma de mestrado 2016, pelo prazer em dividir e compartilhar conhecimento, em particular as minhas amigas de curso Suelen Reis e Nayara Videira, companheiras nas rotinas de estudos e nos momentos de angústia. Obrigada por me confortarem.

A querida amiga Érica Lopes pela amizade fraterna e os conselhos de perseverança. A amiga Thabata Farias pelos momentos de apoio. A Glaucy Learte pelo suporte durante a pesquisa de campo e pela doce amizade. A Sandra Palheta pelo apoio e conforto na reta final dessa dissertação.

Aos meus companheiros de campo, Débora Alves e Victor Souza, pela companhia e suporte na realização desta dissertação.

Aos Usuários da Resex, pelo acolhimento e atenção nas pesquisas de campo.

Mãe que horas você volta da Universidade? No fim da tarde meu filho. Hum, todo dia é assim, fico muito triste com você. Para você Roldan, meu pequeno leitor.

RESUMO

Esta dissertação analisou a atuação da ASSUREMACATA diante dos conflitos sociais relacionados à partilha das políticas públicas direcionadas à Reversa Extrativista Marinha Caeté Taperaçu, mais especificamente a duas políticas: os créditos derivados do II Programa Nacional da Reformaria Agraria (II PNRA) e o Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde (PBV). Essas políticas visavam atender às demandas das populações tradicionais usuárias das Reservas Extrativistas, criadas no Nordeste Paraense a partir da década de 2000. A emergência das UCs foi impulsionada pela participação e mobilização de diversos atores sociais locais, bem como pelos acordos e alianças das organizações sociais civis e instituições estatais (RIBEIRO, 2016; MANESCHY, 2010; SILVA JR, 2013), resultando em grande reordenamento territorial. A pesquisa qualitativa foi realizada na Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, localizada no município de Bragança, no Estado do Pará e constituiu-se de entrevistas semiestruturadas com os presidentes e associados da ASSUREMACATA; acompanhamento de reuniões do Conselho Deliberativo (CD) e análise de documentos que amparam a gestão partilhada da Resex, o Plano de Manejo e atas do CD. Partimos do debate teórico sobre conflito social (SIMMEL, 1983); conflito socioambiental (ACSELRAD, 2010; 2014); (ZHOURI & LASCHEFSK, 2010); (LEITE LOPES, 2006). A contextualização social e política de criação das Unidades de Conservação no Brasil, especificamente as Reservas Extrativistas, e da atuação do movimento social de criação dessa política pública (ALEGRETTI (1994; 2008); (DIEGUES (2001); (ALMEIDA (2004), foi fundamental para compreender as influências macros e externas dos conflitos socioambientais na Amazônia e na UC em tela. A Associação, na defesa dos interesses das populações tradicionais, interage com diferentes atores e organizações, locais, regionais, nacionais e internacionais, que possuem diversas perspectivas na produção do território. É um ponto de vista privilegiado para as várias dimensões dos conflitos em torno da partilha das políticas públicas dentro da Resex. A partilha, colocando em confronto os representantes das populações tradicionais, de um lado, e atores sociais locais e extra-locais das instituições políticas (Executivo e legislativo) repercute no acesso aos direitos sociais. Concluímos que os conflitos em torno da partilha das políticas públicas do PNRA e do PBV, perpassam pela priorização de interesses individuais em detrimento das questões ambiental e social que envolvem a construção coletiva do território das populações tradicionais, acirrando disputas individuais e partidárias; entre comunitários e a gestão local; entre Associação e ICMBio; entre instituições oficiais. Assim os conflitos apresentam diferentes dimensões que se ramificam nas fases de seleção, cadastramento dos usuários e na distribuição das políticas; pelos recursos insuficientes; por critérios pouco claros para escolha dos recebedores dos benefícios (as condicionalidades); pela, prevalência das relações familiares e de amizades e até de favorecimentos políticos.

Palavras chaves: Conflitos sociais e ambientais; Reserva Extrativista Marinha; Associação; Participação; Amazônia.

ABSTRAT

This dissertation analyzed the actions of ASSUREMACATA in the face of the social conflicts related to the sharing of the public policies directed to the Reversal Extractivist Navy Caeté Taperaçu, specifically to two policies: credits derived from the II National Program of Agrarian Reform (II PNRA) and the Support Program to Environmental Conservation Green Bag (PBV). These policies were aimed at meeting the demands of the traditional populations using the Extractive Reserves, created in the Northeast of Paraense from the 2000s. The emergence of PAs was driven by the participation and mobilization of various local social actors, as well as by the agreements and alliances of social organizations civil and state institutions (RIBEIRO, 2016, MANESCHY, 2010; SILVA JR, 2013), resulting in great territorial reordering. The qualitative research was carried out at the Caeté-Taperaçu Marine Extractivist Reserve, located in the city of Bragança, in the State of Pará, and it consisted of semi-structured interviews with the presidents and associates of ASSUREMACATA; follow-up meetings of the Deliberative Council (CD) and analysis of documents that support the shared management of Resex, the Management Plan and CD minutes. We start from the theoretical debate on social conflict (SIMMEL, 1983); socio-environmental conflict (ACSELRAD, 2010, 2014); (ZHOURI & LASCHEFSK, 2010); (Leite Lopes, 2006). The social and political contextualization of the Conservation Units in Brazil, specifically the Extractive Reserves, and the work of the social movement to create this public policy (ALEGRETTI (1994, 2008)) (ALMEIDA, 2004) was fundamental to understand the macro and external influences of social and environmental conflicts in the Amazon and in the on-screen CU. The Association, in defense of the interests of traditional populations, interacts with different actors and organizations, local, regional, national and international, who have diverse perspectives in the production of the territory. It is a privileged point of view for the various dimensions of the conflicts around the sharing of public policies within Resex. Sharing, confronting representatives of traditional populations on the one hand, and local and extra-local social actors of political institutions (executive and legislative) has repercussions on access to social rights. We conclude that the conflicts around the sharing of public policies of the PNRA and the PBV are based on the prioritization of individual interests in the face of environmental and social issues that involve the collective construction of the territory of the traditional populations, stirring up individual and partisan disputes; between community and local management; between Association and ICMBio; between official institutions. Thus the conflicts have different dimensions that are branched out in the phases of selection, registration of users and in the distribution of policies; insufficient resources; by unclear criteria for choosing recipients of benefits (conditionalities); by the prevalence of family relationships and friendships and even political favors.

Keywords: Social and environmental conflicts; Marine Extractive Reserve; Association; Participation; Amazon.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa de localização da Resex Marinha Caeté-Taperaçu	21
Figura 2 – Mapa de localização das comunidades da Resex, com destaque para as comunidades do Treme Castelo	48
Figure 3 – Mulheresnacatãção	50
Figure 4 – Rua asfaltada na comunidade do Treme.....	51
Figure 5 – Resíduos de caranguejo despejados na mata	52
Figure 6 – Porto da comunidade do Castelo	54
Figura 7 – Rua principal de acesso ao porto da comunidade do Castelo	55
Figura 8 – Crianças se divertindo na maré na comunidadedo Castelo	56
Figura 9 – Condicionalidades e operacionalização do PBV.....	101
Figura 10 – Sede da ASSUREMACATA.....	104
Figura 11 – Chapa Esperança com vereadores e assessores de Deputados estudais.....	116
Figura 12 – Sócios da ASSUREMACATA no dia da eleição na sede da Associação	116
Figura 13 – Moradora da comunidadedoTreme	124
Figura 14 – Eletrodomésticos adquiridos com o crédito apoio	125

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Período e local de realização do trabalho de campo	35
Quadro 2. Tipologia de conflitos frequentes envolvendo a ASSUREMACATA.....	43
Quadro 3. Comunidades, Polos e Comitês da Resex Caeté-Taperaçu	46
Quadro 4. Perfil dos entrevistados.....	57
Quadro 5. Reservas Extrativistas Marinhas no Estado do Pará	74
Quadro 6. Reservas Extrativistas no bioma Amazônia no Estado do Pará.....	84
Quadro 7. Composição dos instrumentos de gestão da Resex Caeté-Taperaçu.....	87
Quadro 8. Composição do Conselho Deliberativo da Resex Caeté-Taperaçu. 81	
Quadro 9, Programas e créditos previstos pelo I PNRA	96
Quadro 10. Créditos e objetivos do IIPNRA.....	98
Quadro 11. Estrutura administrativa da ASSUREMACATA	103

LISTA DE SIGLAS

AC – Acre

ASSUREMACATA – Associação de Usuários e Moradores da Reserva Extrativista Mairnha Caeté-Taperaçu

CCDRU – Contrato de Concessões de Direito

Real de Uso

CD – Conselho Deliberativo

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CNPT – Centro de Populações Tradicionais e Desenvolvimento Sustentável

Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CONFREM – Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e

Reforma Agrária

MADAM – Manejo em Áreas de Manguezais

MDA – Ministério de Desenvolvimento

Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento

Social

MOPEPA – Movimento dos

Pescadores do Pará

MMA – Ministério do Meio Ambiente

NCADR – Núcleo de Ciências Agrárias e

Desenvolvimento Rural

NUMA – Núcleo de Meio Ambiente

ONG – Organização Não

Governmental

PA – Projeto de Assentamento

PBV – Programa

Bolsa Verde

PIB – Produto

Interno Bruto

PM – Plano de

Manejo

PNRA – Programa Nacional de Reforma Agraria

PNUD – Programa das Nações Unidas para o

Desenvolvimento

PPGAA – Programa de Pós-Graduação em Agriculturas
Amazônicas

PPGBA – Programa de Pós-
Graduação em Biologia Ambiental

PPGCS – Programa de Pós-Graduação em Ciências

PPGDSTU – Programa de Pós Graduação em
Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido

PPGEDAM – Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos
Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia

PPGEO – Programa de Pós-Graduação em Geografia

PPGLSA – Programa de Pós-Graduação em Linguagens e
Saberes na Amazônia

PPGSA – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e
Antropologia Sociais

PRONAF – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PU – Plano de Utilização

RB – Registro de Beneficiários

REMCT - Reversa Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu

RESEX – Reserva Extrativista

SNUC – Sistema Nacional de Unidade de
Conservação

SUPRA – Superintendência de Reforma
Agrária

UC – Unidade de Conservação

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	17
1.1 Percurso Metodológico e Instrumentos de Pesquisa.....	26
1.1.1 Pesquisa qualitativa.....	26
1.1.2 Etapas da pesquisa.....	28
1.1.3 Realização da pesquisa de campo.....	34
1.2 Estrutura da Dissertação.....	36
2. CAPÍTULO II – UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E CONFLITOS	
SOCIOAMBIENTAIS.....	38
2.1 Duas Comunidades da Resex de Caeté-Tapeaçu.....	45
2.1.1 Comunidade do Treme.....	49
2.1.2 Comunidade do Castelo.....	53
2.2 Os Atores sociais da Pesquisa.....	56
3. CAPÍTULO III – A RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA CAETÉ-TAPERAÇU.....	63
3.1 O Município de Bragança.....	63
3.2 O Surgimento das Reservas Extrativistas a partir da Ambientalização dos Conflitos Sociais.....	66
3.3. A Institucionalização da Resex Caeté-Tapeaçu- Antecedentes, Implantação e Gestão.....	75
3.4 Caracterização dos Instrumentos de Gestão da Resex.....	85
4. CAPÍTULO IV – A ATUAÇÃO DA ASSUREMACATA DIANTE DOS CONFLITOS EM TORNO DO ACESSO AS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	92

4.1 PNRA – Programa Nacional Reforma Agrária – A Casa, o Trabalho e o Bem Estar.....	94
4.2 O Programa Bolsa Verde.....	99
4.3 Caracterização das Gestões da ASSUREMACATA e suas influencias diante dos conflitos relacionados à partilha das políticas analisadas.....	102
4.3.1 Primeira gestão – A chegada das políticas públicas e a origem dos conflitos.....	106
4.3.2 Segunda gestão de 2009 a 2013 – Nova etapa da chegada dos recursos e outros conflitos.....	111
4.3.3 Terceira gestão de 2013- 2015; 2015-2017; 2017 até o momento – Declínio na captação dos recursos e ampliação dos conflitos.....	115
4.4 Percepções dos agentes sociais sobre a atuação da ASSUREMACATA nos conflitos em torno da partilha das políticas públicas – um contraponto.....	119
5. CONCLUSÃO.....	128
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	132
7. APÊNDICE.....	144

1. INTRODUÇÃO

Esta dissertação analisa a atuação da Associação dos Usuários da Resex Marinha Caeté-Taperaçu (ASSUREMACATA) diante dos conflitos socioambientais relacionados à partilha dos direitos sociais oriundos das políticas direcionadas à Reversa Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu (REMCT, Bragança-Pa), mais especificamente a duas políticas: Programa Nacional da Reforma Agrária (Habitação e Créditos de Apoio) e o Programa Bolsa Verde.

A questão que motivou esta pesquisa surgiu dos frequentes relatos dos usuários da Resex, em torno dos conflitos na partilha dessas políticas públicas e de seus impactos para a cogestão. No aprofundamento da pesquisa identificamos a ASSUREMACATA, enquanto representante das populações tradicionais, como um agente social singular na configuração dos conflitos sociais e ambientais que se desenvolvem na Unidade de Conservação.

Através das ações das lideranças e de seus associados é possível compreender as estratégias mobilizadas pelos atores para garantir o acesso aos recursos naturais e materiais bem como os conflitos suscitados pelas divergências entre grupos sociais em competição. O desenvolvimento dessa reflexão busca aprofundar questões que analisei em meu Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais (2016), resultantes tanto do contato com a literatura sobre a relação entre meio ambiente e sociedade, quanto da prática e dos estudos que realizei no âmbito dos projetos de pesquisa "O Desafio Político da Participação em Unidades de Conservação"¹ e "Território, Participação e Ação Pública em Unidades de Conservação na Amazônia", no qual participo como pesquisadora. O objetivo da monografia visou reconstituir o histórico de formação da Associação dos Usuários da Reserva Extrativista

¹ O Projeto "O Desafio Político da Participação em Unidades de Conservação", CNPq Nº 43/2013, coordenado pela Professora Tânia G. Ribeiro, volta-se à análise da construção da participação social em unidades de conservação na Amazônia brasileira, em três reservas extrativistas marinhas no Estado do Pará, as Resex Marinha Caeté-Taperaçu, São João da Ponta e Mãe Grande de Curuçá, localizadas respectivamente, nos municípios de Bragança, São João da Ponta e Curuçá no Pará.

Marinha Caeté-Taperaçu, a partir da percepção de seus presidentes.

O contato com os associados, usuários e moradores dessa Unidade de Conservação, e a riqueza de suas narrativas, possibilitou-me o entendimento de que mais que uma história linear, o desenvolvimento da ASSUREMACATA, paralelo ao da própria institucionalização da Resex. É constituído de diferentes agentes e interesses que acabam por produzir conflitos de diversas amplitudes, mas também de alianças em defesa de seus interesses. Dessa forma, o estudo inicial instigou-me a continuar investigando esse espaço associativo.

A reflexão em torno da bibliografia sociológica busca articular os debates sobre conflitos socioambientais à discussão sobre participação e gestão partilhada em Unidades de Conservação, considerando que esse modelo de território protegido visa, dentre outras coisas, a garantia de espaços democráticos permitindo às populações tradicionais o direito de sua reprodução social, fruto de lutas políticas travadas por décadas.

Compreendemos assim, que os conflitos ambientais surgem das diferentes práticas e apropriações do território (ZHOURI & LASCHEFSKI, 2010). Os atores tomam como base cognitiva a ambientalização dos seus discursos e das ações direcionadas ao uso do território e ao acesso as políticas públicas específicas. A materialização dos conflitos no caso em estudo, se manifesta na gestão da ASSUREMACATA frente à partilha das políticas públicas para a Resex.

Para Porto Gonçalves (2001) o início desse processo de ambientalização dos conflitos sociais, se torna público no Brasil na conjuntura política do regime militar, que fomentava na Amazônia uma política de colonização. A partir disso, segundo o autor, as populações tradicionais se articularam para conseguir apoio exterior e conformar uma rede de relações estratégicas nas esferas local, nacional e internacional, com intuito de denunciar a apropriação do território pelos colonizadores vindos do Sul do País.

Até então, os seringueiros amazônicos eram invisíveis como grupo social no cenário nacional dos anos 1970 (ALMEIDA, 2004). Iniciam a sua organização como um movimento agrário nos anos de 1980, e na década seguinte conseguiram reconhecimento nacional, com a implantação da

primeira Reserva Extrativista. Trata-se da Reserva Alto Juruá, criada em 1990 no Estado do Acre, após a morte de Chico Mendes, líder comunitário assassinado em 1988. Os seringueiros se tornaram protagonistas como movimento social, fato que pressionou o governo federal a elaborar políticas públicas necessárias ao modo de vida desta população.

Almeida (2004) salienta que os seringueiros conquistaram direitos coletivos a terra e ao reconhecimento de sua identidade, tornando-se, sobretudo agentes políticos atuantes. Para Diegues (2001) as Reservas Extrativistas (Resex), entre todas as Unidades de Conservação (UC), são as únicas que contemplam e favorecem a permanência das populações tradicionais. Sendo assim, o propósito das Resex é beneficiar socialmente as populações que já habitavam estas áreas, visando também à proteção da floresta. O autor observa que essas UCs surgem como alternativa de desenvolvimento sustentado nas regiões tropicais. A Reserva Extrativista, segundo definição de Diegues:

É uma área natural ou pouco alterada, ocupada por grupos sociais que usam como fonte de subsistência a coleta de produtos da flora ativa ou a pesca artesanal e que as realizam segundo formas tradicionais de atividade econômica sustentável e condicionadas à regulamentação específica. (DIEGUES, 2001.p.73).

Portanto, as Resex's se distinguem das outras modalidades de Unidades de Conservação pelo fato de reconhecer direitos à posse legal das terras ocupadas, sendo o Estado proprietário permanente destas áreas. Em 2000 foi aprovada a legislação que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que está articulado em 60 artigos, dispostos em sete capítulos. Ao longo de seus capítulos são definidas as categorias de Unidades de Conservação, assim como os procedimentos para sua criação, implantação e gestão (BRASIL,2000).

É importante considerar, que o governo brasileiro ao criar as unidades de conservação, seguia uma tendência mundial de preservação do meio ambiente, inaugurada publicamente com a Conferência de Estocolmo em 1972. Ainda refletindo os efeitos desencadeados pela reunião de Estocolmo, no ano seguinte, o Brasil criou uma Secretaria do Meio Ambiente,

subordinada ao Ministério do Interior, além de outras secretarias municipais de meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro e São Paulo (LEITE LOPES, 2004). No caso da implementação das Reservas Extrativistas Florestal e Marinha o financiamento externo, através do PPG7² como o maior programa de cooperação multilateral relacionado a uma temática ambiental, entre outros incentivos monetários, foram fundamentais para concretizar o Projeto Resex.

A implantação das unidades de conservação na região Amazônica produz desafios estruturais e sociais concernentes à preservação da sociobiodiversidade na região. Refletir sobre as políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento na Amazônia é então um esforço sociológico colocado pela trajetória dos problemas regionais e pelo enriquecimento do debate no âmbito prático-teórico da pesquisa social (RIBEIRO,2012).

O *lócus* do estudo em questão é a Reserva Extrativista Marinha Caeté- Taperuçu, situada no município de Bragança/PA. É uma Unidade de Conservação Federal de Uso Sustentável, distante 215 km da capital Belém/Pa, possui área de aproximadamente 42 mil hectares (cerca de 20% da área total do município). As principais atividades econômicas do local são a pesca e a retirada de caranguejo. A Resex agrega três comunidades nos seus limites e mais 42 comunidades usuárias em seu entorno, com densidade populacional de aproximadamente cinco mil famílias³. O município de Bragança, em 2010, contava com uma população de 113.227 mil pessoas, sendo 57.291 mil de população masculina e 55.936 de residentes femininas, destas mulheres, 33,04% são mães chefes de família (IBGE,2010)⁴.

² Programa Piloto Para a Proteção das Florestas Tropicais no Brasil

³ Dados fornecidos pela atual gestora da Resex

⁴ Dados disponíveis no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

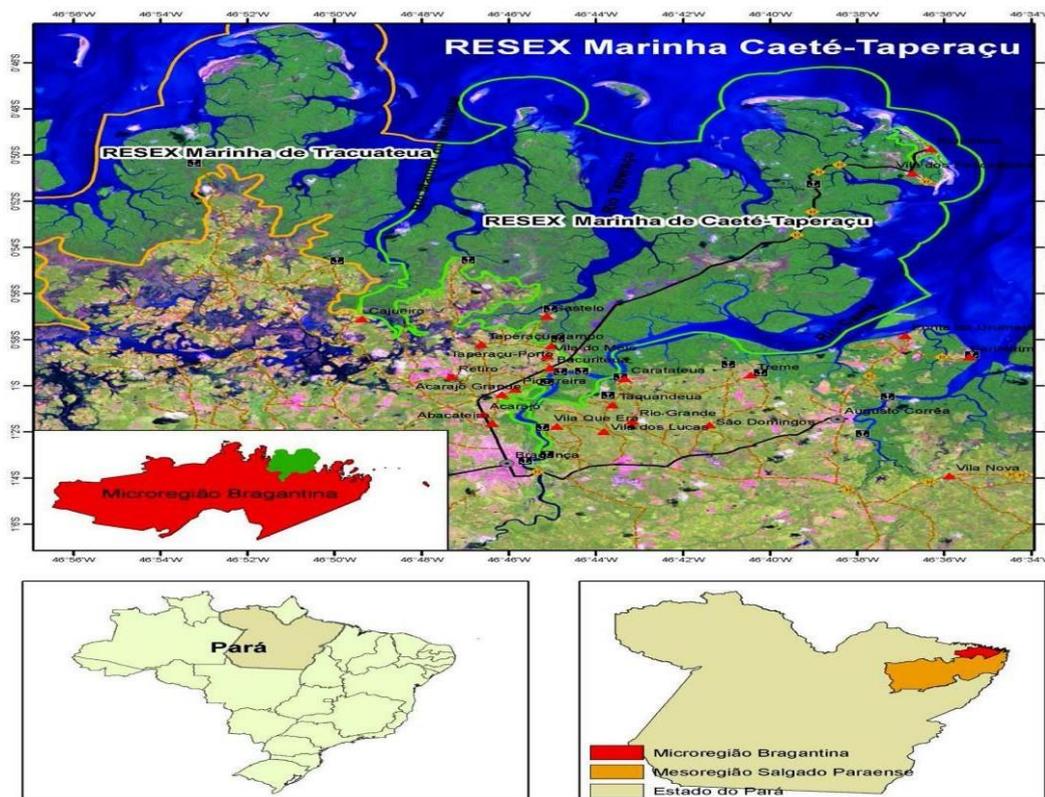


Figura 1. Mapa de localização da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu. Bragança/PA. Fonte: ECOIDEIA – ABDALA, 2012 a.

A Resex Caeté-Taperaçu está localizada integralmente no município de Bragança, mesorregião do nordeste paraense. O município foi criado por meio da Lei provincial nº 252, de 02/10/1854. O nome da cidade de Bragança é de origem portuguesa, deriva de “brigância” e até mesmo “beneguereança” (IBGE, 2010). É atualmente administrada pelo prefeito Raimundo Nonato de Oliveira (Raimundão) que assumiu o cargo em 2017 com vigência de mandato até 2020. O movimento social de criação da Reserva Extrativista Caeté-Taperaçu teve início em 1989, a partir da solicitação de moradores das 37 comunidades associadas aos estuários da planície bragantina, além de moradores residentes na zona urbana da cidade. Destaca-se aqui o protagonismo do SrºCastro e da Srª.Dora para a criação do Conselho de Pesca da comunidade do Castelo, o papel importante da técnica da Emater, Srª. Clemilda e do técnico do ICMBio, Srº Vergara Filho, e ainda de duas lideranças falecidas, Srº.Elias, do Tamataeua e Srª. Kátia, do Bacuriteua.

Localizado na região Amazônica, o município de Bragança integra a zona bragantina, uma das microrregiões do Nordeste Paraense, que sofreu significativa influência do processo de colonização a partir do século XVI. O apogeu de seu desenvolvimento ocorreu durante o auge da economia da borracha. Nesse mesmo período houve a implantação da estrada de ferro que iniciou em 1883, sendo concluída por volta de 1908, no final do mandato do governador Augusto Montenegro.

A história da estrada de ferro de Bragança está relacionada com várias necessidades socioeconômicas, sendo que a principal delas consistia no interesse da elite local em dinamizar e potencializar a economia de Belém estabelecendo dessa forma uma ligação com a região Bragantina, considerando que a mesma teria a função de suprir a capital, com o extrativismo, agricultura e possivelmente mão de obra (CONCEIÇÃO, 1991).

Ao longo dos anos 90 o Nordeste do Pará sofreu um grande reordenamento territorial, em função da criação de sete Resex marinhas. A emergência destas UCs foi impulsionada pela participação, acordos e alianças da sociedade civil com várias instituições estatais. Na Resex Caeté-Taperaçu o apoio de entidades como a Emater, Igrejas Católica e Evangélicas, ICMBio, o grupo de pesquisa MADAM⁵, das Organizações não-Governamentais, dentre outros, foi fundamental para a consolidação da UC, o que demonstra o interesse e o jogo de relações que concorrem na construção do território da Resex.

Concomitante a criação da Reserva, a Associação dos Usuários da Resex Caeté-Taperaçu foi fundada em oito de agosto de 2005, com a responsabilidade de representar os usuários. O estatuto rege que entre suas principais funções estão a de proporcionar aos seus associados uma forma de participação comunitária ativa e a de representá-los e defendê-los em seus interesses sociais, políticos, econômicos, ambientais e culturais (ASSUREMACATA, 2005 - Estatuto da associação, art.1, 2005.). A atuação desta Associação pode gerar conflitos de interesses, comprometendo por

⁵**Projeto Madam** (Mangrove Dynamics and Management) foi um projeto bilateral (Alemanha / Brasil) que se propunha produzir as bases científicas para o gerenciamento de recursos do estuário do Caeté no Nordeste do Pará.

vezes, o exercício da participação nessa arena associativa.

Neste sentido, pretendemos compreender a atuação da ASSUREMACATA diante dos conflitos socioambientais relacionados à partilha das políticas direcionadas à Resex, mais especificamente duas políticas: PNRA (Habitação e Créditos de Apoio) e o Programa Bolsa Verde. Tais conflitos nos permitem analisar, ainda, a constituição das práticas participativas e associativas que estruturam os acordos e disputas para a apropriação dos direitos sociais e dos recursos naturais disponíveis no território. A partir da percepção de presidentes e associados da ASSUREMACATA analisamos como os conflitos fortalecem, ou não, a articulação das lideranças e sócios da ASSUREMACATA na garantia de seus direitos no território. Considera-se que este é um dos espaços de debate e de exercício da vontade desses agentes, composto por diferentes atores, lógicas, estratégias e articulação de poderes e que requer, portanto, contemplar esses diferentes olhares nesse estudo.

No escopo dessa dissertação optou-se por utilizar o termo partilha em oposição a expressão distribuição de políticas públicas. O termo partilha visa criticar o termo “distribuição”, utilizado nas políticas públicas, pois esse último, faz entender que os atores focos da política, as recebem como dádivas, descaracterizando estas como direitos sociais. Os conflitos decorrentes da partilha das políticas podem, em certo sentido, demonstrar a busca por cidadania, expressa na conquista dos direitos sociais, e não simplesmente como benevolência do Estado. Nesse sentido, distribuição de políticas está, submetendo os recebedores das políticas públicas à uma “lógica mercantil formalmente integrada pela monetarização, o que produz uma forma de vida comum, desejável por todos, centrada na expansão do consumo” (FELTRAN, 2014, p. 495). Entendemos assim, que o termo distribuição necessariamente essencializa, produzindo valoração seletiva e desigual dos recebedores das políticas, legitimando ações governamentais que fazem a junção neoliberal entre o perfil seletivo da pobreza e o desenvolvimento mercantil.

É importante observar as especificidades das associações na Amazônia brasileira, pois são criadas respondendo a diferentes demandas. Segundo Maneschy e Klovdahl (2007) desde os anos 90 iniciou-se um

expressivo número de associações rurais, sob diferentes denominações. Essas tinham como objetivo assegurar a reprodução social de seus grupos e a obtenção de recursos financeiros e técnicos de diferentes ordens. Elas emergem como requisito jurídico aos programas públicos de crédito e assistência técnica, de acesso ao território, de capacitação profissional, ou reivindicando a implantação de determinados serviços públicos como o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.

A fim de alcançar esses objetivos, observa-se que a criação das associações rurais na Amazônia e mais especificamente as ligadas às unidades de conservação, são impulsionadas por interesses externos e sobretudo por uma obrigatoriedade jurídica, o que poderia comprometer sua autonomia, considerando que suas atribuições são definidas previamente e externamente às demandas locais (MANESCHY et al, 2007). Agindo como catalizadoras de conflitos diversos, como os que analisamos localmente na ASSUREMACATA.

A identificação dos conflitos envolve distinguir aqueles que são externalizados através das falas e ações, conforme observamos nas reuniões, documentos e entrevistas, mas que também podem se apresentar de forma latente. Estes, configurados em posicionamentos controversos, visões de mundo os quais reforçam a reprodução das desigualdades, particularmente limitando o acesso aos recursos naturais com a imposição de modelos e de discursos. Neste trabalho, ambos os aspectos serão analisados, considerando-se a observação dos agentes em seus encontros/espços formais e informais.

Para compor a análise dos conflitos que envolvem a atuação da ASSUREMACATA diante da partilha das políticas abordadas, considerou-se os condicionantes nos quais são produzidos os diálogos, os acordos e as tomadas de decisões entre as lideranças, usuários e demais agentes institucionais. Esse cenário social configurado em um contexto histórico particular, o da criação da Resex Caeté-Taperaçu, no município de Bragança, suscita questões relacionadas à constituição desse espaço político social que são as associações-mãe.

A fim de caracterizar esse processo de institucionalização da UC realizou-se o mapeamento dos principais acontecimentos e atores que se

articularam para a criação da Resex e da ASSUREMACATA, analisando o protagonismo desses atores sociais e sua vinculação com a Associação, já que a organização é um espaço de deliberação propício para a construção de debates, negociações, tomadas de decisões, disputas políticas, experimentações e aprendizados. A análise da trajetória política dos principais representantes da associação nos auxiliam na compreensão da configuração dos conflitos existentes na Resex Caeté- Tapeaçu.

As falas dos entrevistados ressaltam os conflitos como um obstáculo à participação dos usuários na ASSUREMACATA. Os relatos demonstram que os conflitos se distinguem em três dimensões que, necessariamente, se entrelaçam na luta cotidiana, configurando os conflitos socioambientais: a das políticas públicas (partilha de casas, bolsas, créditos); a dos recursos naturais (demarcação dos locais de pesca e do extrativismo do caranguejo; delimitação dos instrumentos de extração dos recursos naturais); e da dinâmica da cogestão envolvendo ASSUREMACATA e ICMBio. Esses conflitos geram vários impasses, que estão envolvendo os diferentes atores no território. Um exemplo a ser citado são os conflitos com os técnicos do ICMBio, no que tange a elaboração e operacionalização das políticas públicas previstas no SNUC, estas relações tendem a ser hierárquicas

Quando chegou o ICMBio veio com uma política diferenciada, aí entra em confronto com a associação. O ICMBIO era pra fiscalizar e orientar na questão ambiental, a associação era pra representar o povo, os usuários. Aí o ICMBio entrou aqui também, os presidentes tinham que fazer o que eles queriam, o ICMBio veio com uma política de comandar (N.S, ex-presidente da ASSUREMACATA, 2015).

Esse depoimento evidencia o crescente distanciamento de saberes entre técnicos e população local, fato que agrava a autonomia desta população, podendo gerar, dependendo do contexto, relações verticalizadas. Em reunião realizada no dia 06 de julho de 2016 para finalizar o acordo de gestão, os comunitários afirmavam que a proposta dos técnicos sobre a prática da pesca contrariava as relações de sociabilidade constituídas há tempos em torno da construção e uso do curral de pesca. A contestação gerou desentendimentos, chegando ao ponto do comunitário discutir com o técnico e, em voz alta expressar: “Eu quero falar, você não quer me ouvir”. Configura-

se aí um conflito evidente em torno de um recurso natural - a pesca- como também, envolve um conflito de cogestão entre ICMBio e os usuários da Resex sobre a definição de regras de acesso aos recursos.

1.1 Percurso Metodológico e Instrumentos de Pesquisa

Nesta pesquisa optou-se pela metodologia qualitativa, com a utilização das técnicas de entrevista semiestruturada, observação participante e análise de atas e documentos oficiais. Dados quantitativos fazem parte dos dados de campo, a partir do levantamento de informações em *sites* institucionais e *in lócus*. Além do levantamento bibliográfico realizado em 07 programas de pós-graduação no âmbito da UFPA e no Banco de Teses da CAPES, na plataforma Sucupira⁶.

1.1.1 Pesquisa qualitativa

Nas Ciências Humanas, e mais especificamente na Sociologia, a pesquisa qualitativa é usada com maior frequência, pois atribui ao objeto, expressiva preponderância na formatação da pesquisa, ensejando dessa forma a emergência dos “significados” das experiências vividas pelos sujeitos, centrando-se sobretudo em compreender o sentido das ações (WEBER,2012).

A pesquisa qualitativa se torna mais notável com os estudos realizados pela Escola de Chicago. Esta escola se tornou pioneira nas pesquisas empíricas em Sociologia, especificamente, referente a ousada metodologia de pesquisa qualitativa. Sendo assim, segundo Beck (1996) a história da Sociologia deixa de ser a história da grande teoria, passando a ser a história dos grandes trabalhos de pesquisa, dos grandes estudos sobre a sociedade. A partir dela, o trabalho de campo tornou-se uma prática de pesquisa comum, o que antes era reservado à Antropologia

⁶ É uma nova e importante ferramenta para coletar informações, realizar análises e avaliações e ser a base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG).

(GOLDENBERG,2004).

Neste sentido a abordagem qualitativa opõem-se ao positivismo da Ciência Moderna, resguardando as particularidades do objeto de estudo das ciências sociais. Nessa modalidade de pesquisa, existe uma intrínseca relação entre o pesquisador e o objeto de estudo. O objetivo desta abordagem é de colher informações verídicas e aprofundadas do objeto da pesquisa. Sendo assim

A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (GERHARDT et al, 2009,p.35).

Ao pesquisador qualitativo cabe o cuidado em descrever, compreender e explicar as relações sociais que circunscrevem seu objeto de estudo, observando as diferenças entre os atores que compõem o quadro relacional da pesquisa. Para tanto, o pesquisador deve atentar-se para os limites desta abordagem, como a excessiva confiança nos interlocutores e a utilização dos dados para realizar análises artificiais acerca da totalidade do objeto estudado. Nesta pesquisa foram utilizadas as técnicas da pesquisa de campo e da observação participante com a aplicação de entrevista semiestruturada. Conforme descrito abaixo

A pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa (GERHARDT et al, 2009. p. 37).

Este tipo de pesquisa caracteriza-se pelo envolvimento e identificação do pesquisador com as pessoas investigadas. A pesquisa participante foi criada por Bronislaw Malinowski: para conhecer os nativos das ilhas Trobriand (*idem*).

A escolha da metodologia qualitativa deu-se considerando que a metodologia e as técnicas supracitadas, nos permitem a análise de questões subjetivas que podem estar permeadas de significados, motivações, valores e crenças que não podem ser somente reduzidas às questões quantitativas. Para isso, é importante a utilização de técnicas para aproximar o informante e assim obter uma narrativa natural, suscitando a memória do pesquisado e sobretudo, mantendo o cuidado para não exercer a violência simbólica em relação ao entrevistado (BOURDIEU, 1999). Nessa perspectiva relacional, as etapas de constituição do objeto de estudo levarão em conta a supremacia das relações sociais, entendidas dentro de seu contexto de produção, procurando-se evitar a "armadilha do objeto pré-construído" (BOURDIEU,2004).

1.1.2 Etapas da pesquisa

- ❖ Levantamento bibliográfico de teses e dissertações disponíveis no âmbito da UFPA e de outros Programas de Pós-Graduação, que tratam das temáticas: Reserva Extrativista, Participação e Conflito ambiental na Amazônia, mais especificamente, na Resex Caeté-Taperaçu.
- ❖ Levantamento e análise documental referente à institucionalização da Resex e da associação em questão. Como Decretos de criação da Resex, do Conselho Deliberativo (CD); Instruções Normativas de Uso, atas de reunião do CD, o Plano de manejo e todos os documentos disponíveis da criação e funcionamento da ASSUREMACATA.
- ❖ Pesquisa de campo.

A seguir se fará a caracterização das etapas da pesquisa:

LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

A pesquisa bibliográfica de dissertações e teses foi realizada em sete programas de Pós-Graduação da Universidade Federal do Pará, que são: Programa de Pós-Graduação em Biologia Ambiental (PPGBA) – UFPA/Bragança, mestrado e doutorado em Ecologia de Ecossistemas Costeiros e Estuarinos; Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia (PPGLSA)- UFPA/Bragança, mestrado em Linguagens e Saberes na Amazônia; Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)-UFPA/Belém, mestrado e doutorado; Programa de Pós- Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA), antigo Programa de Pós- Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) – UFPA/Belém, Mestrado e Doutorado; Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) - UFPA/Belém, mestrado e doutorado; Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM) - Núcleo de Meio Ambiente (NUMA) - UFPA/Belém, mestrado; Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas (PPGAA) - Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural (NCADR) - UFPA/Belém, Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Mais em Programas de Pós-Graduação cadastrados na Plataforma Sucupira, como o Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais.

O objetivo desse levantamento foi verificar as monografias que tratam dos debates socioambientais e sociopolíticos relacionados às Reservas Extrativistas localizadas no Estado do Pará e Amazônia e os debates acerca dos conflitos socioambientais em territórios ambientalizados no Brasil. Feito isto, foi possível delimitar uma questão sociológica para o trabalho, assim como oferecer elementos que contribuam ao debate acadêmico e social sobre a constituição das reservas extrativistas.

No PPGBA as dissertações e teses se concentraram principalmente nos estudos ambientais (costeiros e marinhos) do município de Bragança e da relação dos moradores com os recursos naturais (ARAUJO, 2015; OLIVEIRA, 2013). No PPGLSA os trabalhos, exploram os aspectos literários

e do folclore, e detiveram-se na análise do imaginário da população bragantina em sua relação com o meio ambiente (CARDOSO,2015; SILVA; 2013). As monografias consideradas para esta dissertação foram aquelas que fazem referência ao contexto histórico e cultural bragantino, aspectos do imaginário dos moradores, descrição da região Amazônica e das comunidades e vilas pertencentes à Resex.

Na pesquisa feita no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, as dissertações coletadas tratam dos seguintes conceitos chaves: Amazônia, políticas educacionais, desenvolvimento, sustentabilidade, socioambientalismo, participação, entre outros. E apesar de remeter as questões sociopolíticas em unidades de conservação (BATISTA, 2010; MARIN, 2014; AMARAL, 2016), aqui discutidas, não se detiveram sobre o tema da atuação das associações-mães em unidades de conservação, em particular. No entanto, contribuem para analisarmos o contexto mais amplo de instalação das UCs no Pará e Amazônia, possibilitando observar os impactos dessas políticas públicas no reordenamento territorial e social da região.

No Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) mapeou-se dissertações e teses que tratam das unidades de conservação, associativismo, políticas sociais, desenvolvimento sustentável, populações rurais, gestão coletiva de bens comuns, relação com regimes de propriedade, conflitos socioambientais e ação coletiva (LOPES, 2016; LAMARÃO,2016; SANTOS,2016). Essa literatura mostrou-se relevante para compor o presente trabalho, pois sumarizam dados a cerca da Resex Caeté-Taperaçu, objeto desta pesquisa, como também, por analisarem questões referentes ao associativismo, participação, conflitos socioambientais, percepções sobre as Unidades de Conservação e gestão compartilhada nas UCs.

No Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, as dissertações analisadas restringiram-se as que tratavam sobre o associativismo e os fatores econômicos e sociais da produção do território, especificamente das unidades de conservação, (KAHWAGE,2002; POTIGUAR,2004). E no Programa de Pós-Graduação em Geografia considerou-se as dissertações e teses que apresentam análises sobre a

realidade social amazônica, especificamente condizente à organização e gestão do território em unidades de conservação (GONÇALVES, 2012; CRUZ, 2013). No Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia verificaram-se as dissertações que tratam das relações entre sociedade e meio ambiente na gestão dos recursos naturais em unidades de conservação (CHAVES, 2010; OLIVEIRA, 2012).

Na plataforma Sucupira foram consultadas dissertações e teses que tratavam especificamente de conflitos socioambientais em Unidades de Conservação. Nesse levantamento foram consultados principalmente os trabalhos produzidos pelo grupo de pesquisa em Temáticas Ambientais (GESTA-UFMG) coordenado pela professora Andréa Luisa Zhouri Laschefski.

A partir do levantamento exposto é notório o interesse dos pesquisadores de Pós-Graduação em analisar as dinâmicas presentes nas relações que conformam os contextos sociais das UCs, resultando numa diversidade de questões que possibilitam perceber similaridades e diferenças em relação ao nosso campo de pesquisa.

Podemos perceber que o tema dos conflitos sociais e ambientais em Reservas Extrativistas, na perspectiva sociológica, não se constituem no debate central. No entanto, em suas especificidades, os trabalhos discorrem sobre a diversidade de dilemas e aprendizados que caracterizam o projeto inovador da Reserva Extrativista no Brasil. Dessa forma, somam a essa dissertação, cujo propósito é o de analisar a atuação da ASSUREMACATA diante dos conflitos socioambientais relacionados à partilha das políticas públicas direcionadas à Resex, especificamente duas políticas, as derivadas dos créditos do PNRA (Habitação e apoio) e o Programa Bolsa Verde (PBV).

LEVANTAMENTO E ANÁLISE DOCUMENTAL

O levantamento documental foi realizado em *sites* oficiais e presencialmente na sede do INCRA-Belém e no prédio da ASSUREMACATA

em Bragança. Esse levantamento foi fundamental na medida em que permitiu construir uma base de dados relacionados à institucionalização da Resex, a implementação das políticas públicas, como também, informaram sobre as condicionalidades do II PNRA (Habitação e Apoio) e o PBV, além de demonstrarem o orçamento direcionado para essas políticas na Resex. Esses documentos auxiliaram na compreensão de fatores geradores de conflitos em torno das políticas públicas no território da Resex.

Os documentos consultados foram os seguintes:

- 1) Planos, Leis, Decretos, Objetivos e Condiionalidades do II PNRA e PBV – dados estatísticos desses Programas para a Resex. Com esses dados obtivemos o número de habitações, créditos apoio e bolsas verdes direcionadas para a Resex. Foi possível quantificar as habitações e créditos apoio concedidos por ano para Resex, isso foi relevante para a pesquisa, pois permitiu identificar a quantidade de casas construídas e a obtenção de credito apoio por gestão de cada presidente da ASSUREMACATA.
- 2) Documentos de institucionalização da Resex: Decreto de criação da Resex e Plano de Manejo - Documentos relevantes por sumariarem dados acerca dos limites territoriais da Resex, perfil dos moradores desse território, práticas de manejo dos recursos naturais, dentre outras questões.
- 3) Atas das reuniões do Conselho Deliberativo da Resex – a leitura dessas atas foi fundamental para a pesquisa, pois permitiu identificar fatores que incidiam sobre os conflitos em torno das políticas públicas. Muitas dessas reuniões foram marcadas pela tensão nas diferenças de posições entre técnicos do ICMBio e lideranças da ASSUREMACATA.
- 4) As fotografias – se constituem como documentos essenciais na análise. As imagens fotográficas são fontes documentais do recebimento dos créditos habitação e apoio advindos do II PNRA, demonstraram também a importância atribuída pelos moradores a esses recursos.

PESQUISA DE CAMPO

Foram organizados dois roteiros para as entrevistas semiestruturadas, esses roteiros estavam voltados para os beneficiários das políticas públicas e para lideranças da ASSUREMACATA. A observação participante das estratégias mobilizadas por esses atores foi realizada no âmbito das reuniões do Conselho Deliberativo.

As entrevistas semiestruturadas tiveram como foco os conflitos em torno da partilha das políticas públicas (PNRA: habitação e apoio; PBV) no território da Resex Caeté-Taperaçu; quais os critérios foram utilizados para o recebimento desses recursos e qual a influência das três gestões da ASSUREMACATA na partilha dessas políticas.

Durante a transcrição foram preservados os direitos de confidencialidade das informações. Ao total foram realizadas 17 entrevistas para essa pesquisa, destas, foram efetuadas 12 com usuárias beneficiadas por essas políticas, 04 com lideranças da ASSUREMACATA e 01 com a atual gestora da Resex. As transcrições das entrevistas foram realizadas pela própria entrevistadora e por mais dois bolsistas PIBIC-CNPq que integram o projeto de pesquisa “Território, Participação e Ação Pública em uma Unidade de Conservação na Amazônia”, no qual estou vinculada como pesquisadora.

Além das entrevistas formais, buscamos informações a partir de diálogos com moradores da Resex e técnicos do ICMBio e INCRA, afim de sistematizar informações que foram relevantes para compor a análise dos conflitos nessa dissertação.

1.1. 3 Realização da pesquisa de campo

O trabalho de campo para esta pesquisa iniciou em julho de 2016 e se alongou até dezembro de 2017 com visitas intervalares às comunidades do Treme e do Castelo, nas quais residem lideranças e associados, destacando-se também por ser as comunidades que receberam recursos das políticas

públicas. Considera-se que o trabalho de campo referido, agrega-se aos trabalhos realizados no âmbito do projeto de pesquisa “O desafio político da participação” que proporcionou visitas frequentes à Resex Caeté-Taperaçu, desde outubro de 2014 até o presente momento. As etapas de campo realizadas para compor essa dissertação estão sistematizados no quadro 01:

Quadro 1. Período e local de realização do trabalho de campo

Período	Trabalho realizado	Local
06/07/2016	Acompanhamento da Reunião do CD; contactar as lideranças presentes.	Bragança.
12, 13, 14 de outubro de 2016	Realização do seminário de pesquisa com participação de moradores e lideranças da Resex Caeté-Taperaçu e de outras Resex do Pará falando sobre suas experiências de participação.	Bragança.
Julho de 2017	Entrevista com a gestora da Resex Caeté-Taperaçu.	Belém
30 e 31 de setembro de 2017	Participação no encontro regional das Reservas Extrativistas marinhas, promovido pela CONFREM.	São João de Pirabas
02 de outubro de 2017	Reunião do CD; Aplicação de entrevista teste com moradora da comunidade Taperaçu Campo.	Bragança.
15 de outubro de 2017	Eleição da ASSUREMACATA; Entrevista como Ex. presidente e atual tesoureiro da Associação.	Bragança.
04 de Dezembro	Visita à sede da ASSUREMACATA; Entrevista com o atual presidente; Leitura e cópias de documentos oficiais da Associação.	Bragança
05 de Dezembro	Visita à comunidade do Treme; Entrevista com o vice-presidente da Associação; 06 entrevistas realizadas com moradores da comunidade.	Treme
06 de Dezembro	Visita à comunidade do Castelo; Realização de 06 entrevistas com moradores da comunidade	Castelo
07 de Dezembro	Entrevista com o primeiro presidente da Associação.	Bragança

Fonte: Pesquisa de campo – Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, Bragança/Pa. 2017.

Elaborado pela autora.

Nas entrevistas realizadas, foi utilizado um roteiro semiestruturado (Apêndice A e B) e estas foram gravadas com a autorização do interlocutor. As entrevistas tinham como objetivo conhecer a trajetória de participação do entrevistado, suas memórias quanto ao processo de criação da Resex e conseqüentemente da ASSUREMACATA. Verificar a compreensão que os atores possuem quanto aos objetivos das políticas públicas, assim como, os conflitos que permeiam sua partilha. Verificou-se também o vínculo dos atores com a ASSUREMACATA, e suas percepções quanto à atuação desta Associação.

Em paralelo às entrevistas formais, convivemos em períodos intercalares com a cotidianidade das comunidades, mais especificamente em duas comunidades, Treme e Castelo. Nessas oportunidades, visitamos praças e portos, participamos de festividades católicas e conversamos de forma informal com os moradores em esquinas e na frente de suas residências. O objetivo dessa vivência consistia em tomar contato com as narrativas dos atores sobre a forma como interagem e interpretam suas relações com a Resex e com a ASSUREMACATA.

1.2 Estrutura da Dissertação

A dissertação está estruturada em quatro capítulos e mais a conclusão. No primeiro Capítulo que contempla a introdução, fazemos uma breve apresentação do levantamento bibliográfico, das abordagens e das técnicas de pesquisa utilizadas, além da contextualização da Resex e do trabalho de campo.

No Segundo capítulo contextualiza-se o *lócus* da pesquisa com uma apresentação das comunidades e usuários da Resex, discutindo os Conflitos socioambientais e sua relação com Unidades de Conservação.

No terceiro capítulo faz-se a caracterização do Município de Bragança, a análise do surgimento das Resex's florestais e marinhas, assim como, a análise do histórico de criação da Resex Caeté-Taperaçu, sua formulação, implementação e gestão.

O último capítulo é voltado para a análise dos Conflitos em torno do acesso as políticas públicas derivadas dos Créditos do II PNRA (Habitação e créditos de apoio) e o Programa Bolsa Verde, e a compreensão de como a ASSUREMACATA atuou diante desses conflitos, buscamos compreender a partir da percepção dos usuários como se deu o acesso a essas políticas identificando os atores da ASSUREMACATA que protagonizaram essa partilha.

2.CAPÍTULO II – UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

Dentre as reivindicações sociais que emergem após os anos de 1970 destaca-se àquela ligada a participação de atores de diversas esferas sociais no debate sobre o Meio Ambiente. Esse problema torna-se preocupação das Ciências Sociais – da Sociologia – na medida em que se tem a compreensão de que a relação sociedade-natureza vem provocando impactos em nível global em decorrência da ação humana e da reação do ecossistema. A identificação desse problema social e sociológico repercute nas Ciências Sociais, apontando mudanças epistemológicas e teóricas nas interpretações sobre as interfaces entre Sociologia e ambiente (FLEURY, 2014, p.36). Influenciada pelo debate público em torno do meio ambiente, em meados da década de 70 a Sociologia Ambiental emerge como um campo de estudo na Sociologia (HANNIGAN, 1997; MATTEDI, 2003; HUMPHREY, 1982), disputando espaço acadêmico.

A repercussão desse debate nas Ciências Sociais levou certos autores a problematizar a modernidade reflexiva e a sociedade de risco (BECK, 1992; GIDDENS, 1997); a epistemologia ambiental (LEFF, 2002); o racismo ambiental (PACHECO, 2007). Temas e ideias que vem contribuindo na consolidação da disciplina e na reflexão sobre a relação sociedade-natureza. E nessa perspectiva, o trato sobre o conflito socioambiental, como um subtema dessa área de pesquisa, vem refletindo sobre as disputas em torno dos recursos naturais, dos territórios, entre atores das várias esferas sociais – mercado, estado e sociedade civil. Autores como Alonso e Costa (2002) construíram uma tipologia ideal de abordagens nas Ciências Sociais para a questão ambiental em: "a) estudos ambientais e política; b) estudos sobre políticas públicas e participação; c) estudos culturais." (ALMEIDA & PREMEBIDA, 2014, p. 29). Considerando essa tipologia analítica, a abordagem teórica nessa dissertação se ancora na segunda tipologia, que versa sobre políticas públicas e participação a partir do enfoque ambiental.

A institucionalização da questão ambiental entra na agenda internacional a partir da década de 1960. Nesse contexto é possível observar

o clima de participação e ativismo individual na maioria dos países. As reivindicações desses atores estavam direcionadas a uma contracultura que fazia frente ao “bem viver” do capitalismo. O Livro Primavera Silenciosa, lançado em junho de 1962, por Rachel Carson, foi um marco para se pensar a relação homem-natureza, pois denunciou o uso indiscriminado de agrotóxicos e pesticidas que ocasionavam a morte dos pássaros (primavera silenciosa) e dos homens, tornando o ambiente nebuloso para a vida.

Nesse sentido, a institucionalização do meio ambiente perpassa pelo protagonismo de três atores, Estado, sociedade civil e mercado. A legalização que ocorre na esfera estatal por meio de leis e órgãos especializados são ancorados em muitas forças e movimentos da sociedade civil, como organizações oficiais transnacionais (ONU, Banco Mundial); partidos políticos que são criados em prol da defesa do meio ambiente; associações ambientalistas e movimentos ecológicos; grupos científicos; associações profissionais; indivíduos coletivos como Chico Mendes e Dorothy Stang. Ao nível do mercado, pequenos e médios empresários passam a oferecer produtos no mercado verde, como alimentos orgânicos e objetos recicláveis. A institucionalização ao adquirir legitimidade, passa a exercer coercitividade, direta ou indireta sobre os indivíduos.

Alguns eventos⁷ são importantes para uma maior visibilidade acerca da institucionalização do meio ambiente, como "O Dia da Terra", evento realizado em 1970, mobilizou milhões de participantes, e celebrizou-se como o “dia primeiro” do ambientalismo. Dois anos depois, em 1972, temos dois importantes acontecimentos, a publicação do relatório Meadows⁸, que

⁷1971 - Conferência de Founex – Suíça; 1974 - Conferência de Cocoyoc (PNUMA) – México; 1975 - Relatório "Que Fazer" (Fundação Dag-Hammarskjöld); 1977 - Relatório *The Global 2000 Report* - Jimmy Carter; 1983 - Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento; 1987 - Relatório Brundtland (Nosso Futuro Comum); 1992 - Relatório *Mudando o Rumo* - Resignificar o mercado para promover; 1997 - RIO + 5 - New York/EUA -Elaboração dos pontos mais importantes da Carta da Terra; 1998 - Novembro, 4ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP4), em Buenos Aires, Argentina; 2002 - RIO + 10 - Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, na África do Sul, em 2002; 2012 – RIO + 20 - Rio de Janeiro.

⁸O relatório intitulado “Os Limites do Crescimento” foi elaborado por uma equipe de cientistas do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, liderado por Dennise Donella Meadows. Este estudo utilizou os sistemas de informática para simular a interação do homem e o meio ambiente, levando em consideração o aumento populacional e o esgotamento dos recursos naturais. A conclusão a que se chegou foi que se a humanidade continuasse a consumir os recursos naturais como na época, por consequência da industrialização, eles se esgotariam em menos de 100 anos. A repercussão foi muito grande, várias críticas foram feitas por nomes importantes da política mundial, eles diziam

influenciou significativamente a conferência promovida pela Organização das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, na cidade de Estocolmo, no mesmo ano.

A compreensão da relação sociedade-natureza a partir desses eventos ganha outros sentidos, para além da degradação ambiental, problematizando os impactos dessa degradação nas vidas das pessoas, ameaçando à saúde, o bem-estar e os locais de moradia. Neste sentido, vários atores se apropriam da esfera pública ambiental como estratégia política, pleiteando apoio pelo voto; representação política; promovendo a visibilidade das causas do movimento ecologista; e na construção de uma opinião pública cada vez mais sensibilizada pelos problemas ambientais (ALMEIDA e PREMEBIDA,2014).

Neste contexto se observa transformações na esfera estatal como também no posicionamento das pessoas diante de uma nova questão pública. Segundo Leite Lopes (2006) cinco fatores foram fundamentais para a ocorrência de tais transformações

O crescimento da importância da esfera institucional do meio ambiente entre os anos 1970 e o final do século XX; os conflitos sociais no nível local e seus efeitos na interiorização de novas práticas; a educação ambiental como novo código de conduta individual e coletiva; a questão da “participação”, e, finalmente, a questão ambiental como nova fonte de legitimidade e de argumentação nos conflitos (LEITE LOPES, 2006,p.36).

A realização da conferência de Estocolmo propiciou novas possibilidades de articulação política. Agregou diversos grupos sociais com atividades direcionadas aos seus interesses, respeitando e propagando a tolerância de credo, etnia, ideários, proposições e atuações, foi sem dúvida um marco simbólico de uma nova forma de fazer política (OLIVEIRA, 2011). Contudo a preocupação com a preservação do meio ambiente no País iniciou nas primeiras décadas do século XX com a criação das áreas naturais protegidas, pautadas no modelo de parque ambiental existentes nos Estados Unidos.

A proposição destas áreas protegidas visava preservar integralmente a natureza, que segundo os ambientalistas, chamados preservacionistas, se

que o clube queria frear o crescimento econômico (GOLDBERG, 2017).

encontrava ameaçada pela civilização urbano-industrial (DIEGUES,2001). A ideia que prevalecia no passado era de que a única alternativa de proteção à natureza seria afastá-la do homem, criando espaços protegidos direcionados apenas para a contemplação de um mundo natural selvagem (DIEGUES, 2001; THOMAS, 1988). Segundo Sant'Anna

O ambientalismo brasileiro se constrói a partir dessas diferentes visões sobre o meio ambiente e a conservação, e a partir delas, na década de 1970 foi criado o primeiro plano de unidades de conservação visando fornecer uma base legal para regular especificamente os processos de seleção e implementação de unidades de conservação. Este plano foi elaborado em duas etapas, a primeira em 1979 e a segunda em 1982 (SANT'ANNA, 2003, p.9)

A criação das Unidades de Conservação de uso sustentável foi resultado de ampla luta política protagonizada pelas populações tracionais para obterem direitos legais ao uso do território. Segundo Teisserenc &Teisserenc (2014) os debates e ações que são articuladas nesses territórios, são incorporados pelos atores como aprendizados para experimentar novas práticas e para facilitar o desenvolvimento de conhecimentos coletivos. Sendo assim, a participação destaca-se como estratégia fundamental na conquista dos direitos sociais. Neste sentido, para Leite Lopes (2006) a ambientalização dos conflitos sociais constituiu-se como uma nova questão social, uma nova questão pública. O marco desses Conflitos Ambientais

São disputas sociais que nasceram e ganharam notoriedade na década de 70, principalmente nos Estados Unidos da América, onde se confrontavam organizações de base comunitária, movimento ecológico, empresários, industriais, agências governamentais de regulação e o governo enquanto empreendedor, para decidir o que fazer frente a impactos ou danos ambientais provocados por atividades produtivas ou empreendimentos públicos (BREDARIOL, 2001, p.51).

Os conflitos em Unidades de Conservação, especificamente em Reservas Extrativistas são recorrentes, pois os atores têm compreensões

diferenciadas sobre o uso do território e da partilha das políticas públicas direcionadas a esses territórios. No entanto, os conflitos não podem ser apreendidos somente como algo negativo, podem significar a construção um processo de aprendizagem coletiva. Para Simmel

O conflito destina-se a resolver dualismos divergentes, é uma maneira de conseguir algum tipo de unidade, mesmo que seja através da aniquilação de uma das partes em litígio. Admite-se que o conflito produza ou modifique grupos de interesse, uniões, organizações. (...) Se toda interação entre os homens é uma sociação, o conflito – afinal, uma das mais vívidas interações (SIMMEL, 1983, p.122).

A partir da preposição de Simmel é possível depreender que o conflito gera espaços propícios para a representatividade dos sujeitos, podendo resolver tensões nas sociabilidades. Nos conflitos circunscritos a ASSUREMACATA, observa-se que o elemento divergente preponderante consiste no processo de partilha das políticas públicas direcionadas à Resex, principalmente à duas políticas: II PNRA (Habitação e Créditos de Apoio) e o Programa Bolsa Verde. Nas entrevistas se observou que os atores sociais *ambientalizam* seus discursos para assegurarem seus direitos ao recebimento dessas políticas, sendo que a preservação ambiental sempre foi uma prática comum entre os moradores, muito antes da chegada da Reserva Extrativista. A análise das entrevistas apontam que a ASSUREMACATA e os seus atores sociais, se articulam em torno dos seguintes conflitos:

Quadro 2. Tipologia de conflitos frequentes envolvendo a ASSUREMACATA

POLÍTICAS PÚBLICAS	RECURSOS NATURAIS	CONFLITOS ENTRE OS ASSOCIADOS	CONFLITOS NA CO-GESTÃO
Habitação	Delimitação dos locais de pesca	Partidarização das lideranças	Com a representação do ICMbio
Créditos de apoio	Resíduo do caranguejo	Disputa para a gestão da Associação	Elaboração do acordode gestão, concernentes ao uso dos recursosnaturais
Bolsa Verde	Andada do caranguejo	Ausência de informações quanto ao funcionamento das políticas públicas	Deficiência de repasse de informação aos comitês de polo
	Catação do caranguejo	Interrupção na partilha das políticas públicas	Deficiência de mobilização dos associados
	Pesca predatória		

Fonte: Pesquisa de campo – Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, Bragança/Pa. 2017. Elaborada pela autora.

No escopo desta dissertação serão analisados os conflitos provenientes da partilha de duas políticas públicas: II PNRA (Habitação e Créditos de apoio) e o Programa Bolsa Verde. Porém os conflitos que compõem o quadro serviram de subsídios para a análise, pois estão intimamente ligados ao objeto da pesquisa. Segundo as falas das lideranças⁹ entrevistadas, a partilha desses benefícios sociais ocorreu de forma a contemplar a diversidade e necessidade das comunidades. O acesso a tais benefícios foram viabilizados por alguns arranjos que se deram, considerando

⁹Na presente pesquisa o termo liderança faz referência aos atores que ocuparam ou ocupam cargos estratégicos na ASSUREMACATA, ou ainda indivíduos que exercem influência política junto as comunidades. Ressalta-se que todas as lideranças entrevistadas para essa pesquisa, em algum momento, estiveram na executiva da Associação.

o parentesco, as relações de compadrio e de ajuda mútua.

Como afirma Diegues (2001), estas interações ocorrem frequentemente entre os moradores locais. Aliás, essas relações de parentesco dentro dos espaços de atuação política são próprias desses territórios, conforme vemos em outros estudos (SILVA JUNIOR, 2013), considerando que muitas lideranças possuem como seus suplentes, algum membro de sua família. Necessariamente, esse fato não deve ser entendido, relevando-se a investigação e o contexto, como fraudulento, mas também como característico de um modo de vida baseado em laços de confiança e reciprocidade comumente observados nas populações tradicionais.

Neste sentido, Ribeiro (2016) analisa a percepção de alguns moradores, quando questionados sobre as ocorrências de conflitos na UC e na ASSUREMACATA: “Quando definem o conflito, termos, como “enfraquecimento”, “desunião”, “briga pelo poder” aparecem com a ressalva de que também são necessários e comuns” (RIBEIRO, 2016, p.274). Mostrando que os usuários¹⁰ concebem os conflitos em um âmbito pessoalizado, o que sinaliza para ausência de um objetivo comum, o que enfraquece o exercício da cogestão na Resex Caeté- Taperaçu.

As apropriações dos distintos tipos de conflitos no território da Resex, são pertinentes aos modos de articulação espaço-temporal das práticas sociais (ZHOURI & LASCHEFSKI, 2010). Como podemos observar nos relatos das lideranças da Associação, que com a chegada dos benefícios sociais, a Associação se fragilizou devido a população ter esquecido da organização e focado só nos benefícios, “a missão da ASSUREMACATA se perdeu, não só Bragança mais nas outras Resex” (N.S, 2015). Outro conflito que é relatado unanimemente entre os usuários da Resex é a atuação do ICMBio, que ocasiona vários conflitos entre os técnicos e a população tradicional, no que tange a elaboração e operacionalização das políticas públicas previstas no SNUC. Estas relações tendem a ser hierárquicas. Há vários relatos entre os usuários de excessos do uso da autoridade legal por

¹⁰ A Aqueles que residam nos limites do município de Bragança, no mínimo, desde a época de fundação desta Resex (20/05/20105) devendo se enquadrar em pelo menos uma, entre as atividades extrativistas e pesqueiras (ABDALA et al,2012a).

agentes do ICMbio, fato que cria entraves nos espaços de participação da população no território da UC.

2. 1 Duas Comunidades da Resex de Caeté-Tapeaçu

O Plano de Manejo da Resex Caeté-Tapeaçu realizou o mapeamento de 69 comunidades Usuárias, sendo que 03 encontram-se dentro dos limites da Resex (Castelo, Bonifácio e Vila dos Pescadores). Essas comunidades são agrupadas em 08 polos de representação de acordo com a proximidade geográfica (ABDALA et al, 2012a). O quadro sistematiza as comunidades em seus polos e comitês correspondentes:

Quadro 3. Comunidades, Polos e Comitês da Reserva Extrativista Marinha
Caeté- Taperaçu

COMUNIDADES	POLOS	COMITÊS
Bairros:Alegre; Aldeia Cereja; Morro; Perpétuo Socorro Riozinho; Vila Sinhá	Cidade	Alegre. Aldeia. Perpétuo Socorro. Riozinho. Vila Sinhá
América; Bacuriteua; Castelo; Pontinha do Bacuriteua; Taperaçu-Porto; Vila do Meio	Bacuriteua	América. Bacuriteua Pontinha do Bacuriteua Taperaçu-Porto. Vila doMeio
Acarajó Grande; Vila Rica Acarajózinho; Inambucuí São Benedito; Piçarreira	Acarajó	Acarajó Grande. Acarajózinho São Benedito. Piçarreira
Campo do Meio; Vila do Bonifácio; Vila dos Pescadores	Ajuruteua	Campo do Meio
Bom Jardim; Abacateiro Cafezal; Cajueiro; Cariambá; Ferreira Lago; Lago do Povo Maçarico; Ponta da Areia São Bento; São José; São Tomé; Urubuquara	Campo	Abacateiro. Bom Jardim Cafezal. Cajueiro Maçarico. Ponta da Areia São Bento. São José
Patalino; Porto da Mangueira Retiro; Serraria; Tamatateua Taperaçu-Campo; Acarpará	Tamatateua	Patalino. Porto da Mangueira Retiro. Serraria. Tamatateua Taperaçu-Campo/Acarpará
Camutá; Caratateua; Rio Grande; Sítio Grande Taquadeua; Vila Que Era Vila dos Lucas. Chaú	Caratateua	Chaú. Caratateua. Jundiaí Rio Grande. Sítio Grande Taquandeu. Vila Que Era Vila dos Lucas
Aciteua. Eldorado. Jandiaí Pimenteira. São Domingos Vila Nova. Treme	Treme	Eldorado. Aciteua. São Domingos. Treme

Fonte: ABDALA et al, 2012a. Elaboração da autora.

A figura 02 situa a localização das comunidades da Resex, destacando-se entre elas as comunidades do Treme (Polo Treme) e Comunidade do Castelo (Polo Bacuriteua), locais que privilegiamos para ouvir a fala de pessoas que receberam direitos sociais através das políticas públicas mencionadas. A opção por ouvir essas pessoas, além das lideranças envolvidas na Associação, se tornou importante porque foi a partir de suas falas que pudemos conhecer a extensão dos conflitos da partilha das políticas, em seu cotidiano. O que oportunizou também iluminar os lapsos que não são reveladas nos índices oficiais, nem no discurso das lideranças locais e dos demais atores que tomam parte do processo.

A escolha dessas duas comunidades, assim, foi motivada por três fatores: essas comunidades, segundo as lideranças, foram as que mais receberam as políticas públicas derivadas do II PNRA (Habitação e apoio) e assim são as que concentram maior número de moradores beneficiados com essa política pública¹¹; optou-se por analisar uma comunidade situada dentro da Resex e outra no entorno para verificar como e se os usuários percebem diferenças na apropriação e aplicação das regras de uso do território, como também, na partilha das políticas públicas; e, por fim, essas comunidades são residências de lideranças da Associação, o que pode apontar maior condicionamento dessas políticas para as comunidades.

Sendo assim, o foco das entrevistas foram as lideranças da ASSUREMACATA, que possuíram ou possuem algum cargo na Associação, já que esta, tem gerencia na partilha dos créditos do PNRA e exerceu a cogestão no cadastramento dos beneficiários do PBV. No entanto, os associados-usuários, sem amostra significativa, foram entrevistados com o objetivo de esclarecer a atuação da ASSUREMACATA frente a partilha das políticas públicas, dentre outros pontos referente a cogestão e a apropriação do território.

¹¹ Não temos dados oficiais disponíveis para comprovação de maior recebimento por parte dessas duas comunidades. O INCRA disponibilizou apenas dados gerais de concessão de habitação e crédito apoio para todas as comunidades da Resex, que serão demonstrados no capítulo 4.

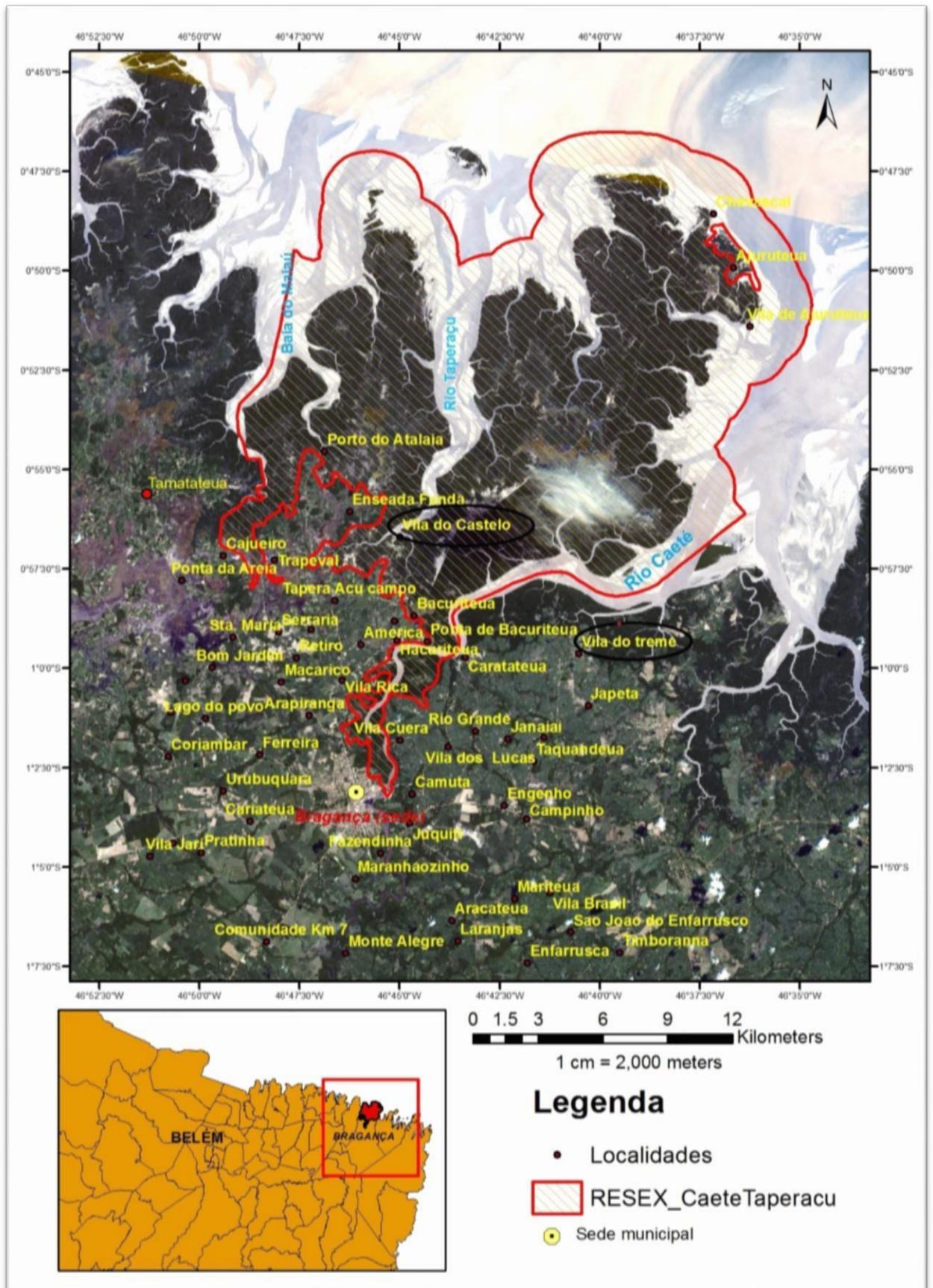


Figura 2. Mapa de Localização das comunidades da Resex, com destaque para as comunidades do Tremê e Castelo. Fonte: FERNANDES, William (2018).

2.1.1 Comunidade do Treme

Os estudos realizados por Cardoso (2015) e Damascena (2013) apontam que a origem da comunidade remonta a década de 1990 com a chegada de três famílias de Bragança: a família Gama, família Mescouto e a família Praxedes Miranda que migraram motivadas pela disponibilidade de terras para o cultivo e a abundância de pescados. Em relação à terminologia do nome da comunidade – Treme - os moradores antigos nos relataram que havia um grande lago na entrada da comunidade, este lago era coberto por vegetação, que possibilitava o trajeto das pessoas de uma margem à outra. As pessoas que por ele caminhavam perdiam o equilíbrio e andavam tremendo, desse misterioso fenômeno surgiu o nome da comunidade do Treme.

A comunidade está distante 18km da sede do município e localizada fora dos limites da Reserva, os seus moradores são considerados usuários da UC. O Treme concentra uma das maiores densidade populacional da Resex, agregando cerca de 8.000 moradores (IBGE, 2011). As atividades econômicas estão ligadas a pesca e principalmente ao extrativismo do caranguejo que ramifica-se na captura, catação¹² e comercialização deste crustáceo. Na cadeia produtiva do caranguejo, há uma divisão sexual do trabalho bem definida, os homens são responsáveis pela captura e a catação é realizada somente pelas mulheres, que fazem essa atividade pela manhã entre as 03h até por volta das 12h, nos puxados¹³ de suas casas.

Essa atividade é a principal ocupação de todas as mulheres que entrevistamos na comunidade. Toda economia do Treme está ligada à captura e comercialização do caranguejo. Ao chegamos no local nos deparamos com pessoas transportando este crustáceo e todas as casas que

¹² Significa a retirada da polpa do caranguejo, é realizada de modo tradicional pelas mulheres com a utilização das mãos.

¹³ Local aberto e coberto construído atrás ou no lado das casas. Nesse local com frequência são realizadas tarefas domésticas como cozinhar, lavagem de roupas e louças e cuidados das crianças.

visitamos encontramos várias mulheres na catação, estando toda a dinâmica da vida social imersa nessa prática. Existem duas fabricas privadas de beneficiamento do caranguejo, pelo o que nos foi informando, somente uma está funcionando.



Figura 3. Mulheres na catação. Fonte: Pesquisa de campo – Reserva Extrativista Marinha Caeté- Taperaçu, Bragança/Pa. 2017.

O porto da comunidade é um dos mais importantes da região, nele atracam barcos de médio porte que transportam peixe e caranguejo para serem exportados para outras região do Brasil, pelas "geleiras" (empresas de médio a grande porte especializadas na pesca e exportação de peixes e mariscos). Em setembro de 2017 a comunidade recebeu o asfaltamento de sua principal rua de acesso, o trecho asfaltado inicia na entrada da localidade e vai até a praça, compreendendo um trecho de 1km.



Figura 4. Rua asfaltada na comunidade do Treme. Fonte: Pesquisa de campo – Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, Bragança/Pa. 2017.

Dois problemas relacionados à atividade de retirada do caranguejo são recorrentes nas entrevistas, trata-se do despejo dos resíduos e da construção de uma cooperativa de catação da massa deste. A coleta de lixo realizada pela prefeitura na comunidade não é periódica, fato que leva os moradores a despejarem os resíduos do caranguejo em locais de mata. Quanto à catação, as mulheres ficam presas aos preços baixos estipulados pelos marreteiros¹⁴ para a compra da massa do caranguejo, além de não disporem de utensílios de higiene necessários a essa atividade. O estudo realizado por Lopes (2016)

¹⁴Compradores de produtos, que fazem a revenda na cidade por um valor bem acima do que compraram na comunidade.

no Treme aponta o problema do resíduo do caranguejo como o fator mais vigente entre os moradores que se ressentem em conviver com o odor continuo nas portas de suas casas. A fala desta moradora evidencia esses problemas

Tem dias que eles traziam os caranguejos e deixavam tudo morto na beira do porto, negócio de osso de caranguejo que fede muito. {...} A Associação poderia fazer assim uma empresa de catação, eles conseguiram o terreno, eles tinham que fazer para dar emprego pra quem é associado, mais eles não conseguiram por falta de recursos e interesse também se eles se interessassem já tinha saído. (D.F.Usuária-Treme,2017)¹⁵.



Figura 5. Resíduos de caranguejo despejados na mata. Fonte: Pesquisa de campo – Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, Bragança/Pa. 2017.

A questão religiosa é expressiva na vida cultural da comunidade. A igreja Católica promove grandes eventos para celebrar o Círio de Nossa Senhora de

¹⁵ Optou-se por omitir o nome dos entrevistados. Estes serão identificados pelas letras iniciais do seu nome e sobrenome, seguindo de sua comunidade de residência.

Nazaré e a Festa de São Pedro, ambos no mês de Novembro. As igrejas evangélicas, que parecem congregar número significativo de fieis na comunidade, promovem o Congresso de Missões da Igreja Assembléia de Deus e o Canta Treme, que é um dos maiores eventos de música da região com a presença de cantores regionais e nacionais. Além das festividades religiosas, ocorre o festival da Gó¹⁶, festividades juninas e as festas de aparelhagem.

2.1.2 Comunidade do Castelo

A comunidade do Castelo se originou pela ocupação de vários pescadores e suas famílias que se refugiavam das enchentes ocorrida na praia do Picanço por volta da década de 80. Passada a grande cheia, os moradores se mobilizaram junto a Colônia dos Pescadores do município de Bragança, para conseguirem a posse da praia do "Zé da Égua" que fazia referência ao apelido do seu dono que já havia se mudado, a ilha estava deserta. Com essa mobilização a prefeitura de Bragança e o governo do Estado do Pará permitiram a ocupação da área, com a permissão, os pescadores roçaram a densa vegetação e construíram uma ponte de acesso à praia. O presidente da Colônia ficou responsável pelo loteamento e sorteio dos terrenos na praia, cada família obteve seu lote, por sugestão de um morador, a antiga praia do Zé da Égua, passou a ser chamar Monte Castelo e posteriormente somente, Castelo (FEITOSA,2015).

Esta comunidade fica a 16,5km distante da sede do município, é uma das três comunidades situadas dentro dos limites da Reserva, portanto incide diretamente sobre os seus moradores as regras de uso dos recursos naturais. Segundo os entrevistados, o Castelo concentra a maior população entre as comunidades de dentro da Resex. As atividades econômicas estão diretamente ligadas à pesca e a comercialização do pescado. O porto do Castelo é um dos que apresentam o melhor estado de conservação na Resex,

¹⁶Evento promovido pelos pescadores para comemorar a safra da espécie de peixe Gó, muito apreciado na culinária local.



Figura 6. Porto da Comunidade do Castelo. Fonte: Pesquisa de campo – Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçú, Bragança/Pa. 2017.

A comunidade dispõe de escolas para o ensino infantil e médio, possui uma antena telefônica para facilitar a comunicação e uma associação de mulheres que produzem biojóias a partir das escamas de peixe (Atualmente não está funcionando). Os moradores entrevistados dizem não haver conflitos ligados à disputa de recursos naturais e reclamam da ausência de um posto de saúde e da precariedade da estrada “essa estrada aqui enche de água, nunca ajeitam” (D.C, Usuária-Castelo, 2017). Apenas um ônibus transporta os moradores para a Bragança nos horários de 11h e 13h. Caminhando pelo Castelo observamos vários pescadores na atividade de conserto das redes de pesca e as mulheres ocupadas com o tratamento dos peixes. Como também, foi possível observar muitas casas construídas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).



Figura 7. Rua principal de acesso ao porto da comunidade do Castelo. Fonte: Pesquisa de campo – Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, Bragança/Pa. 2017.

Quanto ao lazer observamos que as crianças brincam nas áreas alagadas pela maré e que não há espaços coletivos de entretenimento como praças ou clubes de moradores. O Catolicismo é bem presente no cotidiano dos entrevistados, a maioria das pessoas que entrevistamos relataram participar das festividades católicas na comunidade. Há também a tradicional festa da desportiva, promovida pelo time de futebol do Castelo, acontece todo mês de julho, essa festa é mantida pelos moradores desde quando moravam na praia do Picanço.



Figura 8. Atividades de lazer das crianças nas enchentes no campo – comunidade do Castelo.

Fonte: Pesquisa de campo – Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, Bragança/Pa. 2017

2. 2 Os Atores sociais da Pesquisa

A primeira visita de campo às duas comunidades estudadas ocorreu no ano de 2015 no âmbito do projeto de pesquisa o “Desafio político da participação em Unidades de Conservação” e foram estabelecidos os primeiros contatos com moradores e lideranças da Resex, o que viabilizou a realização da presente pesquisa. Em busca de informações para compor o projeto de qualificação do mestrado, em julho de 2016, retornei à comunidade do Treme para realizar duas entrevistas com mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Verde, nesse mesmo mês e ano, participei de uma reunião do Conselho Deliberativo sobre a finalização do acordo de gestão. Nessas oportunidades pude me aproximar dos moradores e das lideranças, que meses depois nos forneceram suporte para a realização do trabalho de campo, colocando à disposição suas casas para nos alimentarmos e passar o intervalo do almoço, período que os moradores estão em descanso.

Na Comunidade do Treme foram entrevistadas seis moradoras beneficiárias das políticas públicas. As interlocutoras são as senhoras D.F; C.R; S.S; E.M; L.T; I.R.A liderança entrevistada foi o Sr^o.P.F atual vice-presidente da ASSUREMACATA, que possui um histórico de liderança desde a criação Resex. Na Comunidade do Castelo os informantes foram às senhoras J.S; A.C; M.C; R.L; D.F; D.C. A liderança entrevistada foi o Sr^o.N.M, atual tesoureiro da ASSUREMACATA e ex- presidente dessa Associação. Além dessas entrevistas foram realizadas outras com o Sr^o. J.G, atual presidente da Associação e morador da Comunidade do Acarajó, e o primeiro presidente da Associação o Sr^o. Z.R morador da comunidade de Taquandeuá. Como detalha o quadro abaixo:

Quadro 4. Perfil dos entrevistados

Comunidade	Usuário	Liderança	Faixa-etária	Escolaridade
Treme	06	01	31 - 59	3ª a 8ª Série
Castelo	06	01	34 - 49	3ª Série ao Ensino superior Incompleto
Acarajó	-	01	60	Técnico completo
Taquandeuá	-	01	59	Ensino Médio Incompleto

Fonte: Pesquisa de campo – Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçú, Bragança/Pa. 2017. Elaboração da autora.

É importante salientar que os atores citados foram escolhidos pelo perfil correspondente ao objetivo da pesquisa. São usuárias e usuários adultos que receberam as políticas públicas, do II PNRA (Habitação e créditos de apoio) e do Programa Bolsa Verde, além das lideranças da ASSUREMACATA que influenciam, através de seus cargos, a partilha dessas políticas. A quantidade de entrevistas para cada comunidade não obedeceu

a um critério de amostragem significativa, visto que não há dados oficiais sobre o número de habitantes nas localidades e nem dados sistematizados sobre a distribuição dos benefícios por comunidades. As 12 usuárias entrevistadas são do sexo feminino, e esse fato se justifica no escopo dessa dissertação, devido as mulheres serem as principais receptoras das políticas públicas e por possuírem o registro no Cadastro Único (CadÚnico)¹⁷. Em relação às lideranças, todos os entrevistados são homens, demonstrando a baixa participação das mulheres em cargos de mando na Associação. Apesar de algumas mulheres serem conselheiras, não estão representadas entre os dirigentes.

As atividades de trabalho dos usuários estão em maioria relacionadas com o manejo dos recursos naturais extrativistas e da pesca, da captura e catação do caranguejo, da agricultura de pequeno porte, mas também exercem outras ocupações que depende muito da sazonalidade do recurso natural e da temporada do turismo. Mesmo que as características geográficas das comunidades sejam semelhantes, cada comunidade desenvolve sua economia em torno de uma atividade principal.

A comunidade do Castelo apesar de possui uma área extensa de manguezais, não pratica a captura do caranguejo, sendo exercida por outros usuários de comunidades próximas. Sua economia gira principalmente em torno da pesca. Os homens são responsáveis pela atividade e as mulheres dividem seus afazeres domésticos com o trato do peixe para ser consumido e comercializado. Diferentemente da dinâmica econômica da comunidade do Treme, que é concentrada principalmente em torno da captura e catação do caranguejo. Como aponta alguns relatos das moradoras:

Eu trabalho com o caranguejo aqui em casa mesmo (S.S, usuária, 2017).

¹⁷ O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras (<http://mds.gov.br>, 2018).

Sou pescadora vim pra cá catar caranguejo (D.F, usuária, 2017).

Trabalho na catação (E.M, usuária, 2017).

Eu ganho dinheiro do bolsa família e cato caranguejo (L.T, usuária, 2017).

Agora eu não faço nada, tenho diabete, mais já trabalhei muito catando caranguejo e na roça (I.R, usuária, 2017).

Sou marisqueira (C.R, usuária, 2017).

Quanto a renda das famílias bragantinas, o último senso realizado pelo IBGE considera o rendimento médio mensal, per capita, dos domicílios particulares permanentes na zona urbana, de 255 reais. Já para a população rural, o índice cai para 134 reais. O atual índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Bragança, é 0,600, considerado médio, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que avalia três dos requisitos considerados mais importantes para qualidade de vida do indivíduo, que são, Educação, Longevidade e Renda.

A renda das famílias bragantinas indica que estas, segundo o IBGE e o Banco Mundial, vivem na linha da pobreza e, em relação a população rural estas estão inseridas abaixo da linha da pobreza, pois sobrevivem com menos de 5 dolares por dia. A renda dessas famílias refletem um contexto maior de desemprego, baixa escolaridade, ausência de saneamento básico, dentre outros. E ainda é relevante destacar, que muitas dessas famílias, principalmente aquelas que foram entrevistadas para a pesquisa, a renda “garantida” são aquelas advindas dos programas sociais, como Bolsa Família e Bolsa Verde, o que pode ser um indicador da vulnerabilidade social dessas famílias.

Todas as comunidades da Resex Caeté-Taperaçu foram inseridas na qualidade de beneficiárias¹⁸ no Projeto de Assentamento (PA) nº0047000–

¹⁸ Para ser considerado beneficiário da Resex e ter acesso as políticas publicas do PNRA e do PBV é obrigatório residir no município de Bragança, no mínimo desde a criação da UC e exercer alguma atividade extrativista (ABDALA *et al*, 2012).

Sistema de Projetos de Reforma Agrária do MDA/INCRA. Juntamente com o INCRA a ASSUREMACATA mantém o cadastro de beneficiários da Resex, onde se encontram 4.457 beneficiários com seus respectivos nomes homologados em 2005 e 2006 pela Superintendência Regional do órgão de Colonização e Reforma Agrária (ABDALA et al,2012a).

Atualmente, 5.000 mil famílias (INCRA, 2005) constam no Registro de beneficiários (RB) da Resex, a ASSUREMACATA possui cerca de 8.816 associados. As famílias contempladas com o crédito Habitação somam 1.648- e outras 2.587 receberam os créditos de apoio (INCRA,2017). No cadastro de beneficiários realizado entre 2011/2012 o ICMBio, em parceria com a ASSUREMACATA, cadastrou cerca de 9.045 famílias. No entanto, analisando as informações dos moradores das comunidades da Resex, o ICMBio concluiu que em média, 4.000 mil famílias se encaixavam no perfil de beneficiário desta UC, sendo aptas a receberem as políticas públicas direcionadas a Resex (ATAS do CD, 2011).

Em 2005 o INCRA previa atender 3.000 mil famílias extrativistas na Resex Caeté-Taperaçu, sendo que no ano da sua criação a Resex possuía cerca de 1.300 famílias, abrangendo 1.700 pescadores em 38 comunidades, a maior parte destas localizadas fora dos limites da Resex, ficando apenas três comunidades dentro dos seus limites (ABDALA *et al*, 2012). Em 2008, O INCRA divulgou nova estimativa de atendimento aos beneficiários, alargando para 5.000 famílias a possibilidade de inclusão como beneficiárias (*idem*). É importante enfatizar que o cadastro de beneficiários é o único documento oficial de garantia de acesso às políticas públicas, ao uso dos recursos naturais e da posse legal da terra por tempo previsto no CCDRU.

O INCRA realizou o cadastramento dos usuários em 2005 para estimar o número de famílias que iriam ter acesso aos benefícios sociais do crédito instalação do PNRA para a construção das casas, aquisição de mobília e créditos direcionados às atividades produtivas do extrativismo, como a aquisição de apetrechos de pesca e ferramentas para a agricultura. Porém as inconsistências nos dados cadastrais dos usuários são também, fontes de conflitos entre aqueles que de fato tem ou não direito aos benefícios sociais.

Isso é um relato recorrente entre os usuários que denunciam o recebimento de unidades habitacionais por pessoas que não correspondem ao perfil da política pública, como por exemplo, pessoas que já possuíam uma casa de alvenaria e ganharam outra do INCRA. Todos os entrevistados da pesquisa residentes nas comunidades foram contemplados com os créditos do II PNRA e do PBV. Na Comunidade do Castelo, por exemplo, todas as entrevistas aconteceram em unidades habitacionais financiadas pelo INCRA.

O reconhecimento desses moradores como beneficiários de uma área de proteção ambiental, suscita várias questões em relação à parceria entre a sociedade civil e o representante do Estado na proposta de cogestão da Resex. Assim a gestão desse território está para além das reuniões formais convocadas pelo Conselho Deliberativo e presididas pelo ICMBio, está imbricada nas relações sociais dos usuários nas comunidades, questionando as regras de uso dos recursos naturais e sobretudo, as condicionalidades de acesso a essas políticas públicas.

Nas entrevistas se buscou entender também a partir dos usuários, suas compreensões do que é uma Resex e se sabiam que moravam em uma comunidade de dentro ou do entorno da UC. Os moradores da Comunidade do Castelo, que está dentro dos limites da Resex, afirmavam enfaticamente que estavam dentro da Resex, acreditam que por esse motivo tenham sido beneficiados largamente com as políticas públicas. Já na comunidade do Treme os entrevistados diziam que moravam dentro da Resex e demonstravam surpresa quando dizíamos que eles estavam no entorno da UC. Relatavam que não percebiam diferenças quanto aos direitos e deveres das comunidades de dentro e fora dos limites da Resex.

Quando questionados sobre o que significa a Resex, na maioria das vezes resumiam em duas palavras “preservação ambiental”, quando não, preferiam o silêncio. No entanto, todos afirmaram que já participaram de reuniões do Conselho Deliberativo na sede da Associação e que atualmente frequentam pouco esse espaço, por este se encontrar enfraquecido pelas disputas políticas e a ausência de benefícios sociais. A análise da atuação política da Associação, assim como, os conflitos na partilha das políticas públicas serão analisados no último capítulo desta dissertação.

No capítulo seguinte analisaremos a discussão teórica que, do ponto

de vista sociológico, contempla a origem das reservas extrativistas no Brasil, problematizando a ação dos diferentes atores sociais para a conformação desse espaço social, em particular as populações tradicionais. Ao transformar a relação entre sociedade e natureza (FLEURY, 2014; ALMEIDA e PREMEBIDA, 2014) como tema da sociologia, temos um espaço de reflexão para entender o que aqui delimitamos como conflitos socioambientais, haja vista compreendermos os diferentes projetos e simbolismos que se projetam nesses novos territórios. Dessa forma, analisaremos também o processo de criação da Resex Caeté-Taperaçu, a partir dos principais acontecimentos e os atores envolvidos na sua institucionalização, caracterizando também a apropriação dos instrumentos de gestão disponíveis nesse território.

3. CAPÍTULO III – A RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA CAETÉ-TAPERÁÇU

3.1 O Município de Bragança

O município de Bragança está inserido na mesorregião do Nordeste Paraense que por sua vez pertence à microrregião Bragantina, e agrega os municípios de Augusto Corrêa, Bonito, Bragança, Capanema, Igarapé-Açu, Nova Timboteua, Peixe-Boi, Primavera, Santa Maria do Pará, Santarém Novo, São Francisco do Pará e Viseu (IBGE, 2012). Esses municípios possuem amplas faixas de manguezais, os recursos naturais deles extraídos são à base da economia local dessa região.

O Código Florestal Brasileiro por meio da lei nº 4.771/1965 considera os manguezais como áreas de preservação permanente. Os manguezais permeiam ao longo de toda a costa brasileira, entre os estados do Amapá e Santa Catarina (CONAMA, 2002). O Estado do Pará possui 4.500 km² de áreas de manguezal, constituindo 1/5 do total brasileiro (OLIVEIRA, 2012).

Bragança integra o complexo natural amazônico que, especificamente na porção norte do Brasil, abriga um conjunto de populações que habitam os mais distintos ambientes (várzea, terra-firme, beira de rio, mangue, etc.). Tais espaços condicionam a reprodução social destas populações e são por elas modificados, condizentes às suas necessidades sociais (SILVAJUNIOR, 2013). A região dispõe de uma ampla sociobiodiversidade, refletidas na densidade de sua floresta tropical e na diversidade cultural de suas populações.

A origem do município está entrelaçada ao contexto histórico de conquista da Amazônia durante o período colonial. Os primeiros colonizadores que exploraram as terras do atual município, situadas na margem esquerda do rio Caeté, teriam sido os franceses da expedição de Lavardiere, em 1613 o local onde era habitado pelos índios Apotiungas da nação dos Tupinambá. (IBGE, 2010). Bragança pertencia à capitania Gurupi, doada por Felipe III de Espanha, em 1622, a Gaspar de Souza, Governador-Geral do Brasil.

Em 1753 foi criada a vila a margem esquerda do Rio Caeté, batizada

com o nome de Bragança e nesse mesmo ano foi elevada a município e revertido à Coroa, (MANESCHY, 1993). A partir disso, e em decorrência das mudanças políticas e econômicas durante o século XX, o município sofreu diversas divisões em sua formação territorial, sendo redefinidos os distritos dentro de seus limites. Alguns destes se emanciparam tornando-se também municípios, como é o caso de Tracuateua e Augusto Correia.

A partir das primeiras décadas do século XX, ocorreu um forte fluxo migratório do Ceará para Bragança, causado por uma prolongada seca no nordeste brasileiro (MANESCHY, 1993). A presença de nordestinos é notável nas feiras livres de Bragança e em algumas comunidades da Resex, como Pontinha do Bacuriteia, que registra 22,39% de residentes Cearenses (OLIVEIRA, 2012). Existem comunidades que são apontadas pelos moradores como residências predominantes de Nordestinos. Estudo realizado por Peres (2011) indica que o fluxo migratório atual continua influenciando a dinâmica social das comunidades da Resex. Especificamente na comunidade de Acarajó Grande é significativa a migração de famílias vindas dos Estados do Maranhão e do Ceará, para trabalhar principalmente na pesca em pequena e larga escala (PERES,2011).

A religiosidade bragantina ramifica-se em duas vertentes predominantes. Os protestantes que fundaram a Assembléia de Deus no Pará iniciaram suas evangelizações pela comunidade do Tamatateua, expandindo-se posteriormente para todo o Pará, consolidando o protestantismo em todo o município. O Catolicismo tem importância significativa nas festividades culturais, todos os anos, em dezembro ocorre a festa da Marujada em homenagem a São Benedito, Santo Padroeiro da cidade. São mobilizados centenas de devotos, dinamizando a economia local com a chegada de turistas. Há outras festas católicas importantes como o tradicional Círio de Nossa Senhora de Nazaré, os bois-bumbás, festividade para São Pedro e a quadra junina. A igreja Católica desempenhou forte influência nas discussões que culminaram com a decretação da Resex.

O potencial turístico da cidade é voltado para as praias da região, principalmente para a praia de Ajuruteua e para o centro histórico da cidade. Na cidade existem várias igrejas Católicas centenárias como a Igreja Matriz, a Catedral Nossa Senhora do Rosário, a Igreja de São Benedito, o Instituto

Santa Teresinha e o Museu da Marujada que reuni um acervo de fotos da Bragança antiga, além da exposição de objetos específicos da Marujada. Há também vários festivais culturais para comemorar a safra de determinados peixes e mariscos, pequenos círios para diferentes santos nas comunidades, dentre outras comemorações.

A principal atração turística de Bragança é a praia de Ajuruteua que está localizada no entorno da Resex, o asfaltamento da rodovia PA-458 que liga o município à praia de Ajuruteua iniciou em 1982, causando um dos maiores impactos em áreas de manguezais registrados na história da literatura científica

São mais de 25 km de estrada cortando os manguezais da Península de Ajuruteua, o que provocou desmatamento do mangue, atropelamento da fauna silvestre, aumento na emissão de ruídos e resíduos e problemas associados ao aumento de tráfego de veículos, aterramento e destruição de canais de maré naturais que interligavam e comunicavam os diferentes estuários e toda a fauna e flora associada na região, além de possibilitar o avanço e aumento da especulação imobiliária e do desenvolvimento de um turismo sem nenhum planejamento ou ordenamento na região de Ajuruteua. Provocou um grave impacto na dinâmica hidrogeológica local, causando a mortandade de uma extensa área de manguezais no percurso que atravessa a RESEX. (ABDALA et al, 2012a, p.126).

A economia Bragantina está estruturada com base no setor primário, onde a pesca historicamente se destaca, como é típico na região Amazônica, por constitui-se em fonte essencial de alimentos, ocupação de mão-de-obra e de renda para a população, especificamente para as comunidades residentes no litoral. A pesca é representada no litoral bragantino pelas modalidades artesanal e industrial, essas são de expressiva importância na economia local, fazendo deste município o terceiro porto de desembarque de pescados no Pará (SILVA JUNIOR,2008).

O Extrativismo do Caranguejo é realizado pelo caranguejeiro, no modo tradicional, com o “braceamento”, que consiste na ação de introduzir a mão e obraço através da cavidade onde está abrigado o caranguejo, até alcançá-lo. Utiliza-se também o gancho que é um instrumento de comprimento variável e recente na região. Essa técnica é considerada predatória, por causar certa mortalidade nos caranguejos, devido ao ferimento produzido pela ferramenta

(PEROTE, 2010). Cerca de 40% das famílias bragantinas extraem parcial ou totalmente a sua renda da coleta do caranguejo *Ucidescordatus* (PERES, 2011).

A agropecuária é praticada de forma extensiva em propriedades de médio e grande porte. A agricultura é praticada no sistema de corte e queima (coivara), onde se produz principalmente mandioca, feijão, milho, arroz, pimenta do reino e outros produtos, sendo a criação bovina realizada nas regiões dos campos (SILVA JUNIOR, 2008).

Como demonstrado acima, o município bragantino destaca-se na economia paraense pela sua importância nas atividades de pesca e captura do caranguejo, assim como pela pequena agricultura, tal fato foi fundamental para fomentar o movimento social que reivindicou a criação da Reserva Extrativista Marinha Caeté- Taperaçu. Os técnicos dos governos local e estadual, junto com os moradores desta área, temiam a extinção destes recursos naturais devido à alta exploração sobre os mesmos. No decorrer desse capítulo será analisado o processo de criação desta Unidade de Conservação, baseado nos debates e ações em torno da necessidade de defender esses recursos naturais.

3.2 O Surgimento das Reservas Extrativistas a partir da Ambientalização dos Conflitos Sociais

A década de 70 representou um grande marco nas discussões ambientais atreladas à questão social. O meio ambiente passa a ser pensado a partir da relação sociedade-natureza (FLEURY, 2014). Grandes eventos internacionais são promovidos por grupos sociais que reivindicam qualidade de vida e denunciam a poluição ambiental. No Brasil o enfoque ambiental é levantado pelas populações tradicionais, a definição do conceito de população tradicional, é objeto de acirradas disputas discursivas no campo teórico. Porém nessa dissertação compreendemos o conceito de populações tradicionais

Como grupos humanos diferenciados sob o ponto de vista cultural, que reproduzem historicamente seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base na cooperação social e relações próprias com a natureza. Essa noção refere-se tanto a povos indígenas quanto a segmentos da população nacional, que desenvolveram modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos específicos (DIEGUES; ARRUDA, 2001, p. 27).

Sendo assim, essas populações protagonizam lutas pela posse da terra e pela defesa de sua sobrevivência que advêm dos recursos naturais. Para essas populações a terra transcende a vida material, está humanizada no imaginário, representa um "Ser vivo e autônomo", é fonte de trabalho e história.

A visibilidade desses conflitos socioambientais ganha força com a realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO- 92), sediada na cidade do Rio de Janeiro, em 1992. A repercussão desse evento mobilizou centenas de países e organizações não-governamentais que concordaram sobre a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento assentado no tripé economia-ecologia-equidade social (ZHOURI e LASCHEFSKI,2010).

A ambientalização dos conflitos sociais consiste em um processo construtivo das relações sociais, enseja novas institucionalizações e mudanças de hábitos nas pessoas e grupos sociais acerca da relação com o meio ambiente, que se apresenta como uma nova questão pública (LEITE LOPES, 2006). A interiorização pelos indivíduos dessa nova forma de compreensão da relação sociedade-natureza se reflete na ambientalização dos conflitos sociais, seja pela apropriação e uso dos recursos naturais, como também, pelo o acesso as políticas públicas em territórios de proteção ambiental, como analisamos localmente na Resex Caeté-Taperaçu.

Os conflitos socioambientais perpassam pela tensão da legitimidade do discurso, ou seja, os atores sociais se apropriam dos discursos de sustentabilidade para garantirem o direito de permanecerem em seus territórios. Dessa forma, os grupos sociais partem do parâmetro da preservação ambiental para externalizar suas reivindicações na arena pública com o objetivo de pressionar o Estado e os outros atores responsáveis com a questão reivindicada. Nesse sentido o processo de ambientalização dos

conflitos sociais estaria relacionado ao avanço progressivo de reivindicações, conquistas e novas institucionalidades ambientais (LEITE LOPES, 2006).

A própria ambientalização das questões públicas torna-se fonte de conflito, pois há uma disparidade de legitimidade entre o conhecimento científico dos *experts* e o conhecimento produzido pelas populações tradicionais. Essas populações ao lutarem pelo acesso as políticas públicas e ao uso dos recursos naturais se aproximam dos discursos de igualdade e preservação ambiental propagado por movimentos ambientalistas. Porém não partem de uma concepção abstrata sobre a natureza, e, sim, porque a utilizam como fator de produção e meio de vida (ALEGRETTI, 2008). Ao buscarem soluções para os conflitos elaboram estratégias que estão sujeitas a avanços e retrocessos na mediação dos conflitos sociais, especificamente em territórios ambientalizados (LEITE LOPES, 2006).

Para Acselrad (2004) a ideia de conflito ambiental parte da problemática do esgotamento dos recursos naturais, suscitando os debates em torno desta questão. As estratégias mobilizadas para a elaboração de diagnósticos ambientais apontam para uma quantificação dos resultados (como índices de escassez de determinados recursos), o que exclui a análise das relações de conflitos sociais, e tende a esvaziar o debate político – que é exaurido pelos indicadores técnico-científicos da crise ambiental. Estes indicadores, ao serem utilizados em decisões políticas acabam por legitimar soluções autoritárias e meritocráticas em nome da preservação do ambiente (ACSELRAD, 2004). A população que está imersa no conflito perde a visibilidade em detrimento da disputa pelo recurso natural, demonstrando a predominância da lógica capitalista que prioriza o recurso natural para a resolução de conflitos, enquanto as relações sociais não são problematizadas.

Os conflitos socioambientais derivados da partilha das políticas públicas em territórios de proteção ambiental são emblemáticos das contradições que permeiam os modelos de desenvolvimento no interior do qual eclodem. Essa visão se diferencia da proposição funcionalista para a qual os conflitos são indicadores de que algo não vai bem, beneficiando o sistema com a permanente auto-regulação. Há que considerar que as relações de conflito podem suscitar ganhos. Os condicionantes positivos e

negativos dos conflitos estão entrelaçados, podem ser separados analiticamente, porém não empiricamente (SIMMEL, 1988). Tais condicionalidades estão para além dos atores que se afirmam com frequência em uma dinâmica de conflito, reflete diretamente na composição das relações sociais, como analisamos localmente na Resex Caeté-Taperaçu.

Os conflitos socioambientais perpassam pelas relações sociais, envolvem grupos sociais com dinâmicas diferenciadas de percepção e apropriação do território. A origem de tais conflitos pode ser compreendida quando pelo menos um dos grupos causa impactos indesejáveis no território (ACSELRAD, 2004). A partir dessa concepção teórica, no escopo dessa dissertação, compreendemos que os conflitos socioambientais, não se restringem somente aqueles ligados aos recursos naturais, como também, os conflitos que se desenvolvem em territórios ambientalizados, como os conflitos em torno da partilha das políticas públicas que analisamos na Resex Caeté-Taperaçu.

Sendo assim, Acselrad (2004) afirma que "O conflito pode derivar da disputa por apropriação de uma mesma base de recursos" (pg.23), que para o autor trata-se dos recursos naturais, no entanto a interpretação a essa preposição, realizada no contexto da pesquisa, pode se alargar para os benefícios sociais em territórios de conservação ambiental.

Recursos escassos do Estado para cobrir grupos empobrecidos como as populações rurais agem como estímulos para a explosão de conflitos, cuja questão central está relacionada com a partilha desigual dos recursos disponíveis. A ideia clássica de conflito social aparece assim associada, portanto, há um conflito socioambiental pela apropriação desigual do território e de recursos específicos para a população tradicional. Por outro lado, o conflito perpassa também no campo simbólico, onde os agentes questionam suas representações, crenças e esquemas classificatórios que estruturam e legitimam as ditas relações de poder (ACSELRAD, 2004).

Observamos localmente que as relações de poder no âmbito da ASSUREMACATA incidem diretamente na partilha das políticas públicas, sendo fonte permanente de conflitos neste território. As lideranças da Associação estão entrelaçadas em lutas simbólicas e exprimem a tensão na legitimidade atribuída pelos moradores da UC a gestão desenvolvida pela

Associação. Nesse sentido, Acselrad (2010) pontua que

Nessas disputas em que diferentes atores sociais ambientalizam seus discursos, ações coletivas são esboçadas na constituição de conflitos sociais incidentes sobre esses novos objetos, seja questionando os padrões técnicos de apropriação do território e seus recursos, seja contestando a distribuição de poder sobre eles (2010 p.17)

A essa preposição teórica, ressalta-se que as Unidades de Conservação e, especificamente, as Reservas Extrativistas nascem da ambientalização de um conflito social, protagonizado com os movimentos reivindicatórios dos seringueiros no Estado do Acre. Segundo Allegretti (1994), a proposta inicial de criação das primeiras Reservas Extrativistas foi incorporada ao Programa Nacional de Reforma Agrária em 1987, na qual foi denominada de Projeto de Assentamento Extrativista. E passou a ser gerida pelo INCRA, em 1990, através do decreto de nº98.897, recebendo o nome de Reserva Extrativista, nessa condição, o IBAMA passou a ser o órgão responsável pela sua gestão.

As Reservas Extrativistas podem ser consideradas como reservas de desenvolvimento sustentável, pois estas áreas são destinadas para atividades econômicas baseadas na agricultura, na criação de pequenos animais e no extrativismo de recursos da floresta. Sua criação deve estruturar-se nos parâmetros de sustentabilidade e de retorno social (ALLEGRETTI, 1994).

A implantação das primeiras Resex surgiu da necessidade social de promover a regularização fundiária e, juntamente proporcionar melhores condições socioeconômicas aos seringueiros, que se encontravam em vulnerabilidade econômica, com o declínio da atividade da borracha na Amazônia. Nesse contexto observam-se intensos conflitos entre as populações tradicionais e os novos atores migrantes vindos do sul do País, que chegavam por meio de incentivos econômicos do governo federal (IANNI, 2004).

Os seringueiros residentes na região do Vale do Rio Acre (AC) lutaram por mais de dez anos contra os fazendeiros que eram subsidiados pelo

governo federal. A partir deste cenário de confronto, esses trabalhadores se articularam enquanto movimento social para reivindicar seus direitos à posse legal da terra. A partir daí, temos quatro períodos importantes na trajetória de implantação das Reservas Extrativistas, que são cronologicamente comentados por Allegretti (1994).

No primeiro momento, entre os anos de 1973 a 1976, os seringueiros organizaram um movimento de resistência contra a derrubada da floresta por parte dos fazendeiros, que foi denominado de Empates. A principal função dessa articulação social era manter os seringueiros na floresta, impedindo sua expulsão pelos fazendeiros. A etapa seguinte, de 1976 a 1980, foi marcada pela ocorrência de indenizações e acordos. O governo reconheceu os seringueiros como posseiros, fato este que possibilitou o recebimento de indenizações por benfeitorias realizadas na propriedade. Mas muitos se recusavam a deixar os seringais, por esse motivo foram propostos acordos nos quais esses agentes sociais, representados pela CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), entraram em negociação com os fazendeiros para a utilização da área.

Como resultado desse processo de negociação ficou acertado que uma parte dos seringais passava a ser dividida entre os posseiros (seringueiros), que se tornavam proprietários de pequenos lotes, ficando o restante da área sobre a posse de fazendeiros que realizavam a implantação de projetos agropecuários. A Colonização que houve entre 1980 até 1985 delineou um terceiro momento, consistiu em uma ação realizada pelo governo federal que visava destinar áreas florestais, tanto para os seringueiros, quanto para pequenos produtores rurais Sulistas, por meio de projetos de colonização compostos por lotes de no máximo 100 ha por família. A intenção política deste projeto visava tornar os seringueiros produtores agrícolas, objetivo que fracassou diante das dificuldades estruturais da região (ALMEIDA, 2004).

O período entre 1985 a 1990 marcou o surgimento das Reservas Extrativistas. Em 1985 ocorreu o Encontro Nacional dos Seringueiros da Amazônia no estado do Acre, ensejando a articulação destes seringueiros em uma ação coletiva direcionada a conquista dos territórios por eles pleiteados. Nesse cenário são definidos os seguintes objetivos de reivindicação: a

permanência na floresta, a realização de uma reforma agrária condizente com o contexto socioeconômico das populações residentes, implantação de novas tecnologias para melhorar a produção e melhorias educacionais e de saúde para as comunidades (ALMEIDA, 2004, pg.40). A gestão dessas áreas consiste em uma cogestão entre as associações de moradores e o Estado, representado por seu órgão competente. Sendo assim, cabe a associação de cada reserva fiscalizar e controlar a utilização dos recursos existentes na área de preservação ambiental.

É importante notar que a proposta inicial do movimento seringueiro não visava à posse da terra, mas a manutenção da floresta em pé, a fim de fazer uso dela. Além disso, estava explícito em suas propostas o direito à autonomia do território, baseado em sua autogestão (CUNHA, 2012). Esse propósito se traduzia na direção de uma reforma agrária, que tomou outros rumos com a institucionalização das Resex, cristalizado com o SNUC. Processo que subverte essa proposta no modelo de cogestão, cujo espaço é, por força da lei, administrado pelo ICMBio (SNUC, 2000; CUNHA, 2012).

As políticas públicas que compõem as Reservas Extrativistas são significativas para a permanência das populações tradicionais em seus territórios, haja vista que as populações tradicionais amazônicas sofrem historicamente com a marginalização social, refletidas na negação de direitos sociais que venham contribuir para a manutenção de seus modos de vida. Observamos que atualmente muitas questões não avançaram, surgindo diversos conflitos em torno da legitimidade da participação e da partilha de benefícios sociais canalizados pelo governo federal. Vem se constatando que algumas pautas pleiteadas pelos movimentos sociais dos seringueiros se consolidaram, entretanto, o desafio da cogestão, como vemos na Resex Caeté-Taperaçu, nos instiga a ver localmente como se registram os avanços e recuos na gestão deste território.

Com a implantação das Unidades de Conservação partiu-se para a elaboração de dispositivos jurídicos de regulamentação de uso de tais territórios, os ditames legais resultaram no Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Sua constituição foi resultado de um amplo processo de discussão e revisão das categorias de Unidades de Conservação já

existentes, fornecendo os subsídios legais para a estruturação das Unidades e estabelecendo critérios jurídicos para a conservação do Meio Ambiente (SANT'ANNA,2003).

Sant'Anna (2003) destaca que o SNUC estabelece dentre outras coisas, critérios e normas para a criação e gestão das Unidades de Conservação em território nacional, prevê também uma estruturação unificada dos mecanismos de seleção, criação, implantação, gestão e fiscalização destas UCs, sistematizando todos esses processos e estabelecendo um órgão gestor, o ICMBio para administrar as áreas em questão, com os mecanismos legais citados.

Portanto, as Reservas Extrativistas, segundo o SNUC, são áreas de domínio público com direito real de uso concedido por vigência contratual de 50 anos às populações tradicionais extrativistas, por meio da associação-mãe. Essas áreas são geridas por um Conselho Deliberativo, permitindo-se o uso sustentável dos recursos naturais, assim como a construção de estruturas que contemplem à melhoria da qualidade de vida das comunidades. Outro elemento obrigatório é o Plano de Manejo, no qual são definidas as normas de uso, o zoneamento das áreas e os programas de sustentabilidade ambiental e socioeconômica, entre outros aspectos. Nesta categoria de unidade de conservação também é permitida a visita pública e a realização de pesquisas científicas.

As Reservas Extrativistas que são criadas antes do SNUC, são denominadas de Resex de “primeira geração”, após essa legislação são denominadas informalmente como as de “segunda geração” (GLASER e OLIVEIRA, 2004). As últimas são fundamentadas na questão da preservação ambiental, considerando o contexto político, organizacional e institucional das populações tradicionais. Tem como causas seminais o apelo social e principalmente a questão ambiental de cunho preservacionista (DIEGUES, 2001), ou seja, diferente daquele movimento atrelado à agência dos movimentos locais, que criaram as primeiras Resex, estas segundas, além da demanda das comunidades locais, tem a anuência do Estado. Na região costeira paraense, as reservas estão na segunda classificação. São em grande parte reservas marinhas direcionadas a conservação ambiental e uso exclusivo de grupos extrativistas, em sua maioria pescadores artesanais e

coletores de caranguejo (Quadro.5).

Quadro 5. Reservas Extrativistas Marinhas no Estado do Pará

RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA	MUNICÍPIO	ANO DE CRIAÇÃO
Mocapajuba	São Caetano de Odivelas	2014
Cuinarana	Magalhães Barata	2014
Mestre Lucindo	Marapanim	2014
Gurupi-Piriá	Viseu	2005
Caeté-Taperaçu	Bragança	2005
Tracuateua	Tracuateua	2005
São João da Ponta	São João da Ponta	2002
Mãe Grande de Curuçá	Curuçá	2002
Chocoaré- Mato Grosso	Santarém Novo	2002
Maracanã	Maracanã	2002
Soure	Soure	2001

Fonte: ICMBio,2017. Elaborado pela autora.

Os dados apontam a presença de nove Reservas Extrativistas marinhas, que junto com as terrestres, desenham o mosaico de vinte e três Reservas Extrativas no Pará. As Reservas Extrativistas Marinhas possuem um diferencial, que é a proteção das áreas de manguezais no litoral brasileiro (CHAMY, 2002). Estão localizadas em terrenos exclusivos da Marinha, e, portanto federais.

Nas atividades de pesquisa de campo para compor essa dissertação, participei de um evento realizado pela CONFREM (Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas), no município de São João de Pirabas. A dinâmica do evento, contou com a recepção dos extrativistas, fala dos coordenadores da COMFREM e técnicos do ICMBio, como também, com a formação de grupos de trabalhos para discussões relacionadas a temas do cotidiano das Reservas Extrativistas Marinhas.

O propósito desse evento consistiu em discutir, dentre outras coisas, as condições para a criação de três Reservas Extrativistas marinhas no litoral paraense, nos municípios de Salinas, São João de Pirabas e Quatipuru. Estavam presentes lideranças extrativistas desses municípios. Observamos que o evento

contou com aproximadamente 150 pessoas, entre elas crianças, jovens e adultos. O número de homens e mulheres era proporcional, tanto em relação aos que se encontravam como ouvintes, como também, os apresentadores do evento. Outro ponto interessante era o expressivo número de crianças, adolescentes e jovens.

Segundo a gestora da Resex Caeté-Taperaçu, a maioria desses jovens eram do município de Bragança e estavam inseridos no projeto Jovens Protagonistas (vinculado a UNESCO). Na abertura do evento a coordenadora da COMFREM afirmou que o objetivo da Embaixada é o fortalecimento das bases, reunir tanto as Resex's já decretadas como as que ainda estão em andamento. Visando todavia, o fortalecimento do papel dos extrativistas dentro das Unidades de Conservações de Uso Sustentável, enfatizando que as ONG's e o ICMBio devem ser vistos como parceiros, mas que o papel principal é dos usuários e moradores da UC.

Neste capítulo abordamos a criação das Reservas Extrativistas no Brasil a partir da ambientalização dos conflitos sociais, no caso específico das reservas marinhas do nordeste paraense. A participação de atores externos como os técnicos do IBAMA e ICMBio, Universidade Federal do Pará, organizações regionais e locais, juntamente com a população tradicional, solicitaram a criação da Resex Marinha Caeté-Taperaçu.

3.3 A Institucionalização da Resex Caeté-Taperaçu- Antecedentes, Implantação e Gestão.

As entrevistas realizadas com os usuários da Resex Caeté-Taperaçu, apontam que no desenvolvimento do projeto e da proposta de criação da Resex foi relevante a participação dos técnicos da EMATER-PA junto aos pescadores, caranguejeiros, marisqueiros e demais envolvidos. Enfatiza-se também a presença de lideranças comunitárias, como o Sr. Castro da comunidade do Castelo, Srº. Zé Porá do Taperaçu, Sra. Inezila do Bacuriteua, Srº. Adão do Acarajó, Srº. Elias do Tamatateua e o primeiro presidente da

ASSUREMACATA, que nos relatou sobre o período que antecedeu a criação da Resex

Eu era do movimento de pesca (MOPEPA) que a gente criou em 90. Em 96 a gente começou um movimento forte em Bragança com a primeira conferência do caranguejo, aí a gente pegou assinatura de todas essas comunidades, tanto dentro da reserva, que a gente queria são três comunidades, e também das outras que também iam se beneficiar de onde a gente ia fazer a reserva. São 45 comunidades ao todo dentro da Caeté, e aí agente conseguiu fazer um abaixo assinado...bater os pontos de GPS,fazer todo aquele histórico biológico, social e tudo. E foi em torno de sete anos que nós passamos fazendo isso, montamos um movimento forte nesse tempo, porque nós juntamos além do nosso município, Viseu, Augusto Correia, Tracuateua, São João da Ponta, em um movimento só. A Resex de Soure que já estava criada, e outras que estavam se criando, tinha todo esse intercâmbio e a gente fazia essa discussão (Z.R, primeiro presidente da ASSUREMACATA,2015).

Segundo este entrevistado e outros interlocutores que ouvimos no decorrer da pesquisa, houve ampla participação popular no movimento que ensejou a criação da Caeté Taperaçu. As lideranças receberam apoio financeiro de parlamentares para a realização de viagens até Brasília, no intuito de dialogar com representantes do governo federal e com outras lideranças de Reservas já criadas no Brasil. As articulações entre os atores para compor uma reivindicação coletiva é analisada por Escobar (2005) como uma rede de relações entre os agentes sociais, como constituinte da representação do território como espaço vivido, estruturante da vida cotidiana. O protagonismo dessas reivindicações tende para a manutenção da memória identitária, cultural e histórica. Para estas populações tradicionais,o direito legal ao território pode significar a garantia do direito primário a existir enquanto questão cultural, política e ecológica (*idem*).

A manifestação das populações tradicionais para assegurarem seus direitos ao lugar ensejou a emergência da territorialização da ação pública (TEISSERENC,2010), que no caso da Resex Caeté-Taperaçu teve seus objetivos direcionados a potencializar o projeto de vida das comunidades, relevando-se suas práticas e valores específicos, a defesa do território como espaço de realização deste projeto social, a defesa da dinâmica organizativa

pelo controle e manutenção da sobrevivência física e social.

Em continuidade, iniciaram-se os trâmites legais para a criação da Unidade de Conservação. Para que se crie uma reserva é necessário, além do laudo biológico para identificar a fauna e flora existentes na área, a realização do estudo socioeconômico. Esse visa conhecer como vive a população extrativista, se há tradicionalidade dessa população nos seus modos de vida, haja vista, que uma das propostas da Resex é atender as populações tradicionais (SNUC, 2000).

A Resex Marinha Caeté-Taperaçu (RMCT) foi criada devido à necessidade social de reduzir o uso predatório dos recursos pesqueiros, como caranguejos e peixes, que dependem das extensas florestas de manguezal da região bragantina (PERES,2011).O diagrama descreve cronologicamente o início da mobilização social para a criação da Resex e seu desenrolar até a decretação da área como Unidade de Conservação. O esquema está organizado em quatro níveis de influência (internacional, nacional, regional e local) que sintetizam o processo de criação que durou cerca de dezesseis anos. Envolveu articulações dos atores sociais em diferentes esferas, realização de eventos e manifestação de apoio de entidades e órgãos oficiais, em favor da criação da Resex. É importante analisar a conformação de uma rede de agentes sociais que constituíram projetos e estratégias sociais diferenciadas no território de Bragança e da Resex. Tensão que vem refletindo nos espaços de atuação desses agentes na cogestão da UC.

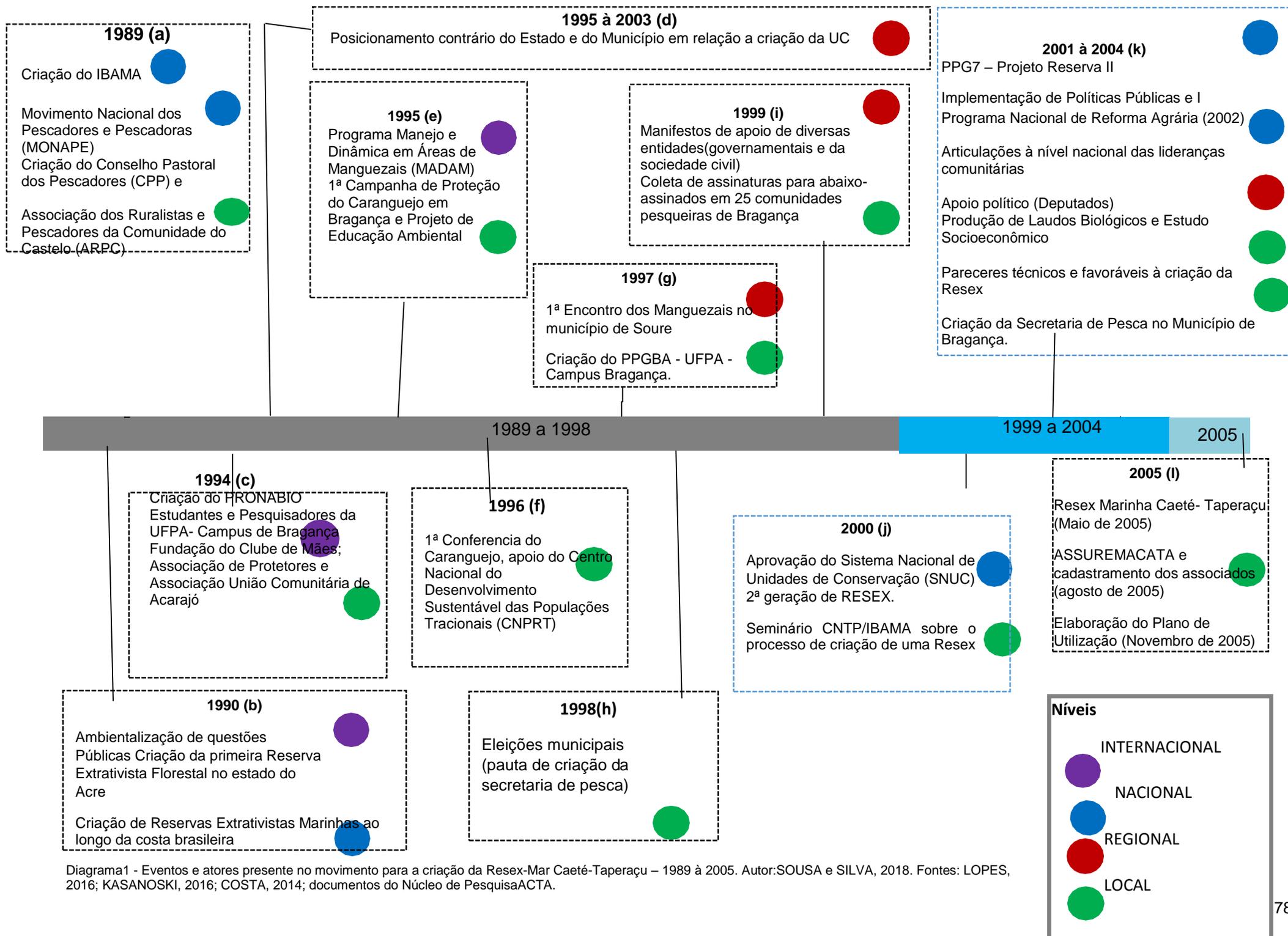


Diagrama1 - Eventos e atores presente no movimento para a criação da Resex-Mar Caeté-Taperaçu – 1989 à 2005. Autor:SOUSA e SILVA, 2018. Fontes: LOPES, 2016; KASANOSKI, 2016; COSTA, 2014; documentos do Núcleo de PesquisaACTA.

Como pode ser observado no diagrama, a reivindicação para a criação da Resex durou anos, entre conflitos e acordos, fato que demonstra a morosidade das políticas públicas direcionadas às populações tradicionais na Amazônia. Ficando evidente que para terem seus direitos assegurados esses atores necessitam mobilizar uma rede de articulação que está para além do território e de seu grupo comunitário, para assim, legitimarem suas demandas. Entendemos essa rede a partir de Warren (2006), que "pressupõe a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas" (p.113).

A partir dessa preposição teórica o movimento social se constitui em torno de um objetivo comum, no caso em tela, mobilizando a causa ambiental e seus diferentes parceiros, buscando agregar sentidos a uma causa reivindicada, transcendendo as experiências empíricas, adentrando no campo cognitivo de apreensão dos rumos necessários para alcançar o objetivo comum pleiteado. Assim, no movimento social que impulsiona a criação da Resex Caeté- Taperaçu observa-se a adesão de vários atores locais, desde instituições até organizações sociais religiosas e ONGs, que junto com outros agentes externos ao território local, conformaram uma rede de atuação em prol da institucionalização da Resex.

As lideranças que protagonizaram o movimento social de criação da Resex relataram que havia interesses externos incidindo diretamente na promulgação da UC. Várias articulações políticas foram realizadas, como o apoio das comunidades a candidatos a prefeitura e legislativo, nas eleições municipais de 1998, com a promessa da criação da secretaria de pesca que prestaria assistência ao pescador. Foi aberto também o diálogo com instituições federais como o IBAMA, e com deputados estaduais e federais de vários partidos, no empenho conjunto para fortalecer o movimento de criação legal da Resex. Devendo-se destacar a influência internacional em torno da proteção da fauna e da flora da Amazônia, que se torna símbolo da preservação ambiental.

Tanto o socioambientalismo (as ONGS), quanto os líderes políticos e organizações internacionais destinam ajuda financeira com aquele fim. O PPG7 (Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil), financiado pelos países integrantes do Grupo dos Sete, da União europeia e dos Países Baixos, assim como por organizações da sociedade civil, o que mostra a agência de atores internacionais no projeto Reserva Extrativista. Tais alinhamentos se embasam em dois objetivos o “da conservação e o segundo pela mercantilização da natureza. O PPG7 contribuiu para a criação dos pressupostos favoráveis à entrada do mercado e ao processo de globalização na Amazônia” (ANTONI, 2010, p. 311) E pontos a serem considerados na implementação das políticas públicas para esse território e na redimensão da região amazônica e demais espaços protegidos no Brasil. Como reforça o autor

Entre os efeitos mais positivos é mister destacar a criação de mais de 100 milhões de hectares de áreas protegidas na Amazônia e Mata Atlântica, nos quais estão incluídos 2,1 milhões de hectares de reservas extrativistas, 44 milhões de hectares de terras indígenas demarcadas e 72 milhões de hectares de corredores ecológicos.” (ANTONI, 2010, p. 299).

Segundo informações dos interlocutores da pesquisa, somente o governo federal apoiava a criação da UC, diferentemente do poder estadual e municipal, que alegavam o possível enfraquecimento do turismo na região. Os governadores do Estado na época (1995/2003) colocaram como exigência para o acordo, a retirada da estrada de Ajuruteua da área de proteção. O pedido foi atendido, restando ao governo estadual conceder seu apoio à decretação da Unidade de Conservação. Esse arranjo político envolvia atores de outros municípios do nordeste paraense, como relata o entrevistado

Nós tínhamos o MOPEPA, nós tínhamos lideranças de Viseu como o Zacarias, o Navalha, o Zé Elias do Tracuateua, o Chico do Araí que já morreu. Quando a gente saiu pra criação veio muita gente de fora pra ajudar, e também a gente ia pra lá ajudar eles. O Maninho de Curuçá, o Nelson de São João da Ponta. O movimento tinha contato com os que apoiavam e até hoje apóiam

a questão do Meio Ambiente, deputados federais e estaduais¹⁹as vezes forneciam passagem pra gente ir pra Brasília, pros encontros, até antes mesmo da criação da reserva (Z.R, primeiro presidente da ASSUREMACATA, 2015.).

É possível observar nesse contexto permeado pela efervescência política, o reflexo nacional das políticas de redistribuição de renda realizadas pelo governo federal. As Reservas Extrativistas além de ter a função de preservar o meio ambiente e os modos de vida das populações residentes, resguardam também direitos sociais direcionados a assistência econômica a essas populações, como as bolsas verdes, o acesso aos créditos do II PNRA, dentre outros. Na Resex Caeté-Taperaçu, formou-se uma rede de relações entre as esferas governamentais e, sobretudo, entre lideranças dos municípios vizinhos convergindo interesses para a decretação de quatro Resex's marinhas no nordeste do Pará.

Na primeira fase de mobilizações ao fim da década de 80 e início dos anos 90, podemos identificar a articulação social dos moradores, para além do território reivindicado. Suas alianças com lideranças extra locais de municípios vizinhos, a promoção de debates sobre a viabilidade da Resex em eventos que contaram com a parceria de instituições como a Universidade Federal do Pará e o IBAMA. Enfatiza-se o apoio fundamental da igreja católica, mais especificamente do Padre Nelson, conforme o entrevistado

O padre Nelson sentou com a gente, aí criaram um grupo, já foi pra lá seu Castro, Dora e Miguel, aí ficamos com o padre, eu, Sergio, Zeca, Marly. Aqui não tinha partido, o padre apareceu numa briga nossa com a colônia, o bispo chama ele e coloca o padre Nelson nessa missão, a igreja se mobilizou nesse momento, aí nós começamos com ele a discussão. Nessa época veio a eleição pra prefeito, aí o padre Nelson senta conosco pra ver quem nós vamos apoiar. O padre Nelson era o coordenador da CPP em Bragança. Nós escutamos todos os candidatos, aí o Celso Leite foi o candidato que nós decidimos apoiar nessa época. Quando ele ganhou ele cria a secretaria de pesca e disse que um do grupo seria o secretário, que foi o padre Nelson. Apartir daí ele correu em cima pra criar a Resex (N.S, segundo presidente da ASSUREMACATA, 2015).

¹⁹ Os grifos foram feitos pela autora, para preservar os nomes dos deputados.

Padre Nelson, ex- membro da Igreja Católica, assim conhecido desde a época em que se juntou ao movimento de criação da Resex, se tornou prefeito de Bragança anos depois, precisamente em 2013 terminando seu mandato em 2016. Nas eleições contou com amplo apoio das lideranças da Resex, algumas delas ocuparam cargos públicos em seu governo. A partir do ano 2000, observamos o apoio técnico empenhado por representantes do IBAMA, nos relatos dos interlocutores tal apoio foi indispensável para os trâmites legais de criação da UC, especificamente a dedicação do técnico Vergara Filho²⁰ que exerceu a função de coordenação do Centro de Populações Tradicionais e Desenvolvimento Sustentável – CNPT / IBAMA / PA. Entre os anos de 2003 e 2008 o técnico acompanhou, juntamente com os moradores, a elaboração dos pareceres científicos necessários à implantação da UC. Por fim em 2005 é publicado o decreto de lei criando a Resex Marinha Caeté-Taperaçu.

Consideram-se as várias esferas de influência entre os atores sociais que se entrelaçam em um campo permeado pelas relações de poder para assegurarem seus interesses na decretação da área como unidade de conservação. Assim, a ordem cronológica desse movimento, foi realizada com o objetivo de conduzir o leitor pelos principais acontecimentos até a decretação da UC, ressalta-se porém, que os processos de negociação por vezes se interpõem não obedecendo a uma simples ordem de datas. No movimento de criação da Resex, temos por um lado os técnicos, que no início da implementação da UC direcionam seu argumento principal para a proteção do meio ambiente, deixando a questão das relações de apropriação dos recursos naturais pela população em segundo plano.

Esse fato ganha novos contornos nos anos posteriores. Por outro, observa-se as tensões nas esferas de governo em um movimento de constante metamorfose nas posições políticas, em que ora a prefeitura apóia a criação da Resex, assegurando inclusive a criação da secretaria de pesca, em por outra não atende aos reclamos dos usuários da Resex quanto à

²⁰Faleceu recentemente de causas naturais.

construção de vias, portos, entre outros (Atas do Conselho Deliberativo).

Enfatiza-se que a discussão para a viabilidade da criação da Resex entre os comunitários, não se restringiu somente a reivindicação desta UC, como também, debateu-se os condicionantes da preservação e proteção do território, enquanto lugar de reprodução social. Neste sentido, existia um interesse comum entre os moradores, à defesa do território, compreendido neste sentido, como *lócus* de enunciação (BHABHA,2005) de valores simbólicos, do enraizamento das instituições, como também, das práticas que compõem a vida das comunidades que vivem do e para o território (TEISSERENC et al, 2014).

As unidades de conservação são identificadas por diferentes categorias de proteção ao meio ambiente. Segundo o Instituto Chico Mendes da Biodiversidade, existem dois grupos de Unidades de Conservação, as de proteção integral que agrupam as estações ecológicas, reservas biológicas, parques naturais, monumentos naturais e refúgios de vida silvestre. O segundo grupo são as unidades de conservação de uso sustentável, nesta categoria é permitido à permanência das populações tradicionais e o uso sustentável dos recursos naturais (ICMBio, 2017). As unidades de conservação de uso sustentável existentes são as seguintes: área de proteção ambiental, área de relevante interesse ecológico, floresta nacional, reserva extrativista, reserva de fauna, reserva de desenvolvimento sustentável e reserva particular do patrimônio natural. Atualmente o ICMBio realiza a gestão de 181 Unidades de Conservação de Uso Sustentável (ICMBio,2017).

Sendo assim, observamos no Estado do Pará, um aumento significativo na criação de Reservas Extrativistas, o que pode indicar a articulação das populações tradicionais em torno da defesa de seus territórios. O quadro especifica as Reservas Extrativistas Terrestres ou do bioma Amazônia em território Paraense:

Quadro 6. Reservas Extrativistas no bioma Amazônia no Estado do Pará

RESERVA EXTRATIVISTA	MUNICÍPIO	ANO DE CRIAÇÃO
Renascer	Prainha	2009
Rio Xingu	Altamira	2008
Gurupá-Melgaço	Gurupá e Melgaço	2006
Rio Iriri	Altamira	2006
Terra Grande Pracuúba	Currálinho e São Sebastião da Boa Vista	2006
Ipaú- Anilzinho	Baião	2005
Mapuá	Breves	2005
Araí Peroba	Augusto Corrêa	2005
AriócaPruanã	Oeiras do Pará	2005
Verde para Sempre	Porto de Moz	2004
Riozinho do Anfrísio	Altamira	2004
Tapajós-Arapiuns	Santarém e Areiro	1998

Fonte: ICMBio, 2017. Elaborado pela autora, 2017.

Como podemos observar as Reservas Extrativistas terrestres ou do bioma Amazônia, foram as primeiras a serem criadas no Estado, o que demonstra o protagonismo dos movimentos sociais ligados a reivindicação da terra no Pará. A densidade territorial juntamente com a expressiva concentração demográfica das populações nas zonas rurais é motivo contundente para a decretação dessas doze Reservas Extrativistas Terrestres. A presença dessas UCs direciona-se tanto para a preservação do bioma amazônico, quanto para a preservação dos modos de vida das populações tradicionais que são cotidianamente ameaçadas pelos grandes latifúndios e projetos desenvolvimentista.

Nas Resex situadas no nordeste paraense, destaca-se, as Resex de Tracateua, Bragança, Viseu e Augusto Corrêa que foram criadas pelo mesmo decreto de lei publicado em 2005, o que demonstra a territorialização da ação pública (TEISSERENC, 2010) desenvolvida por essas populações. No relato do ex-presidente da Associação dos Usuários da Resex de

Bragança é possível observar a construção desta mobilização coletiva

Montamos um movimento forte nesse tempo, porque nós juntamos além do nosso município, Viseu, Augusto Correia, Tracuateua, São João da Ponta, em um movimento só, uma que já estava criada que foi a de Soure e outras que estavam se criando, tinha todo esse intercâmbio e a gente fazia essa discussão, aí quando foi já depois que o governo Lula assumiu, deu a notícia que ia fazer o decreto, aqui foi um alvoroço só, todo mundo alegre, quando chegou o nosso município (Z.R, primeiro presidente da ASSUREMACATA,2015).

É importante considerar que os debates e ações que são articulados nesses territórios são incorporados pelos atores como aprendizados para experimentar novas práticas e para facilitar o desenvolvimento de conhecimentos coletivos. Neste sentido a participação destaca-se como estratégia fundamental na conquista dos direitos sociais que possibilitam às populações tracionais uma gerência mais democrática de seu território por meio da cogestão, que confere a esses atores sociais mais do que mais do que instrumentos de gestão jurídicos, mas a valorização do conhecimento local, que lhes assegura a apropriação do ambiente e de sua reprodução social (RIBEIRO, 2016).

3.4 Caracterização dos Instrumentos de Gestão da Resex

Após criada a Resex Caeté-Taperaçu em maio de 2005 os usuários foram encaminhados a eleger seus representantes comunitários. Dessa organização e representação, foram originados os comitês comunitários²¹, os pólos²² e a Associação dos Usuários. Todos estes, com a função de representar os moradores no Conselho Deliberativo da Resex, presidido pelo ICMbio, órgão federal responsável pela Resex. A implantação de tais instâncias

²¹ Organização comunitária representativa dos extrativistas no Conselho Deliberativo.

²² São formados por comunidades próximas geograficamente são utilizados como base comunitária de representação no Conselho Deliberativo. Atualmente existem oito polos na Resex Caeté-Taperaçu

de participação ocasionou conflitos inerentes à diferença do saber e do poder da representação, decorrente em grande medida, da legitimidade do conhecimento. Tal fato está presente na fala dessa liderança:

Quando chegou o ICMBio veio com uma política diferenciada, aí entra em confronto com a associação, o ICMBIO era pra fiscalizar e orientar na questão ambiental, a associação era pra representar o povo, os usuários, aí o ICMBio entrou aqui também, os presidentes tinham que fazer os que eles queriam, o ICMBio veio com uma política de comandar (N.S, segundo presidente da ASSUREMACATA, 2015).

Essa disputa do poder e do saber ainda se torna mais evidente no Conselho Deliberativo (CD) da Resex, que é presidido pelo órgão responsável por sua administração, que oficialmente é o ICMBio, e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na Reserva. Nas reuniões que são convocadas pelo CD, para a deliberação de assuntos relacionados à gestão e manutenção do território, os comunitários muitas das vezes, tem seus saberes silenciados pelos conhecimentos técnicos. Sendo assim, os canais de participação das populações tradicionais necessitam se fortalecer frente às demandas da Resex.

Pois, aparecem como oportunidades de empoderamento e conquistas de direitos, em conjunto com as demais estratégias de luta dos movimentos sociais, como as diferentes formas de associação que caracterizam esses atores sociais. Como identificamos nas entrevistas, em suas memórias de participação estão a criação de clube de mães, sindicatos de pescadores, associação de moradores e de mulheres, assim como as pastorais de pesca são fundamentos para a construção de estratégias sociopolíticas que levaram a criação da Resex. Os espaços institucionais de participação da Resex podem vir a ser apropriados, recuperando e ampliando a memória desses movimentos (GOHN, 2011; ALONSO, 2009; MELUCCI, 2001).

Os Polos e comitês são espaços de participação dentro da estrutura de deliberação da Resex, tal como a ASSUREMACATA, criada em agosto de 2005, o Plano de Utilização/Usos - (PU) elaborado em novembro de 2005, que passa a ser nomeado Acordo de Gestão, segundo a Instrução Normativa Nº 29. Já o Conselho Deliberativo (CD), estrutura de decisão, foi formado oficialmente em 24 de setembro de 2007 e o Plano de Manejo, iniciado em 2009, com elaboração do

diagnostico fase 1, foi finalizando em 2012, conforme quadro 07:

Quadro 7. Composição dos instrumentos de gestão da Resex Caeté-Taperaçu

INSTRUMENTOS DE GESTÃO DA RESEX CAETÉ-TAPERAÇU
ASSUREMACATA - Fundada em 08 de agosto de 2005, congrega os usuários da Resex Caeté-Taperaçu e possui atribuições deliberativas no território da UC por meio da cogestão.
PLANO DE UTILIZAÇÃO/USO - Foi elaborado em novembro de 2005, sendo produto de várias reuniões realizadas nas comunidades usuárias, estabelece as regras de uso dos recursos naturais e do território da Resex.
ACORDO DE GESTÃO - Documento que contém as regras discutidas e definidas pelos usuários da Resex. Dispõe sobre as atividades tradicionalmente praticadas, o manejo dos recursos naturais, o uso e ocupação do território.
CONSELHO DELIBERATIVO - Formado oficialmente em setembro de 2007. É composto por representantes dos órgãos públicos e representantes da sociedade civil, de forma paritária, com mandato de dois anos renováveis por igual período, é presidido pelo ICMbio.
PLANO DE MANEJO - Documento técnico que objetiva mapear o zoneamento e estabelecer as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais no território de abrangência da UC. Em 2009 foi desenvolvido o diagnóstico fase 1 e 2012 foi finalizado o diagnóstico fase 2 do plano de manejo.

Fonte: ABDALA et al 2012a; SNUC, 2000. ICMbio, 2017. Elaboração da autora.

O SNUC (2000) considera que Conselho Deliberativo é o espaço político legalmente constituído de valorização, discussão, negociação e deliberação de questões sociais, econômicas, culturais e ambientais que emergem na Unidade de Conservação. No entanto, conforme mostra a bibliografia sobre o tema, esses espaços variam a sua composição e atuação mediante o contexto de sua criação. O quadro 08 detalha a composição I do Conselho em 2012, que se mantém, em grande

parte, até hoje²³.

Quadro 8. Composição do Conselho Deliberativo da Resex Caeté-Taperaçu

ATORES GOVERNAMENTAIS	SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA
<p>Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio</p> <p>Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária –INCRA</p> <p>Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará – EMATER</p> <p>Capitania dos Portos da Amazônia Oriental – CPAOR</p> <p>Prefeitura Municipal de Bragança – PA</p> <p>Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Pará – SEMA</p> <p>Câmara de Vereadores de Bragança – PA</p> <p>Universidade Federal do Pará – UFPA</p>	<p>Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu- ASSUREMACATA</p> <p>Polos: Tamatateua; Centro; Caratateua; Acarajó; Treme; Bacuriteua; Ajuruteua Polo dos Campos</p> <p>Colônia de Pescadores de Bragança - Z-17</p> <p>Associação dos Criadores e Criadoras de Abelhas de Bragança/PA – AMELIAPIS</p> <p>Movimento dos Pescadores do Pará - MOPEPA</p> <p>Movimento das Mulheres do Nordeste Paraense –MMNEPA.</p> <p>Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR.</p> <p>Sindicato dos Pescadores Artesanais de Bragança -PA</p> <p>Conselho Nacional das Populações Extrativistas – CNS</p> <p>Igreja Católica / Diocese de Bragança – PA</p> <p>Igreja Evangélica Assembleia de Deus - Bragança – PA</p>

Fonte: ABDALA et al 2012. Elaboração da autora.

No delinear da pesquisa, observamos que esse espaço deliberativo congrega vários agentes com articulações de poder verticais e estratégias diversas na defesa de seus projetos, ensejando um contexto de luta constante. A diferença da origem dos agentes sociais, entre representantes comunitários, agentes do estado e *experts* podem comprometer de certa forma a autonomia do conhecimento local, pois esses

²³ Apesar de estar previsto em seu regimento, a renovação dos representantes a cada dois anos não ocorreu desde da última posse, em 2012. Atualmente, segundo informação da Gestora do ICMBio, Sheyla Leão, o conselho encontra-se em fase de renovação, tendo iniciado o processo de eleição nos comitês locais dentro dos pólos em 2017.

agentes institucionais, priorizam o conhecimento técnico estruturado na epistemologia e hermenêutica, como caracteriza Mignolo (2003, p.33) subjungando, assim, outras formas de conhecimento que agora estão emergindo em novos lócus de enunciação, conceituados como “gnose liminar” (MIGNOLO, p. 36).

A implantação de tais instâncias de participação ocasionou conflitos determinados pelas diferenças de conhecimentos e de experiências em relação à novidade institucional da gestão partilhada, caracterizada por arenas que se distanciam da prática tradicional. Configura-se aí uma diferença *de saber e de poder* que gera a falta de reconhecimento da representação das populações tradicionais diante do conhecimento técnico-científico. Com base na literatura crítica à hierarquização dos conhecimentos subalternizados (QUIJANO, 2005; DUSSEL, 2005, MIGNOLO, 2003), podemos observar que a imposição do controle estatal pode gerar a marginalização dos saberes locais frente ao conhecimento científico. Tal fato não significa a inércia dos representantes comunitários, mas a necessidade de constituição de estratégias renovadas e aprendizado social.

Em relação à gestão da ASSUREMACATA, os entrevistados apontam que a Associação encontra-se ineficiente pela falta dos benefícios sociais, o que tem gerado conflitos envolvendo não somente os moradores, como também as representações institucionais que compartilham a gestão da Resex. Os moradores reclamam da ausência de organização no cadastro de beneficiários e ressentem-se de esclarecimentos sobre o funcionamento das políticas públicas para o território como um empecilho para o exercício efetivo da participação na defesa dos interesses dessas populações. Em contrapartida, é possível constatar por parte de alguns agentes de outras esferas de atuação que há certa anuência para a manutenção de práticas conservadoras, refletindo um contexto maior de subalternização das populações tradicionais na Amazônia.

Em entrevistas²⁴ realizadas com representantes das comunidades do Treme, Ajuruteua e Castelo, foram registradas reclamações sobre as atuais reuniões realizadas pelo Conselho Deliberativo. Para eles, houve pouca mobilização dentro das

²⁴ As entrevistas foram realizadas no período de 2015 à 2016, nas atividades do projeto de pesquisa “O desafio da participação em unidades de conservação” e no ano de 2017 no âmbito do projeto de pesquisa “Território, Participação e Ação Pública em Unidades de Conservação na Amazônia”.

comunidades para discutir o Acordo de Gestão, que foi finalizado em 06 de julho de 2016. Não há divulgação e nem condução disponível para os moradores se deslocarem até a sede da Associação, dificultando dessa forma, o acesso à informação e a participação nos canais decisórios da Resex. Tal fato vem comprometendo a prática participativa nesse espaço deliberativo.

Na fala do atual presidente da Associação se observa obstáculos na gestão do ICMBio, dada as dificuldades em estabelecer diálogos em relação a administração das regras de uso dos recursos naturais. O entrevistado afirma: “O ICMBio é o gestor da unidade da Resex, eu sou o gestor da Associação. O ICMBio é um órgão fiscalizador? É, mas eu também sou, então nós temos que andar juntos” (J.G, atual presidente da Associação, 2015). No entanto, esta tensão não é um problema isolado dos agentes sociais que conformam a Resex em questão, mas refletem as próprias dificuldades que encontramos pelo País na tensão entre sociedade civil e Estado.

Estudos em outros estados brasileiros, demonstram que essa tensão é marcada principalmente pela apropriação do território: a análise desenvolvida por Mattos (2018) problematiza os conflitos discursivos entre ocupantes e gestores(as) públicos(as) na ocupação Pomar do Cafezal localizada no Aglomerado da Serra, Belo Horizonte/MG; Lagges (2014) ao analisar a demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol, parte das relações de poder de orientação multiétnica e multicultural que assegura os direitos originários das comunidades indígenas, num caso especialmente marcado por fortes interesses econômicos e territoriais; Souza (2010) analisou os desafios da gestão compartilhada na Reserva Extrativista Chico Mendes, no Estado do Acre, problematizando o sentido e a efetividade dessa proposta entre os moradores, em sua relação com organizações civis e representantes do Estado.

As iniciativas de políticas participativas atualmente têm muito mais chance de ganhar apoio do que no passado, como vemos nas experiências de criação de Conselhos Gestores (TATAGIBA, 2004) e Orçamentos Participativos (KUNRATH, 2006). Para compreendermos esses processos participativos é preciso não apenas entender as motivações de cidadãos participantes, como também, os objetivos dos atores estatais que criam e apoiam tais espaços (ABERS, 2003). Experiências que vem se consolidando e desafiando as proposições institucionais criadas com a constituição de 1988, baseadas na ação conjunta entre agentes da sociedade civil e do Estado na elaboração e gestão das políticas públicas.

Identifica-se também, a incompatibilidade de interesses dos gestores com as

comunidades, fato que agrava a cogestão na Resex. Neste sentido, se compreende que a convergência do diálogo entre as instâncias deliberativas, poderia proporcionar uma defesa mais eficaz das demandas dos moradores. Observamos nas reuniões do Conselho Deliberativo, uma demarcação de interesses bem definida, entre aqueles que colocam a preservação do meio ambiente e o acesso restrito aos recursos naturais como ponto central da pauta (Instituições e organizações estatais) e, por outro lado aqueles (representantes da população tradicional) que direcionam suas reivindicações em torno do acesso às políticas públicas e aos recursos naturais. A existência de fortes divergências entre essas instituições deliberativas pode tornar inviável a resolução das questões que emergem entre as comunidades.

Neste sentido, o ICMBio e a ASSUREMACATA, como os principais gestores da UC, para além de administrarem recursos disponíveis no território, devem atuar também, como as principais instâncias da cogestão que são e, no fomento de processos participativos e de inclusão. Recursos sociais e políticos que possibilitam aos agentes sociais representados, atuarem em defesa de seus interesses enquanto grupo social, e na desnaturalização de estruturas sociais que atrasam o avanço de conquistas efetivas. Tais instituições tem o compromisso de persistir no exercício da coparticipação na gestão da Resex. A atuação da ASSUREMACATA será explicada no capítulo seguinte onde se fará uma análise a partir dos conflitos em torno da partilha das políticas públicas (PNRA e PBV).

4. CAPÍTULO IV – A ATUAÇÃO DA ASSUREMACATA DIANTE DOS CONFLITOS EM TORNO DO ACESSO AS POLÍTICAS PÚBLICAS: PNRA (E APOIO) E O PBV

No capítulo anterior analisamos alguns aspectos das mobilizações em âmbito internacional, nacional e regional acerca da questão ambiental e sua relação com a criação das Unidades de Conservação, localmente destacamos as manifestações populares para a criação da Resex Caeté-Taperaçu. A observação das estratégias mobilizadas pelos atores sociais para reivindicar a posse de um território de uso comum é relevante para compreender o delinear das políticas públicas para as populações tradicionais. O presente capítulo destaca dentre outras ações, a atuação da ASSUREMACATA diante dos conflitos relacionados à partilha das políticas públicas (PNRA e o PBV), assim como a percepção de lideranças e de usuários acerca da partilha dessas políticas e os conflitos que dela emergem.

Até a década de 1990 no Brasil, a elaboração e análises de políticas públicas se concentravam essencialmente na esfera institucional, ou seja, o Estado era o principal protagonista referente a elaboração e gestão dessas políticas. A partir dos anos 2000, vários estudos acadêmicos direcionados a análises dos impactos e condicionalidades das políticas públicas se proliferaram, principalmente nas Ciências Sociais, em especial na Sociologia e na Ciência Política (CORTES & LIMA, 2012). As contribuições da Sociologia referente a essas análises, buscavam compreender dentre outras coisas, a constituição de grupos sociais que desenvolvem demandas específicas por políticas públicas, interferindo assim, na agenda política pelo destaque de suas reivindicações (idem).

As estratégias mobilizadas pelos atores referentes as políticas públicas, tem ocupado lugar de destaque nas análises sociológicas, pois a partir das ideias, dos discursos, da ação política protagonizada por esses atores, e o posicionamento do Estado frente às reivindicações desses atores com identidades diversas, condiciona as ações estatais na implementação de políticas públicas e o reconhecimento desses atores na esfera pública (CORTES & LIMA, 2012). Sendo assim as duas vertentes analíticas da Sociologia acima citadas, estão intimamente relacionadas, pois os atores se aproximam a partir do reconhecimento de suas identidades, aliando forças para

demandarem junto ao Estado políticas públicas condizentes aos seus modos de vida, como observamos nas políticas direcionadas as populações tradicionais.

Como referencial teórico importante para os estudos relacionados à análise da formulação de políticas governamentais, é o modelo de Kingdon, que foi formulado para analisar as políticas públicas no campo da saúde e transportes do governo federal norte-americano (CAPELA, 2006). Esse modelo partir da perspectiva que as políticas perfazem necessariamente cinco fases até de fato serem inseridas na agenda estatal. Essas fases são identificadas em três fluxos: problemas; soluções ou alternativas; política; e mais duas fases que consistem na oportunidade de mudança e a inclusão do problema na agenda política (CAPELA 2006, Pg. 26).

As fases são convergentes, não necessariamente obedecendo à ordem dos fluxos. Os momentos tensos da política, são potenciais fomentadores de produção de mudanças na agenda governamental. Neste sentido, o modelo de Kingdon, observa que a convergência entre os três fluxos: problemas; alternativas e política são determinantes para o reconhecimento de um problema e a elaboração de soluções disponíveis que ao se agregarem as condições políticas tornam o momento propício para a mudança (CAPELA, 2012).

As análises das políticas públicas não se restringem ao campo das Ciências Sociais, está imersa em campos multidisciplinares do conhecimento. Uma meta-teoria da política pública implica considerar a diversidade do conhecimento científico e a complexidade das relações sociais. As políticas públicas têm impacto direto na economia e nas sociedades, sendo assim, qualquer teoria da política pública necessariamente deve explicar as relações entre Estado, política, economia e sociedade (SOUZA, 2006). A definição do conceito de política pública é elaborado por Souza (2006) como

Campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programada ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (p. 26).

A partir dessa proposição teórica compreendemos a política pública como um ciclo deliberativo, composto por diversas etapas e constituindo um processo múltiplo de relações entre as esferas do Estado, da sociedade civil e do mercado. As etapas da política pública são constituídas pelos seguintes momentos como discorre Souza (2006): “definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação” (p. 29). Nesse sentido as políticas públicas partem de uma ação intencional que visa alcançar objetivos imediatos e também a longo prazo.

As políticas públicas, portanto, não podem ser percebidas como ações isoladas da administração pública. Relaciona-se intrinsecamente com a vida das pessoas, relevando seus aspectos positivos e negativos. Trata-se de ações para determinados grupos sociais, considerando seu contexto cultural e econômico, inseridas em estruturas de poder e projetos políticos específicos (SCHINDLER, 2013). Com esse olhar é que vamos caracterizar e discutir a implementação das políticas públicas na Reserva, buscando entender como as etapas de suas formações suscitam os conflitos identificados na pesquisa.

A partilha das políticas públicas que são alvos de conflitos na Resex Caeté-Taperaçu, envolvem vários níveis de gestão e decisão entre os atores, embora seja materializada pelo governo federal, é gerida pelas populações locais que elaboram os critérios de distribuição dessas políticas. A seguir faremos a identificação das políticas estudadas e a análise dos conflitos que permeiam a partilha de tais políticas.

4.1 PNRA – Programa Nacional da Reforma Agrária – A Casa, o Trabalho e o Bem Estar

A forma de ocupação colonial do território brasileiro instigou a formação de latifúndios que pertenciam aos temidos coronéis do interior. Suas influências políticas garantiam a posse dessas áreas, pelo legítimo uso da violência. A questão agrária começa a ser discutida pela população brasileira apenas a partir dos anos 1960, com o *boom* da industrialização do País. Com isso uma geração de trabalhadores rurais se vê substituída por máquinas e sendo obrigada a se adequar às novas tendências sazonais do mercado de trabalho. A perda da terra e do trabalho leva esses

trabalhadores á contestarem o acesso a terra e a permanecia dos latifúndios (IANNI,2004).

O Nordeste foi à região catalizadora dos movimentos sociais de contestação da estrutura agrária brasileira, dentre eles destaca-se os movimentos do Messianismo, o Cangaço, as ligas camponesas e o sindicalismo rural (IANNI, 2004). O governo federal em meio a essas reivindicações, toma várias medidas de urgência como a criação da Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA), retifica pontos do Estatuto da Terra e a implementa dois importantes órgãos, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), em substituição à SUPRA. Em 4 de novembro de 1966, o Decreto nº59.456 instituiu o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, que não saiu do papel. Na década de 1970, o Decreto nº 1.110 criou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), resultado da fusão do IBRA com o INDA (INCRA, 2018).

Com o fim do regime militar em 1984, a questão da reforma agrária volta à pauta do governo federal. O então presidente José Sarney (1985-1989) lança por meio do Decreto nº97.766, de 10 de outubro de 1985, o I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), com a meta utópica de assentar e subsidiar 1,4 milhão de famílias até 1989, sendo o MIRAD (Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária, criado em 1985) o órgão executor do I PNRA. Segundo Fleury (2015) este plano, contemplou duas partes, a primeira versava sobre suas diretrizes e a segunda tratava das estratégias de operacionalização das metas previstas. Um dos objetivos do governo, com o lançamento do I PNRA, era mostrar que as reivindicações populares estavam sendo atendidas como prevê o Estado democrático de direito (FLEURY,2015). As metas previstas no I PNRA não foram alcançadas ficando bem abaixo o número de famílias assentadas.

Com os números tímidos alcançados pelo I PNRA, um intenso debate político e ideológico passou a agitar as sessões na Assembléia Nacional Constituinte, resultando na extinção do INCRA, em 1987, e a do próprio MIRAD, em 1989 (FLEURY, 2015). Em 1989, o Congresso Nacional resolve recriar o INCRA, que se tornou um órgão subordinado ao Ministério Extraordinário de Política Fundiária, criado 1996. Com toda a negociação política e o baixo orçamento para gerir o I PNRA, em 14 de janeiro de 2000, cria-se o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), órgão ao qual o INCRA está vinculado hoje (idem).

O I PNRA previa o loteamento de terras para as famílias, como também a implementação de estruturas básicas para a permanência destas famílias. O INCRA passou a realizar parcerias com as esferas governamentais para agregar recursos que subsidiassem a construção das estruturas necessárias. Porém ficava sobre gerência do INCRA as três fases do programa e as concessões dos créditos do I PNRA, como sistematizado no quadro abaixo:

Quadro 9: Programas e créditos previstos pelo I PNRA

Programas/Objetivos	Créditos/Objetivos
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Básico Assentamento de Trabalhadores Rurais ➤ Complementar Regularização Fundiária Colonização Tributação da Terra ➤ Apoio Cadastro Rural Estudos e Pesquisas Apoio jurídico Desenvolvimento de Recursos Humanos 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Créditos de Produção PROCERA: crédito destinado a aplicação na produção ➤ Créditos Implantação Créditos de Créditos de Fomento Créditos de Alimentação

Fonte: (FLEURY *apud* INCRA, 2015). Elaboração da autora, 2018

É importante enfatizar que as ações de concessões de créditos contidas no I PNRA, algumas foram de caráter imediato, devido à urgência na implementação de assentamentos frente às tensões dos conflitos agrários em determinadas regiões do

País. A partilha das áreas de assentamentos das famílias seguiu critérios de áreas de prioridade do I PNRA. “Essas áreas estavam relacionadas àquelas que inicialmente passaram por processos de desapropriação por motivo social, mas por causa da ineficácia de administrações anteriores tornaram-se terras em desuso” (FLEURY, 2015, p.66).

Em continuidade à política nacional da reforma agrária, o primeiro governo Lula recebeu propostas de movimentos sociais que tinham como principal pauta a luta pela terra, ascende a possibilidade de, finalmente, realizar uma reforma agrária massiva e capaz de dar início à desapropriação da concentrada estrutura fundiária brasileira (FLEURY, 2015). Neste cenário, começa a ser elaborado o II PNRA que reuniu uma equipe de oito especialistas na questão fundiária, sendo o principal expoente Plínio de Arruda Sampaio. Estes especialistas realizaram um amplo diálogo com vários setores sociais, principalmente com as entidades de representação dos trabalhadores rurais, atualizando e ampliando o Programa Vida Digna no Campo (ALBUQUERQUE2006).

É importante considerar que as metas elaboradas pelos especialistas para o II PNRA não foram oficializadas pelo governo federal, fato frustrante para os trabalhadores rurais que marcharam até Brasília exigindo a completa aprovação do II PNRA em sua versão completa, porém como estratégia para amenizar os ânimos, o governo aprovou uma contra proposta intermediária (ALBUQUERQUE 2006). As pesquisas realizadas nos assentamentos contemplados pelo II PNRA demonstram que houveram transformações significativas na dinâmica das economias locais, fato também verificado na Resex em estudo.

Assim como o I PNRA, o segundo Plano Nacional da Reforma Agrária previa o loteamento de terras, ampliando a meta de beneficiamento de famílias, como também a implementação de estruturas básicas (estradas, água potável, dentre outros) para a permanência destas famílias. O INCRA continuou sendo o órgão responsável pelo programa, gerenciando as concessões dos créditos do II PNRA, como mostra o quadro abaixo:

Quadro 10. Créditos e objetivos do II PNRA.

CRÉDITOS – INSTALAÇÃO	OBJETIVOS E VALORES
Habitação	Construção de casas, nos valores de até 15 mil;
Apoio	Apoio a instalação e a aquisição de itens de primeira necessidade, de bens duráveis de uso doméstico e equipamentos produtivos, no valor de até R\$ 5,2 mil por família assentada;
Fomento	Para viabilizar projetos produtivos de promoção da segurança alimentar e nutricional e de estímulo à geração de trabalho e renda, no valor de até R\$ 6,4 mil , dividido em duas operações de até R\$ 3,2 mil por família assentada;
Fomento Mulher	Para implantar projeto produtivo sob responsabilidade da mulher, no valor de até R\$3 mil , em operação única, por família assentada;
CRÉDITOS – INCLUSÃO PRODUTIVA	OBJETIVOS E VALORES
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) – Microcrédito	Voltado à inclusão produtiva das famílias, possibilitando aumento da capacidade de produção e ingresso dos itens nos mercados consumidores a partir de assistência técnica, com acesso até três operações no valor de R\$ 4 mil .
CRÉDITOS – ESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA	OBJETIVOS E VALORES
Pronaf Investimento para a Reforma Agrária	Voltado à estruturação, com limite de até R\$ 25 mil .
Pronaf Custeio da Reforma Agrária	Para financiamento de atividades agropecuárias, no valor de R\$ 7,5 mil, em até três operações .

Fonte: INCRA, elaboração da autora, 2018.

No mesmo ano de implementação do II PNRA, os Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Meio Ambiente reconheceram as populações tradicionais residentes em Reservas Extrativistas como beneficiárias do II PNRA. Esse reconhecimento foi ampliando em 2008 para as populações tradicionais das Florestas Nacionais e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (MMA, 2004). Com a inclusão desse grupo social no acesso aos benefícios sociais do II PNRA, observamos por um lado à melhoria da qualidade de vida dessas populações, por outro a emergência de sérios conflitos que permeiam a partilha desses benefícios, principalmente os créditos habitação e de apoio.

Para o escopo dessa dissertação serão analisados os conflitos em torno da partilha dos créditos de habitação e apoio. O crédito apoio corresponde a um valor que varia entre 2.400 a 3.200 reais por família²⁵, sendo que a família não sacava em espécie esse dinheiro. O INCRA organizava um catálogo com eletrodomésticos (geladeiras, fogões, bicicletas, dentre outros) e utensílios para agricultura e pesca (barcos, fornos para o preparo da farinha, máquinas de beneficiar açaí, nylon para redes de pesca e as próprias redes, dentre outros) cada objeto continha um valor. O usuário fazia a escolha desses objetos que ao final deveriam somar até 3.200 reais, o crédito apoio vigorou na Resex entre 2005 a 2011.

O crédito habitação consistia na construção de casas no valor que variava de 5.000 até 15.000²⁶ reais por unidade habitacional, as estruturas dessas casas poderiam ser de alvenaria, mas no caso das praias, as casas são construídas em madeira, com estrutura submersa seguindo um modelo único para todas as comunidades. As construções dessas casas ocorreram no período de 2005 a 2013. A entrega do crédito apoio e de habitação, segundo as lideranças da ASSUREMACATA, eram realizadas em reuniões regulares nas comunidades, à medida que essas iam sendo contempladas. No entanto, nem sempre as informações sobre o cadastramento e sobre a concessão dos créditos, segundo reclamo dos usuários, chegavam a todos, fato que gerava intensos conflitos, desde aqueles de discussões com agressões

²⁵ Na Resex Caeté-Taperaçu, em 2005, o valor concedido era de 2.400 e em 2007 de 3.200 reais para cada família.

²⁶ Os valores das habitações na Resex, variam entre: 5 mil nos anos de 2005 a 2006; 7 mil nos anos de 2007 a 2008; 15 mil nos anos de 2009 a 2013

verbais até mesmo de violência física no território da Resex. Os conflitos em torno da partilha desses créditos, na Resex Caeté-Taperaçu serão analisados mais à frente.

4. 2 O Programa Bolsa Verde

A implementação do Programa Bolsa Verde foi realizada em 2011 pelo governo federal, objetivando atender a um público em vulnerabilidade social, por conta da condição de pobreza e da distância dos grandes centros urbanos, ou seja, as populações pobres rurais (MOREIRA, 2017). As diretrizes do PBV têm a pretensão de unir duas metas estabelecidas pelo governo federal: o combate à pobreza e a conservação ambiental, com vistas ao alcance de um desenvolvimento denominado social (MMA, 2018). Consiste em uma política pública, pois foi planejada e executada pelo poder público, para um público específico, e almeja duplamente alcançar a solução de problemas ambientais e sociais.

O PBV é destinado às famílias em condição de pobreza extrema, que residem em áreas de conservação ambiental. A grande maioria dos bolsistas do PBV são usuários de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e assentados da reforma agrária, e localizam-se no estado do Pará (MMA, 2018). A transferência do recurso concedido pelo PBV ocorre de forma conjugada com o repasse do recurso do Programa Bolsa Família, é utilizado o mesmo CADÚnico, sendo o saque do recurso efetuado na Caixa Econômica Federal com o mesmo cartão do Bolsa Família, que está devidamente identificado com um adesivo fixado que indica a pessoa como sendo igualmente atendida pelo PBV. Nesse sentido, o PBV constitui-se em um programa de transferência de renda condicionada, cujas condicionalidades são critérios sociais e ambientais (KASANOSKI,2016).

O gerenciamento do Bolsa Verde é realizado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), sendo requisito mínimo de contemplação, que a família esteja cadastrada no CadÚnico. O pagamento do benefício, que corresponde a R\$ 300 trimestral²⁷, se estende por até dois anos,

²⁷ Esse valor vigora desde a criação do programa até o momento.

podendo ser renovado por igual período (BRASIL, 2013). As condicionalidades e operacionalização do PBV estão sistematizadas na figura abaixo:

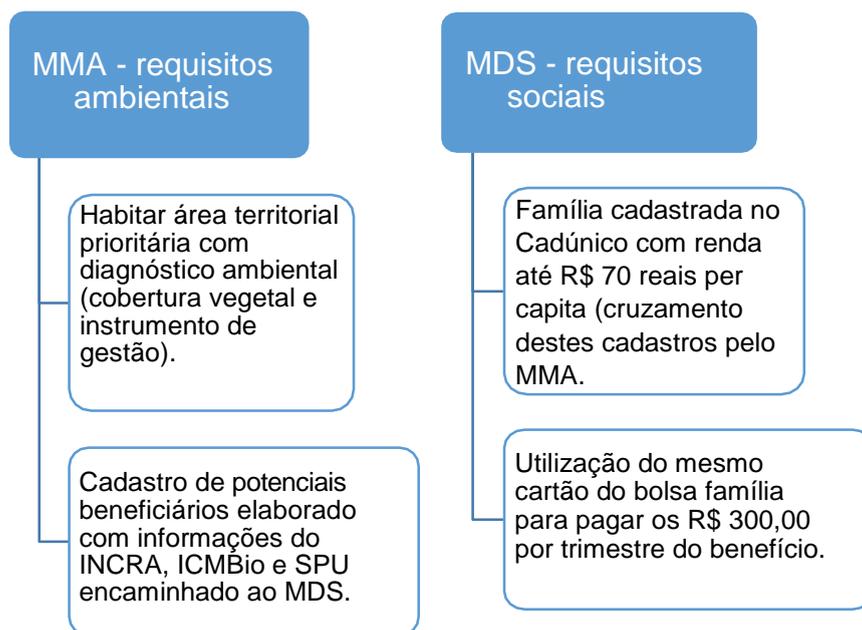


Figura 09. Condicionalidades e Operacionalização do PBV. Fonte: Adaptado de MOREIRA, 2017.

Como podemos observar na figura acima o pagamento do Bolsa Verde perpassa por várias condicionalidades. Os conflitos em torno da implementação dessa política pública foram analisados localmente na Resex Caeté-Taperaçu, que foi contemplada com esse recurso desde 2011, sendo a segunda área de maior destinação desse recurso no Brasil, com 2.673 bolsistas na área da Resex (MMA, 2018). No decorrer da pesquisa ouvimos várias reclamações quanto à interrupção no repasse do recurso. Em 2017 houve uma contenção orçamentária para o MMA, responsável pelo pagamento do PBV, levando à uma drástica redução no pagamento desse benefício. Em 2018 não houve nenhum repasse para o pagamento do PBV, não sendo cadastrados novos bolsistas (MMA,2018).

4.3 Caracterização das Gestões da ASSUREMACATA e suas influencias diante dos conflitos relacionados à partilha das políticas analisadas

A criação da ASSUREMACATA está vinculada a um contexto de ambientalização das demandas sociais dos pescadores do município de Bragança, constitui-se como um importante espaço de participação para discussão e deliberação de questões que incidem diretamente na vida dos usuários da Resex. A mobilização social que impulsiona a criação da Resex está diretamente ligada a criação da ASSUREMACATA, como podemos observar nas entrevistas abaixo

Em 2005 foi tudo depressa, o recado de Brasília foi, vocês tem até março para formar uma associação, pra gente começar a cadastrar vocês, para vocês entrarem no cadastro nacional dos usuários. Ai nós fomos pra Brasília foi uma coisa só, aí nós corremos em torno de três meses pra formar a associação, e ai fez a ASSUREMACATA. Tinha muitos companheiros nos apoiando, um deles foi o João Nelson Magalhães [Padre Nelson] agora prefeito. Como nossa organização era nova não sabíamos que os assentados do INCRA tinham muita coisa pra receber, então ninguém prometia nada. Pra mim foi um dos melhores acordos que a gente fez foi nesse tempo (Z.R, Primeiro Presidente da ASSUREMACATA, 2015).

Tinha que criar a Associação e aí nós fomos mobilizar pra criar a Associação, aí no dia oito de agosto de 2005 nós criamos a associação, aí entraram em acordo pra escolher o presidente [...] nessa época quando começamos visava a questão da preservação do meio ambiente que a gente viesse a conscientizar o povo a preservar, azelar do que eu seu, a tradição o costume da população (N.S, Segundo Presidente da ASSUREMACATA, 2015).

A ASSUREMACATA foi construída com responsabilidade de nós atender a população, o debate foi esse, nós tínhamos que ter um local pra atender vinculado a este povo que agente pudesse oferecer alguma coisa, essa foi a conversa de princípio né, pra oferecer alguma coisa agente nunca disse o que ia oferecer, porque ela tava em andamento (J.G, Atual Presidente da ASSUREMACATA, 2015).

A Associação-Mãe se torna essencial e juridicamente indispensável na criação de uma Reserva Extrativista, haja vista que esta é uma organização representativa dos usuários. Sendo de institucionalização obrigatória, é responsável pela cogestão desta UC e concessionária do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso do território, sua estrutura administrativa está disposta conforme mostra o quadro 11:

Quadro 11. Estrutura administrativa da ASSUREMACATA

CARGO	FUNÇÃO
PRESIDENTE	Dirigir e coordenar as atividades da ASSUREMACATA
VICE-PRESIDENTE	Assessorar e substituir o presidente nos seus impedimentos;
PRIMEIRO SECRETÁRIO	Lavrar as atas das reuniões, sendo responsável pelos livros, documentos e arquivos referente às suas atribuições
SEGUNDO SECRETÁRIO	Substituir o primeiro secretário em seus impedimentos e auxiliá-lo em seus encargos
PRIMEIRO TESOUREIRO	Arrecadar e controlar o dinheiro e títulos de qualquer natureza pertencentes à ASSUREMACATA
SEGUNDO TESOUREIRO	Substituir o primeiro tesoureiro em seus impedimentos e auxiliá-lo em seus encargos
CONSELHO FISCAL	Exercer assídua fiscalização sobre as operações, atividades e serviços da ASSUREMACATA.

Fonte: Estatuto da ASSUREMACATA, 2005. Elaboração da autora.

Como se pode observar, a composição administrativa da ASSUREMACATA detém importantes atribuições, tanto de cunho técnico, como também, político. As funções desempenhadas pelo presidente exigem expressiva articulação política, visto que é responsável pela gestão das atividades da associação, sendo sua competência dialogar com os vários agentes sociais que interagem com a associação-mãe, sendo assim, é de fundamental necessidade que o presidente esteja articulado com as instâncias deliberativas da Resex. Empenhando-se na resolução das demandas dos

associados, caso venha se indispor em comunica-se com as instancias de gestão da UC, fica inviável a resolução das questões que emergem entre os usuários.

Inicialmente a sede da Associação encontrava-se em um prédio onde funcionava o escritório da organização Cáritas²⁸ localizado no centro da cidade de Bragança. Atualmente a Associação dispõe de sede própria, seu prédio está situado na estrada que liga a cidade de Bragança a Ajuruteua - a rodovia dos pescadores ou PA 458 – no Acarajozinho. A estrutura da associação está erguida em alvenaria, possui alojamentos para hospedagem, auditório, salas de reuniões, cozinha, galpão e banheiros masculino e feminino e o Memorial da Pesca de Bragança, inaugurado em 27 de junho de 2016. Possui também uma área ampla central, que, segundo seu atual presidente J.G, será a futura instalação do centro cultural da Associação.



Figura 10. Sede da ASSUREMACATA. Fonte: Pesquisa de campo – Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, Bragança/Pa. 2016.

²⁸ A cáritas Brasileira é uma entidade de promoção e atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário. Recebe recursos financeiros e é ligada a Igreja Católica.

Nos conflitos em torno da partilha das políticas públicas do PNRA e do PBV, observamos a tensão entre os órgãos gestores da UC. Por um lado, o ICMBio se empenhava para fiscalizar a distribuição dos créditos do PNRA e a concessão das bolsas verdes, o que gerava conflitos com ASSUREMACATA responsável pela partilha dessas políticas. Os conflitos entre Associação e ICMBio foram se agravando pelas divergências nas competências de gestão ao ponto do gestor do ICMBio na UC se transferido compulsoriamente. Quanto ao PBV os conflitos se agravaram no cadastramento para o acesso a essas políticas, o ICMBio realizou novo cadastramento em 2011 visando mapear os extrativistas inseridos no perfil de população tradicional, a seleção dos critérios para compor o perfil do usuário foi votada em reunião do conselho deliberativo em 2011. Para Acselrad esses conflitos

Pressupõem embates políticos –jogos de força que, mesmo no processo de elaboração conceitual da categoria meio ambiente, definem para que lado pende a balança das decisões políticas. Isto porque no espaço social onde se dão os embates, agentes e instituições estão dotados de possibilidades diferenciadas de fazer valer suas respectivas visões de mundo e dos “ambientes”. E no caso dos conflitos ambientais, não estão em disputa a penas a conservação dos recursos naturais ou o “equilíbrio” dos ecossistemas; estão em jogo, sim, as formas de apropriação de territórios associadas aos distintos “ambientes”, construções simbólicas dos múltiplos sujeitos que instituem o campo (ACSELRAD, 2004, Pg. 93).

Desde a criação da Associação-Mãe até a presente data, transcorreram-se seis pleitos eleitorais, divididos em três gestões, nos períodos de 2005-2007; 2007 - 2009; 2009 - 2011; 2011 - 2013; 2013 - 2017; e a atual gestão que foi eleita em outubro de 2017. Sendo que todos os períodos recobrem a gestão de apenas três presidentes, pois eles foram reconduzidos ao cargo, ao término de seus mandatos. Em entrevistas realizadas²⁹ com seus dois ex-presidentes e o atual, observou-se em suas falas que no presente a principal atribuição exercida pela Associação é a canalização de benefícios sociais (casas, bolsas, créditos). Este fato tem gerado conflitos de diversas ordens entre os associados e com outros agentes sociais que se relacionam no território da Resex. Processo que produz indagações do ponto de vista sociológico

²⁹Essas entrevistas foram realizadas nas atividades do projeto de pesquisa “O desafio da participação em unidades de conservação”, estão disponíveis no acervo do projeto.

sobre as dificuldades de se constituir espaços de participação em territórios ambientalizados.

A ASSUREMACATA tem atribuições significativas na gestão do território da Resex Caeté-Taperaçu. Esta responsabilidade institucional, garantida juridicamente pelo SNUC, visa suscitar a participação e o reconhecimento dos saberes tradicionais dos moradores da UC. Portanto, para além de administrar recursos financeiros, deve cumprir a função social de fomentar o associativismo. Que vai além de agregar membros, mas tem a função de contribuir para a produção de capital social e político. Recursos que possibilitam aos agentes sociais representados, atuarem em prol de seus interesses, e na desnaturalização de estruturas sociais que atrasam o avanço de conquistas efetivas no território e do exercício da coparticipação na gestão da Resex (RIBEIRO,2016).

Nos tópicos seguintes, vamos analisar os conflitos em torno do acesso as políticas públicas a partir das gestões dos presidentes da ASSUREMACATA. Analisando como as influências externas incidiram sobre a gestão da Associação na partilha dos créditos do PNRA e do PBV. Do PNRA cerca de 1.648 habitações e 2.587 créditos de apoio, dados que apontam para um grande *déficit* de pessoas que ficaram sem o benefício. Quanto ao PBV, a Resex possuía 2.673 bolsistas, número também que está bem abaixo do universo de usuários cadastrados.

4.3.1 Primeira gestão – A chegada das políticas públicas e a origem dos conflitos

O primeiro presidente da ASSUREMACATA, o Sr. Z.R é autônomo e integrante do sindicato dos pescadores de Bragança, está com 61 anos de idade e possui escolaridade de nível médio completo, reside na comunidade de Taguandeuca. Este ocupou o cargo entre 2005 a 2009 somando dois mandatos a frente da ASSUREMACATA. Em entrevista, falou sobre os conflitos pela disputa de cargos na Associação e os benefícios sociais recebidos por esta na sua gestão, enfatizando que o período que coordenou a ASSUREMACATA foi marcado pela captação destes benefícios (casas, bolsas, etc.). Dois fatores contribuíram para que a sua gestão captasse o maior número de benefícios: a Resex estava recém criada, por isso os

créditos de instalação chegavam mais rapidamente e também pelo momento político do País, que se empenhava em realizar uma política de redistribuição de renda. Fato este significativo na memória dos associados entrevistados, que se referem à figura deste presidente para falar de “tempos bons”. Ao ser questionado sobre os motivos que o levaram a participar da ASSUREMACATA, o entrevistado relata

É uma história muito grande. A gente nunca está num lugar sozinho a gente sempre vem por alguma coisa. Eu sempre participei dos movimentos sociais, então aonde eu tô eu tenho que está engajado na minha categoria. Eu sou sócio da colônia e sou sócio da ASSUREMACATA e sou sócio do sindicato dos pescadores, então tudo isso envolve a minha categoria. A questão de eu ir para a ASSUREMACATA foi porque eu fui um dos fundadores da Resex que é o todo. O primeiro passo foi fundar a RESEX, nós fomos nas 45 comunidades, discutiu o processo de fundação o porquê, enfim todo esse processo pra depois por último fazer a nossa organização como usuários, então pra ir pra lá a gente tinha que está fazendo parte de todo esse processo. E eu era um usuário, com ou usuário pescador a gente tem que estar envolvido na nossa categoria, foi isso que, foi esse o motivo (Z.R primeiro presidente da ASSUREMACATA, 2017).

Como podemos observar a trajetória do entrevistado na Resex parte de uma ação coletiva (TEISSERENC e TEISSERENC, 2014), o que pode ser considerado um fator importante para a mobilização de usuários na Resex. O Sr. Z.R assegurou que na sua gestão as comunidades participavam das reuniões e estavam atentas a preservação do Meio Ambiente, isso resultou em um processo de conscientização ambiental desenvolvido pela ASSUREMACATA. Narrou também que ocorriam reuniões regulares com os comitês e sócios, fato que possibilitava maior comunicação entre a ASSUREMACATA e as comunidades. Nas reuniões eram repassadas informações, além da discussão de demandas das comunidades e possíveis soluções para estas, essa participação é lembrada pelos usuários entrevistados, com o um momento frutífero da Associação. Em relação aos conflitos na gestão da Associação, o entrevistado enfatiza que

Os conflitos que a gente acompanhou, foi que o nosso plano de utilização, ele deu uma ruptura em algumas coisas, por exemplo, hoje não é mais respeitado algumas regras, as pessoas de antigamente já não estão pescando mais, as que ainda estão se limita a falar a dizer. Por que um dos princípios da nossa Resex na associação é que todos nós somos

fiscais, não é o IBAMA, não é a polícia, somos nós, mas primeiro temos que ter a consciência que nós que temos que preservar. Então isso, os conflitos que estão aí eles têm dessa natureza de voltar a pescar com destruição, ocupação desordenada dentro da nossa Resex, e se for continuar desse jeito vai piorar. A outra questão que você tem que começar a fazer é juntar mais as comunidades e está fazendo todo esse processo onde está o conflito que é junto das comunidades em torno, não é dentro, é em torno (...).A outra foi a questão do nosso embate.De um grupo que acha questão errado e do outro grupo que sabe o que é certo. Os conflitos que nós vivíamos foi a questão da distribuição de fomento de casas. Hoje algumas promessas que vão fazer lá na comunidade e depois se esquecem, isso é um conflito, mas que a gente vê que há uns três anos atrás o ICMBIO ainda estava muito presente que era o companheiro Fernando que acionava o ICMBIO e ele ia lá fazia aí intermediação na questão do conflito da casa da bolsa verde da bolsa família e da preservação. Era o órgão que ajudava a gente aqui, e às vezes nem era a associação que pedia era nós dá comunidade que pedíamos pra ele. Era quem intermediava esses conflitos (Z.R, primeiro presidente da ASSUREMACATA,2017).

Conforme este participante, a partir da chegada dos benefícios sociais a questão ambiental deixa de ser o foco principal, os usuários se desentendiam na disputa pelos benefícios. É importante consideramos também, o papel de atores externos como parlamentares e empresas de construção na disputa por estes, especialmente em relação aos créditos derivados do PNRA. Dos vários embates resultaram parcerias políticas que foram sendo desdobradas com o passar do tempo. Na esfera municipal, em 2008, o primeiro presidente da Associação é eleito vereador de Bragança, fato que gerou avanços e limites para o fortalecimento político da ASSUREMACATA, como observam alguns interlocutores da pesquisa.

Nesse sentido, “o conflito se estabelece no plano simbólico, estando colocadas em discussão categorias, representações, crenças e esquemas classificatórios que estruturam e legitimam as ditas relações de poder” (ACSELRAD, 2004, P.80). Esses atores estão posicionados de modo muito desigual nessa disputa pelos recursos das políticas públicas na Resex, o que ocasiona uma constante articulação em torno dos conflitos e acordos pela apropriação dos recursos disponíveis.

Outro ponto assinalado pelo entrevistado são os retrocessos na atuação do ICMBio no território da Resex. Para ele, esse órgão tem ocasionado vários conflitos

entre os técnicos e a população tradicional, no que tange a elaboração e operacionalização das políticas públicas previstas no SNUC, estas relações tendem a ser hierárquicas. Quando questionado sobre os conflitos na partilha das políticas públicas, especificamente dos Créditos do II PNRA (Habitação e Apoio) e do PBV, o Sr. Z.R observa que em relação à partilha do PBV

Os conflitos em torno do Bolsa é porque está partiu do órgão da unidade, do órgão gestor da unidade. Quando começou o conflito foi pra que vem essa política pública. Nunca chegaram pra discutir isso nas comunidades. Por que vem pra ti. Governo nenhum é bonzinho. O governo ele só traz alguma coisa pra ti quando ele quer um benefício, ou ele está te dando alguma coisa pra melhorar tua vida mas tu tem que pensar “por que? “. Por que ela veio? Escolheram teu nome porquê? Tem uma regra, só vai receber porque tu mora numa unidade, é a primeira coisa. Numa unidade de preservação e tu é usuário disso daí, por isso tu não tem que fazer isso, isso é pra isso tinha que ter a nossa organização lá dentro pra esta vigilante que tu recebe e eu não recebo mas tu esta danificando a nossa unidade mas tu está recebendo um benefício que não era pra isso, certo? Aí os conflitos se partiram a partir do momento que não foram reunir na comunidade e porque vem essa política pública. Aí os conflitos começaram porque tu não foi fazer isso, aí o cara fala “olha, mas o(...) tão ganhando, porque o meu nome não veio no meio, aí ia lá com o gestor da unidade, o gestor falava assim: olha, quem tem o teu nome tá lá na associação. O cara chegava lá, pra mim te dar vai ser 50 reais de nós ou 100 reais, se eles não pagar ou se quitar ele não recebe o bolsa verde. Mas o (...) só revelava o teu nome depois que tu pagavas. Eles iam lá na tua casa e falavam assim: ” olha, o teu nome vai sair” (Z.R, primeiro presidente da ASSUREMACATA,2017).

O entrevistado relata que ocorreram pagamentos não previstos dos sócios à ASSUREMACATA para o recebimento dessa política. Quando fala sobre a partilha das casas e do crédito de apoio, afirma que não houve desvios desses recursos na sua gestão, apesar de haver várias tentativas de pagamento de propina por parte de algumas empreiteiras a ASSUREMACATA. Os conflitos estavam relacionados à baixa quantidade de casas e apoio, para a grande demanda da Resex. Para a partilha mais “justa” desses benefícios foi utilizado como critério à verificação “do usuário com mais necessidade” (Z.R, 2017). Em relação ao impacto dessas políticas na vida dos moradores da Resex, salienta que

Olha de bom foi uma coisa assim providencial porque eu tenho 60anos e 55 que eu vejo alguma coisa do governo, alguma coisa pra outra pessoa. Cara é um sonho agente sonhar não custa nada, organizar é que custa. E aí a gente vê que, chegar pra comunidade e falar assim olha vai dar uma casinha (...). Então esses benefícios sofreram um impacto muito grande na gente assim até porque criou uma auto estima nessa questão de que poxa, eu não tô sozinho. Eu tenho vários companheiros, eu tenho uma Resex que é grande, eu tenho um governo que nos ajuda, a gente virou cidadão, no tempo que mais documentou as pessoas, que tirou que aposentou. E aí começa a despertar a auto estima do pescador e da pescadora. Isso foi muito bom. Agora o que foi ruim pra gente. A outra coisa que criou um impacto na outra gestão foi que o presidente ia mandar mesmo, ele que ia decidir quem era e quem não era aí isso criou um impacto também muito grande porque além de vir essas, esses benefícios que é justamente pra ajudar pra melhorar a vida, a qualidade de vida, veio também as más intenções, (Z.R primeiro presidente da ASSUREMACATA,2017).

Observamos aí, que os conflitos apontados, partem da percepção de apropriação do território, enquanto Reserva Extrativista. Pois o entrevistado a todo o momento ressalta que as políticas públicas foram conseguidas pelos usuários da Resex, por serem moradores de uma Unidade de Conservação, como também, salienta que há condicionalidades para ter acesso a essas políticas, o que demonstra a compreensão que esse ator social possui do território. Revelando também um aprendizado político como resultante dos embates em torno da conquista dos direitos sociais. Processo que poderá influenciar tanto na identificação dos focos comuns entre os comunitários, ampliando suas conquistas, quanto gera mudanças na perspectiva “técnica” dos “instrumentos de gestão” que caracterizam a visão e prática dos representantes institucionais (ABERS,2001).

Como vimos, os conflitos em torno da partilha dos créditos do PNRA na primeira gestão estavam relacionados, em grande parte, aos recursos insuficientes canalizados pelo INCRA. Foram construídas 965 casas nessa gestão, sendo que o número de moradores a serem contemplados somava 5.000, conforme cadastro realizado pelo próprio INCRA. Vemos que menos de 20% dessas famílias receberam a casa e o apoio. Essa insuficiência de recursos é a principal fonte de conflito em todas as gestões da ASSUREMACA. Posto que, por um lado os usuários não possuem a informação de que o Estado não libera recursos para todos, e por outro, os presidentes

tendem a realizar a distribuição das políticas públicas conforme seus laços familiares e suas relações de reciprocidade. No tópico seguinte, demonstraremos como os conflitos se acirram com a diminuição de repasse dos créditos do PNRA.

O Z.R relata que atualmente continua defendendo os interesses da Resex, apesar de não possuir nem um cargo na Associação, salienta que a ASSUREMACATA está inativa no que se refere ao contato com as demandas das comunidades, além de não estar captando benefícios sociais devidos. Afirma que pretende voltar à presidência da Associação. Os conflitos que permeiam as disputas políticas na ASSUREMACATA, segundo este entrevistado, é um grande obstáculo à participação dos usuários da Resex.

4.3.2 Segunda gestão de 2009 a 2013 – Nova etapa da chegada dos recursos e outros conflitos

A partir do pleito eleitoral de agosto de 2009, a presidência passou a ser exercida pelo Sr. N.S, de 49 anos com escolaridade de nível médio completo, residente da comunidade do Castelo, que atualmente ocupa o cargo de tesoureiro da ASSUREMACATA. O Sr. N.S inicialmente compunha a primeira gestão como vice-presidente, para depois, por processo eleitoral, ser eleito o presidente da ASSUREMACATA, correspondente ao período de 2009-2011 e 2011-2013, cumprindo dois mandatos. Em entrevista, relatou que a sua gestão recebeu a missão de ajustar as finanças da Associação que se encontrava com um “buraco”. Segundo o entrevistado essa questão gerou bastante desgaste porque as comunidades pressionavam pelos benefícios que ainda não tinham sido entregues.

Ao falar sobre os benefícios sociais, salienta que a primeira leva de benefícios chegou nos anos de 2006 a 2007. Em 2008 chegaram às casas e o apoio em grande quantidade. Processo que gerou alguns problemas na partilha desses benefícios de forma a contemplar a diversidade e necessidade dos demandantes. Segundo ele, nem os municípios pegaram tanto benefícios como as Associações das Resex no nordeste paraense. O acesso a tais benefícios fora viabilizado por alguns arranjos que se

deram, considerando os laços familiares e de amizade. Quando questionado sobre os motivos que o levaram a participar da ASSUREMACATA relata que

Desde criança, desde jovem já venho nessa participação social, e lutar e ver e ver a situação do povo para fazer alguma coisa, eu digo que seja um dom de ajudar, um dom, uma coisa que eu vi que precisava fazer alguma coisa, não é que eu vou ajeitar, concertar, salvar, mas que precisava de uma mãozinha (...) participo da questão social na comunidade, esse convite eu aceitei e até hoje tô aqui né, parei um tempo fui pra casa ficar longe olhando.(...) e me trouxeram denovo né, me fizeram, e eu disse é eu vou de novo, mas nunca deixei, eu não estava aqui mas estava lá na comunidade fazendo um trabalho, nunca deixei, nunca. Sei que me afastei da diretoria, e deixei a diretoria trabalhar (...), assistindo para eu ver melhor e quis voltar hoje com mais pé no chão, mais clareza das coisas, às vezes não é a primeira vez que vai ser, às vezes a diretoria sempre apanha algumas coisas que se perde muitas coisas. Hoje não, a gente já tem mais maturidade de lidar, dever o que a gente pode o que não pode, por onde agente pode ir por onde não, ter discernimento de quem são os parceiros, aquele que é parceiro e aquele não, que só vem tirar. A gente começa a ter mais essa clareza, é saber diferenciar esse tratamento, tratar as pessoas todas por igual, mas sempre aquela ali confia mais e aquela não. Entrei pra ASSUREMACATA por um convite pra ajudar, a gente vê que a gente tem um grupo bom, então esse grupo se distanciou um pouquinho, hoje se uniu de novo. Isso alegre e eu tenho certeza que a associação ganhará muito nessa gestão agora (N.S, segundo presidente da ASSUREMACATA, 2017).

Como consta no depoimento acima, o ex-presidente se afastou por um tempo das atividades da ASSUREMACATA, por motivos políticos, esses conflitos intra-institucional, conforme Acselrad (2004) “são motivados por crises internas por vezes motivada pela concentração de poder de seu dirigente ou por atos ilícitos deste, sonegação de informação, nepotismo, corrupção, incompetência de gestão, ausência de solidariedade” (Pg.105) esses conflitos comprometem o fortalecimento da ação coletiva e enfraquecem a legitimidade da Associação frente aos seus parceiros. Em uma nova configuração política, o Sr. N.S, no pleito eleitoral de 2017 voltou a ser articular com a chapa vencedora da eleição ocorrida em outubro de 2017, assumindo o cargo de tesoureiro da Associação. Quando perguntamos sobre os principais conflitos na gestão da ASSUREMACATA, sintetiza suas experiências como ex-presidente e atual tesoureiro em um ponto de maior dificuldade

A principal problemática, dificuldade que nós temos é a questão estrutural, não termos recursos para realizar o trabalho, pra diretoria poder ficar disponível para o trabalho, porque todos têm família e precisa deixar luz, precisa calçar, vestir, e as pessoas muitas das vezes, nossos sócios, não consegue, que isso aqui não é emprego, mas que nós precisamos. Quem pode nos manter para trabalhar defender para representar eles são associados, isso tão tirando isso da associação, como que nós vamos conseguir lutar pelos benefícios, essa é a nossa dificuldade. A gente só pode fazer um trabalho quando tem condições, ter que ir e voltar, tem que deixar alguma coisa em casa, um feijão com arroz, se não tu vens pra cá e deixa tua família passar fome e vai passar fome também. (...) Não é uma estrutura tão grande, mas mínima pra manter a diretoria trabalhando, pra diretoria estar ali em ação (N.S, segundo presidente da ASSUREMACATA, 2017).

É um fator recorrente nas falas das lideranças da Associação, que os associados não pagam a taxa mensal de sócio, devido à ausência das políticas públicas. Para os sócios entrevistados, a Associação está ineficiente no que a tange as demandas das comunidades, por esse motivo, se recusam a fazer o pagamento no valor de R\$ 10,00 reais mensal. As lideranças se defendem, afirmando que não conseguem captar os recursos do governo federal pela contenção orçamentária dos últimos anos³⁰. Em relação os conflitos em torno da partilha das políticas públicas, especificamente o PBV e os créditos do II PNRA (Habitação e apoio) o entrevistado considera que os conflitos foram poucos, pois:

Em relação ao PBV: Conflito por ter beneficiado muitos mas não todos. Em relação aos créditos do II PNRA (habitação e apoio): A gente ia assim, chamavam seu visitante e dividia de acordo com a necessidade da comunidade. Aí o comitê dava para distribuir dez comunidades X, dessas dez o comunitário escolhia as dez famílias. E sair daqui as dez famílias como prioridade, as mais necessitadas. Era o próprio comitê aqui, o comitê de cinco pessoas que escolhia as famílias e trazia para a Associação. (...) eu não podia beneficiar todo mundo, e aí trocava poucas vezes, mas assim a gente foi, aí vinha hoje, aí a gente tornava a distribuir e aí fomos acabando amenizando um pouco os conflitos. (N.S, segundo presidente da ASSUREMACATA, 2017).

³⁰ Os recursos do II PNRA foram interrompidos em 12 de junho de 2013 por meio da portaria 352/2013 (INCRA, 2017).

O Ex-Presidente relata que com a chegada de tais benefícios a Associação se fragilizou devido as pessoas terem esquecido da organização e focado só nos benefícios. Nessa segunda gestão foram construídas 683 casas e concedidos créditos apoio proporcional ao número de habitações, fato que implicou no acirramento dos conflitos entre a ASSUREMACATA e os usuários da Resex. Esses acusam a executiva da Associação de ter beneficiado largamente os "parentes", e ainda não possuem a informação que o número dos créditos do PNRA foram diminuídos nesse período. Sendo assim, observamos que a ausência de informação também é fonte de conflito, pois os usuários culpam a executiva da Associação de não captar os benefícios, sem fazer a vinculação com o contexto extra local de contenção de repasses de recursos do governo federal. Fato que, obviamente, não exclui os processos sociais relacionados aos atores locais, mas somam-se a estes.

Muitos destes problemas de partilha das políticas e contenção orçamentária, são o mote para a explosão de conflitos cuja questão central tem a ver com a partilha desigual dos recursos disponíveis, esse conflito aparece assim associado a ideia de igualdade de acesso aos direitos e da apropriação desigual do território e de seus recursos.

Hoje com a ausência desses benefícios a Associação não consegue congrega um número significativo de sócios para discutir sobre outros assuntos de interesse da Resex. Porém o Srº N.S aponta que a ASSUREMACATA está se articulado com o governo municipal no intuito de atender as demandas das comunidades, "nós estivemos com o prefeito já, que ele nos colocou à disposição, não deixou de nos ajudar, e vão ajudar, até nesse problema de carro aqui dentro, já começamos essa parceria" (N.S, segundo presidente da ASSUREMACATA,2017).

Na análise da segunda gestão observamos que os conflitos se acirram pela diminuição de repasses dos recursos federais que são totalmente interrompidos em 2013, no final da gestão do segundo presidente. No tópico seguinte veremos que os conflitos se reconfiguram, pois, a escassez de recursos se acentua e com ela as disputas políticas se acirram. Veremos como a terceira gestão percebe os conflitos em torno do PNRA e do PBV.

4.3.3 Terceira gestão de 2013- 2015; 2015-2017; 2017 até o momento – Declínio na captação dos recursos e ampliação dos conflitos

A atual gestão tem como presidente um pescador artesanal, que relatou estar afastado desta função, devido às atividades burocráticas da Associação, possui 60 anos e escolaridade de nível médio completo, residente na Vila do Acarajó. Sua gestão, até o momento, tem sido avaliada pelos associados entrevistados, como insuficiente junto às comunidades, essa atuação pode ser atribuída à falta de canalização de recursos materiais para os sócios. No entanto, o presidente considera que a Associação está em constante movimento para promoção de assistência de várias ordens para os associados, se esforçando para captar algum recurso junto a organizações civis e estatais.

A renovação do seu terceiro mandato à frente da ASSUREMACATA ocorreu no dia 15 de outubro de 2017, em eleição com chapa única. Na eleição estavam presentes um número significativo de sócios, além de quatro vereadores do município de Bragança, dois assessores de deputados estaduais. Nos agradecimentos dos componentes da chapa foi enfatizado o apoio concedido pela câmara dos vereadores e prefeitura de Bragança. Ressaltou que estão em permanente conversa com alguns deputados estaduais para captar o mais rapidamente benefícios sociais. A figura 11 mostra os membros da chapa única “Esperança” com vereadores e assessores dos deputados, a figura 12 mostra a presença dos sócios para a votação por aclamação na sede da ASSUREMACATA.



Figura 11. Chapa Esperança com vereadores e assessores de deputados estaduais. Fonte: Pesquisa de campo – Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, Bragança/Pa. 2017.



Figura 12. Sócios da ASSUREMATA no dia da eleição na sede da Associação. Fonte: Pesquisa de campo – Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, Bragança/Pa. 2017

É importante apontar que para essa eleição houve uma reconfiguração nas alianças políticas, e a chegada de novos atores locais e extra locais nas articulações de interesses neste território, confluindo

esforços para capitalizar benefícios sociais aos usuários. Antigas lideranças que estavam afastadas voltam para compor a executiva da ASSUREMACATA. Em entrevista com o Sr^o. J.G, esse relata um pouco do delinear dessa articulação para a composição da chapa

É porque a gente já vinha preparando esse terreno antes, pra que a gente já tivesse um movimento seguro, um movimento seguro é um movimento que tenha articulação e interesse também de ajudar, não é só sentar na cadeira, é uma situação que nós temos que correr atrás pra ajudar nossos companheiros (J.G, atual presidente da ASSUREMACATA,2017).

Em cada renovação de mandatos observamos a permanência das mesmas lideranças na ASSUREMACATA, fato preocupante no que tange ao futuro da Resex, ou seja, não observamos a renovação dos representantes deixando uma questão em suspenso: “para quem ficará a Resex?”. Quanto aos conflitos na gestão da ASSUREMACATA, o atual presidente destaca que

O conflito ele só existe na parte jurídica, a parte jurídica é muito complicada por parte da eleição, nas outras partes não, graças a Deus nessa parte nós somos até abençoados, por não ter conflitos. Mas é só nessa parte de eleição que sempre teve, porque se é companheiro e encerrar meu período ou então outro tem que chegar.Eu não vou ficar todo tempo que eu não sou nem um Fidel Castro pra ficar o resto da vida (J.G, atual presidente da ASSUREMACATA,2017).

É evidente essa disputa pelo poder nas eleições da ASSUREMACATA, no pleito de 2013 as eleições foram tão acirradas que a polícia juntamente com o Ministério Público precisou intervir. No último pleito, a oposição acusou a diretoria da ASSUREMACATA de se negar a fazer a quitação dos componentes da chapa de oposição, por esse motivo, a oposição não concorreu às eleições, em entrevista com o principal representante da oposição, este relatou que esta ajuizando uma ação junto ao Ministério Público para impugnar a eleição, porém até a finalização

da pesquisa, não obtemos informações quanto a essa ação judicial. No que tange aos conflitos em relação à partilha das políticas públicas, o Srº. J.G relata que não houve muitos conflitos em torno da partilha do PBV, pois os nomes dos contemplados vinham direto do governo federal. O papel da Associação era somente comunicar aos sócios beneficiados. Quanto aos créditos do II PNRA (Habitação e apoio) o entrevistado assinala que

Agora do INCRA tem, porque no passado eram os comitês que direcionavam os nomes das pessoas, então teve um conflito assim, esse é meu irmão minha família, primeiro pra eles (...) se você for no Caratateua você vai ver só a armação da casa, tiraram as telhas as madeiras, o cara não tinha necessidade, foi embora. Não era pescador e recebeu por influência de família (J.G, atual presidente da ASSUREMACATA,2017).

O atual presidente reconhece que os arranjos familiares prevaleceram na partilha da casa e do crédito apoio. Como o critério de partilha consistia na contemplação do “mais necessitado”, ficava difícil, segundo este entrevistado não contemplar “primeiro os de casa”. Quanto ao posicionamento da ASSUREMACATA diante dessa partilha, enfatiza que houve negligência na fiscalização da entrega desses recursos

Porque quando a pessoa vem descobrir a casa já está pronta no nome do indivíduo, o fulano o irmão do fulano, ficou difícil da gente ter um controle, porque nós não tínhamos um setor que pudesse fiscalizar e acompanhar, nós temos conselho fiscal conselho deliberativo, mas tinha que ter esse movimento de acompanhamento, essa pessoa merece? Merece, não teve foi uma falha na gestão de não ter habilitado alguém pra trabalhar nesse assunto (J.G, atual presidente da ASSUREMACATA,2017).

Alguns usuários da Resex que ouvimos no decorrer da pesquisa apontaram irregularidades na partilha dessas duas políticas públicas em especial. Afirmando que não houve um critério “justo” para “ganhar” a casa e o apoio, fato que remonta às questões da insuficiência desses recursos frente a grande quantidade de demandantes. Tal fato torna ainda mais enfraquecida a representação da ASSUREMACATA nesse território.

É importante considerar que um dos fatores de desgaste dessa gestão, perpassa pela ausência de informação quanto aos cortes orçamentários para o II PNRA. A partilha desse recurso é a fonte mais recorrente de conflito na Resex. No tópico seguinte veremos na análise das entrevistas nas duas comunidades mais beneficiadas com o PNRA que a compreensão de gestão da ASSUREMACATA está diretamente vinculada a captação e partilha dos créditos do PNRA e do PBV.

Tanto as gestões passadas como a atual, afirmam que a ASSUREMACATA dialoga com outras lideranças institucionais e de classe, como o Conselho Nacional de Populações Extrativistas da Amazônia; com o Poder Público local, Estadual e Federal; com instituições de pesquisa; com o ICMBio que é o órgão gestor das Reservas Extrativistas e sobretudo com os Usuários da Resex Caeté-Taperaçu. A ASSUREMACATA conformou através de uma ação local a institucionalização deste território como Unidade de Conservação, por meio da articulação de suas lideranças com atores institucionais acima citados.

4. 4 Percepções dos agentes sociais sobre a atuação da ASSUREMACATA nos conflitos em torno da partilha das políticas públicas – um contraponto

A escolha das comunidades do Castelo e do Treme foram motivadas por essas terem recebido um maior aporte de políticas públicas, especialmente os créditos derivados do PNRA. As entrevistas realizadas nessas Comunidades, apresentadas no capítulo 2 contemplaram um público estritamente feminino, justificado, em boa parte, por serem as principais receptoras dessas políticas. Ao delimitarmos os sujeitos da pesquisa, optamos por trabalhar com usuários que tivessem recebido os recursos do PBV e o PNRA, e constatamos que o público privilegiado é eminentemente feminino, estando vinculado ao CadÚnico e ainda é o público mais documentado da Resex. O roteiro semiestruturado de entrevistas procurou verificar a partir da fala das usuárias, suas relações com a Resex e conseqüentemente com a ASSUREMACATA, para a partir daí analisar os conflitos em torno da distribuição dos créditos do PNRA e do PBV. Para tanto, perguntamos as doze usuárias entrevistadas o motivo que as levou a participar da Associação obtivemos as seguintes respostas

Primeiro porque eu pertencço a Reserva Extrativista e desde o início eles tiveram uma luta muito grande pela Resex e como a nossa comunidade ela é pesqueira, ela está dentro da Resex. São duas comunidades que estão dentro que pertence à Resex mesmo, é essa aqui Castelo mais Ajuruteua essas duas estão dentro as outras são entorno (A.C; Usuária-Castelo, 2017).

Na verdade eu nem sabia que estava entrando em uma Associação, porque nós fizemos um cadastro que veio em 2002 ou 2003 por ai, nós fomos lá na casa de um senhor fazer um cadastro para ganhar uma casa, foi daí que gerou essa Associação. O tempo passou, depois foi chamado de novo que era para ir para uma reunião que estava vindo os nomes, eu me lembro que foi assim, desde lá a gente foi reunir o povo e gerou essa Associação (C.R, Usuária-Treme,2017).

Pra te falar a verdade foi assim, a maneira da associação ajudar as pessoas que precisavam entendeu, e que precisam até hoje. Porque pelo que eu percebi de uns tempos pra cá, deu uma parada na associação. E na época que eu participei, que eu entrei mesmo na associação foi por esse motivo, pelo fato de ajudar muitas das famílias que necessitavam (D.F-Castelo,2017).

Eu acredito que é a dificuldade de não ter uma casa, de não ter certos benefícios, por que a gente é pobre, né? Então a reserva, ela vinha proporcionando isso para a gente, então. Eu achei que era uma boa coisa para a gente. Por que aqui a gente não tinha condições de construir uma casa. Na época que a gente veio para cá, a gente não tinha condições de construir uma casa de alvenaria. Como eu disse, veio o fomento, veio várias outros. Tudo vinha através da Associação. Foi ótimo, foi uma boa ajuda (M.C; Usuária-Castelo, 2017).

Como podemos analisar a partir das entrevistas acima, o motivo preponderante para a participação na Associação está relacionado aos benefícios do governo federal, e principalmente ao sonho da “casa de alvenaria”. Quando questionamos sobre o significado de uma Reserva Extrativista, a maioria das usuárias se remete a preservação ambiental e outras aos benefícios sociais. Perguntamos a essas usuárias o que significa a Reserva Extrativista, e elas relatam que

Significa em dar apoio pra gente, meu auxílio doença eu estava atrás e consegui lá pela Resex (D.F, Usuária-Treme, 2017).

É a preservação (C.R, Usuária-Treme, 2017).

Eu entendo que é cuidar dos manguezais, da parte ambiental, eu não sei se eu tô errada, mas é o que eu entendo (D.F, Usuária-Castelo, 2017).

Preservação, né? Preservação do meio ambiente, dos manguezais, da pesca, da sociedade, a nossa sociedade rural. (M.C; Usuária-Castelo, 2017).

A Resex pelas informações que nós temos é que é para prevenir o meio ambiente, negócio de mariscos e outras coisas que vem através da Resex para o nosso lugar (S.S, Usuária-Treme, 2017).

A partir das entrevistas, constatamos que essas usuárias compreendem o significado da Resex como sendo uma junção entre preservação ambiental e recebimento de benefícios sociais. Tal fato é revelador para o trabalho, pois as pesquisas anteriores mostravam que os usuários não compreendiam o significado de uma Reserva Extrativista, se remetendo a sede da ASSUREMACATA como sendo a Resex propriamente, apesar de algumas interlocutoras ainda confundirem a Resex com a Associação como vemos na fala da Sr^a. D.F, Usuária-Treme, 2017). Em relação aos principais problemas na Resex, as usuárias apontam que

Falta de recursos! De primeiro vinha tanto recurso para a Resex e não veio mais, aí as pessoas ficam desacreditadas, ficam dizendo que é mentira. De primeiro chegava tantos recursos que o pessoal ficava alegre. Significa em dar apoio pra gente, meu auxílio doença eu estava atrás e conseguir lá pela Resex (D.F, Usuária-Treme,2017).

Não veio mais fomento, não veio mais benefícios pra reserva, não veio mais. Isso é um dos problemas, apesar de eu ganhar. Eu ganhei mas tem outras pessoas que não ganharam, até porque a gente não tem condição, se não fosse a Resex, tem que dar graças a Deus pela Resex (M.C; Usuária-Castelo, 2017).

Vamos ver como é daqui pra frente né. Mas era bom, eu gostava assim quando tinha reunião a gente ia, mas agora acabou. Disse que vai continuar de novo (J.S; Usuária-Castelo,2017).

O problema da ausência de recursos é latente na fala das usuárias, que apontam esse fato como um desestímulo para a participação das reuniões na Associação, assim se afastam das deliberações de outros assuntos importantes para o território, como as reuniões de discussão para a elaboração do acordo de gestão. Os atuais dirigentes da ASSUREMACATA relatam que não conseguem mobilizar a população porque não tem um recurso para oferecer, o que recorre na questão dos objetivos de criação de uma Resex “é possível manter um território de conservação ambiental sem uma contrapartida de recursos materiais?”.

Conforme Lobão (2006) o Estado com sua política neocolonial provoca nessas populações ressentimentos, pois essas populações sentem-se como “um filho abandonado pelo pai – o Governo” (p.215). As elaborações das regras de gestão dos territórios das Unidades de Conservação de Uso Sustentável, em muitos casos, se distanciam das práticas tradicionais de manejos dos recursos naturais, ao impor a essas populações formas diferentes de viver, o Estado fomenta o ressentimento por parte desses grupos sociais, mantendo dessa forma seus interesses liberais na conservação desses territórios. Assim

O reconhecimento esperado pelas populações tradicionais não vem do Estado, gerando, assim, um ressentimento por parte do público-alvo destas políticas de intervenção. Os comportamentos dos grupos locais são avaliados externamente em função da sua maior ou menor adesão aos valores que permeiam um modelo de sustentabilidade, de uma perspectiva, até certo ponto, alheia aos interesses ou visões de mundo desses próprios grupos (LOBÃO, 2006, p.216).

Observamos no decorrer da pesquisa o quanto esse ressentimento ressoou expressivamente nos conflitos em torno da partilha das políticas públicas. As entrevistadas relataram que os conflitos em torno do PBV, foi que vieram poucas bolsas para um universo tão grande de moradores da Resex, o que incorre novamente na escassez de repasses dos recursos por parte do Estado a essas populações rurais, outro ponto foi à interrupção do pagamento, uma usuária do Treme apontou que

Tem muita gente que morava em Belém e veio pra cá só fazer o cadastro do bolsa verde e foi embora pra Belém. Mora lá mais recebe o bolsa verde, que não tem na ver que nem catar

caranguejo sabe e a gente as vezes que cata o caranguejo, não recebe (D.F, Usuária- Treme,2017).

Essa entrevista aponta falhas na realização do cadastro do PBV, evidenciando que os critérios previstos para o acesso ao programa não deram conta de controlar essas fraudes de recebimento indevido, mas incidem outras questões – afinidades de parentesco. Questão bem presente em comunidades mais tradicionais, cuja sociabilidade está vinculada nos laços de confiança e parentesco. Em relação aos créditos do IIPNRA (Habitação e apoio), os conflitos na partilha foram mais flagrantes, como demonstram as entrevistas

Tem pessoas que tem casa e ainda ganharam 2 a 3 casas do INCRA, não deveria ter acontecido isso, tem muita gente ainda que precisa (...) muita gente que ganhou essas casas do INCRA já venderam, um menino vendeu a casa por 18 mil (D.F, Usuária-Treme,2017).

Opessoalficoureclamandoqueopapaidavacasasóparaosparentes (C.R, Usuária-Treme,2017).

Houve (...) Mas eu não vou dizer que não houve é mentira. Teve pessoas que não receberam no tempo do seu Z.R. Muita gente não recebeu (M.C; Usuária-Castelo, 2017).

Como eu te falei, essas decisões eram tomadas em uniões devido às necessidades e pelo nome que vinham das pessoas. Não sei como era a escolha na Associação (...) mais sempre vai existir um conflito, pode ser que alguém que tinha, ganhou uma casa (A.C; Usuária- Castelo, 2017).

Tem muita gente que não precisava, como minha filha aqui, que precisava de uma casa, é isso que me dá raiva, gente que não estão precisando eles dão e não vê isso. Aqui eles escolhem pela cara, as pessoas (D.C; Usuária-Castelo, 2017).

Os conflitos em torno do acesso aos créditos habitação e apoio se somam as denúncias de fraudes aos vários dirigentes da ASSUREMACATA. Como vimos na análise das três gestões, o acesso a esses recursos fora viabilizado por laços familiares e pelas relações de reciprocidade, confiança e ajuda mútua. No entanto, apesar dos conflitos, os usuários contemplados se sentem imensamente felizes por

terem uma casa de alvenaria, terem recebido os eletrodomésticos e até a pouco estarem recebendo a bolsa verde. Para as usuárias, o maior legado da Resex consiste no recebimento desses benefícios. A figura abaixo mostra a usuária em frente da sua casa, considerando por ela como “seu maior bem”.



Figura 13. Moradora da comunidade do Treme. Fonte: Pesquisa de campo—Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, Bragança/PA. 2017.

Todas as casas que visitamos, já foram modificadas, os moradores aumentaram a residência até pela expressa quantidade de pessoas em um domicílio. Os eletrodomésticos, muitos foram deteriorados com o tempo, outros foram reformados como mostra a figura abaixo:



Figura 14. Eletrodomésticos adquiridos com o credito apoio. Fonte: Pesquisa de campo – Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, Bragança/Pa. 2017.

As usuárias ao mostrarem os eletrodomésticos comentam a importância de ter se adquirido esses bens através de recursos da política, pois seria muito difícil obtê-los devido as suas condições econômicas. Quanto ao impacto dessas políticas públicas

em suas vidas, todos os entrevistados foram enfáticos em afirmar, que os créditos do II PNRA e o PBV mudaram para “melhor” a vida. Todos relataram que não teriam condições de construir suas casas de alvenaria e ainda aparecem os eletrodomésticos.

Quanto às expectativas em relação ao futuro e as ações da ASSUREMACATA, os entrevistados demonstram esperança que a Associação possa desenvolver algum projeto em prol da comunidade. Todos os interlocutores da pesquisa afirmam que a ASSUREMACATA tem potencial para defender e garantir os interesses dos moradores da Resex, a maioria dos entrevistados afirma ter notícias da ASSUREMACATA, relatando as atividades que ela está desenvolvendo no momento. Falam de um projeto de pesca sustentável com uma Organização não governamental e outro em parceria com a Unesco³¹, voltado ao protagonismo da juventude na Resex.

As entrevistas demonstram que os conflitos na partilha das políticas públicas estão vinculados a duas dimensões. Favorecimento de parentes e amigos da executiva da ASSUREMACATA e a ausência de benefícios. A primeira resulta, em parte, do próprio modo de vida das populações tradicionais (DIEGUES, 2001) que estruturam sua cotidianidade com o fortalecimento de suas relações sociais. Neste sentido, a partilha das políticas considerou naturalmente os vínculos sociais, mas também interesses políticos.

A segunda dimensão se relaciona com a anuência do Estado neoliberal nos baixos investimentos para as políticas públicas, delegando a essa população a responsabilidade de distribuir um número de benefícios bem abaixo do universo de pessoas que precisam, como afirma Lobão “É dessa forma que uma economia política do ressentimento tende a prevalecer sobre uma política do reconhecimento das tradições, saberes e modos de vida locais, de acordo com a trajetória dos grupos apresentados” (Pg. 217). Ou seja, o Estado contempla apenas parte da população, transferindo responsabilidades, e os conflitos, para as populações carentes e seus representantes.

³¹Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

5. CONCLUSÃO

Apartir do desenho empírico das relações estabelecidas nos conflitos em torno da partilha das políticas públicas (II PNRA: habitação e apoio; PBV) na Resex Caeté-Taperaçu, em particular, se buscou refletir sobre os conflitos sociais em territórios *ambientalizados* (LEITE LOPES, 2006) para interpretar localmente os condicionantes destes conflitos em uma Reserva Extrativista, na Amazônia Brasileira. Em função da heterogeneidade dos atores sociais envolvidos foi possível observar que os conflitos giram em torno de três dimensões que, necessariamente, se entrelaçam na luta cotidiana, configurando os conflitos socioambientais: a das políticas públicas (partilha dos créditos do II PNRA;PBV); a dos recursos naturais (demarcação dos locais de pesca e do extrativismo do caranguejo; delimitação dos instrumentos de extração dos recursos naturais); e da cogestão envolvendo ASSUREMACATA e ICMBio.

A análise sociológica tem problematizado os processos de reconhecimento que advém dos beneficiários de políticas e aqueles que as demandam (CORTES,2012). Neste sentido, no escopo dessa dissertação foram analisados os conflitos envolvendo a atuação da ASSUREMACATA diante da partilha das políticas públicas derivadas do II PNRA e do PBV. Para tanto, observamos a atuação das três gestões da Associação na partilha dessas políticas, e constatamos que a canalização desses benefícios sociais é fonte de conflitos, pois a questões ambiental e social que envolvem a construção coletiva do território das populações tradicionais deixa de ser o foco principal, acirrando disputas individuais e partidárias; entre comunitários e a gestão local; entre Associação e ICMBio; entre instituições oficiais. A distribuição desses benefícios perpassa por várias fases, gerando problemas de diferentes ordens entre os atores sociais: nas fases de seleção, cadastramento dos usuários e na distribuição das políticas; pelos recursos insuficientes; por critérios pouco claros para escolha dos recebedores dos benefícios (as condicionalidades); pela, prevalência das relações familiares e de amizades e até de favorecimentos políticos.

Em relação a atuação da ASSUREMACATA, destaca-se a percepção dos entrevistados quanto ao desempenho desta em sua representação. Para eles a Associação era muito presente no início da institucionalização da Resex (2005- 2009), inclusive se referem à gestão do primeiro presidente como sinônimo de “que as coisas

funcionavam”. Visto que sua gestão se desenvolveu no momento em que a Resex estava recém criada, por isso os créditos de instalação chegavam mais rapidamente e também pelo momento político do País, que volta-se para implantar políticas de redistribuição de renda. Além do financiamento externo, que com os recursos do PPG7 (ANTONI,2010) e demais organizações internacionais financiou a criação de unidades de conservação e de políticas como o Programa Bolsa Verde. Foram importantes também as alianças formadas com atores locais (INCRA, ICMBio, Prefeitura,) e externos como parlamentares e empresas para viabilizar a chegada desses recursos federais. Ao se referir aos conflitos na partilha das políticas, destaca a insuficiência dos recursos canalizados pelo INCRA.

Para a segunda gestão (2009-2013) as impressões entre os sócios é de que a Associação foi “perdendo força” devido à redução dos recursos do PNRA e também pelo acesso indevido de determinadas pessoas as políticas públicas. Esses dois fatores implicaram no acirramento dos conflitos entre a ASSUREMACATA e os usuários da Resex. A ausência de informação também é fonte de conflito, pois os usuários culpam a executiva da Associação de não capta os benefícios, sem fazer a vinculação com a contenção orçamentária do País. Nessa gestão observamos também a quebra de algumas alianças com atores locais como o ICMBio e prefeitura municipal, o que implicou no desgaste da ASSUREMACATA junto as comunidades.

Em relação a atual gestão, os entrevistados são enfáticos em afirmar que a ASSUREMACATA se encontra ineficiente pela ausência das políticas públicas, o que tem gerado conflitos envolvendo não somente os moradores, como também as representações institucionais que compartilham a gestão da Resex. É importante ressaltar que nessa gestão o governo federal decretou a interrupção nos repasses dos créditos do PNRA e também suspendeu por tempo indeterminado o pagamento do Bolsa Verde. Porém a ausência dessas informações entre os usuários, faz com que se afastem da Associação por acharem que essa não tem o potencial de conseguir os benefícios sociais. Essa gestão tem se articulado com diferentes atores (Prefeitura, ICMBio, Deputados, entre outros) na tentativa de se manter na representação dos usuários da Resex Caeté-Taperaçu.

As políticas de conservação que balizam as regras para o acesso a políticas públicas em Unidades de Conservação não reconhecem, na prática, as relações de reciprocidade das populações tradicionais, tolhendo sua autonomia para pensar a

organização do seu território com base nas suas experiências com o lugar (ESCOBAR, 2005). Dessa forma, podemos ponderar que a reivindicação da fala e da escuta desses grupos são centros relevantes do aprendizado político e intelectual contemporâneo (SILVA & RIBEIRO, 2017). Como também, podem fomentar o desenvolvimento de espaços de debates críticos em torno da pluralidade e das diferenças de sentidos das experiências vividas, da legitimidade da representação social e das lutas por reconhecimento dos diversos saberes.

O conflito em torno da partilha das políticas públicas (PNRA e PBV) nesse território pode ser apreendido como uma forma de sociação, pois gera espaços propícios para a representatividade dos sujeitos, podendo resolver tensões nas sociabilidades (SIMMEL, 1983). Gera tanto efeitos negativos quanto positivos entre os moradores da Resex, com disputas intensas em torno dos recursos das políticas e por outro, possibilidade de parcerias afim de superar alguns entraves na conquista de benefícios sociais para esse território. Os embates são um movimento de resistência, da luta pela manutenção do território e pelos direitos sociais e defesa da reprodução social, cultural e econômica das populações tradicionais. . Pois como foi visto nos rompimentos e alianças entre representantes comunitários e estatais para assegurarem seus interesses na gestão do território.

Nessas disputas em que diferentes atores sociais ambientalizam seus discursos, ações conjuntas formatam conflitos sociais que incidem sobre essas novas arenas públicas, seja questionando os padrões técnicos de apropriação do território e seus recursos, seja contestando a distribuição de poder sobre eles (ACSELRAD, 2010). Assim essa reflexão mostra-se promissora para o estudo de uma realidade local na Amazônia. Na qual as populações amazônicas buscam o reconhecimento de sua identidade a partir de seu vínculo com o território. São esses conhecimentos e sociabilidades tradicionais que justificam a criação do território protegido. Os laços identitários que se constroem em torno de atividades socioeconômicas baseadas na pequena agricultura, no extrativismo de recursos da floresta e do mangue e na atividade de pesca artesanal, constituem a base de sustentação da reprodução social, cultural, política e econômica destas populações.

Esses laços de reciprocidade e solidariedade são costurados por gerações e atravessados pelas questões da modernidade ocidental. Representada aqui pela institucionalização do acesso a determinadas políticas públicas, como os créditos

derivados do II PNRA e o PBV. O que requer desses grupos sociais uma adequação de suas práticas de sociabilidades aos modelos idealizados pelos discursos das políticas públicas, representado pelo saber dos *experts*, tanto das instituições estatais, quanto das organizações de assessoria. O que requer, portanto, o aprendizado social mútuo, mas considerando-se as diferenças de saberes e das condições sociais, políticas e econômicas dos atores envolvidos.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTONI, Giorgio de. O Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7) e a globalização da Amazônia. *Ambiente & Sociedade*, Campinas v. XIII, n. 2. p. 299-313, jul.-dez. 2010.

ALONSO, Angêla. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, São Paulo, 76: 49-86, 2009.

ALMEIDA, Jalcione; PREMEBIDA, Adriano. **Histórico, relevância e explorações ontológicas da questão ambiental**. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 16, no 35, jan/abr 2014, p. 14-33.

Albuquerque, Valeria de Oliveira. **Reforma Agrária no governo Lula: uma análise do II Plano Nacional de Reforma Agrária**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP, 2006.

ABDALA, Guilherme; Saraiva, Nicholas; Wesley, Fábio. 2012. **Plano de Manejo da Reserva Extrativista Caeté-Taperaçú - VOLUME I - Diagnóstico da Unidade de Conservação**. Brasília: ICMBio.

ABDALA, Guilherme; SARAIVA, Nicholas; WESLEY, Fábio. 2012. **Plano de Manejo da Reserva Extrativista Caeté-Taperaçú - VOLUME II - Planejamento da Unidade de Conservação**. Brasília: ICMBio.

AVRITZER, Leonardo. **Um desenho institucional para o novo associativismo**. *Lua Nova* Nº.39, 1997.

ALLEGRETTI, M. H. **A construção social de política pública. Chico Mendes o Movimento dos seringueiros**. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 18, p. 39-59, jul./dez. 2008. Editora UFPR.

ALLEGRETTI, M. H. Reservas extrativistas: Parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia. In: ARNT, R. A. (org.). **O Destino da Floresta: Reservas Extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia**. R. Arnt, ed. p. 17-47. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 1994.

ALMEIDA, Mauro W. Barbosa de. **Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas**. *Revista brasileira de ciências sociais*, RBCS Vol. 19 nº. 55 junho/2004. ABERS, Rebecca e

BULLOW, Marisa Uon. Movimentos sociais na teoria e na pratica: como estudar o ativismo através da fronteira entre estado e sociedade?. *Sociologias*[online]. 2011, vol.13, n.28, pp.52-84.

ACSELRAD, Henri. **Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental**. ESTUDOS AVANÇADOS 24 (68), 2010.

ASCELRAD Henri (Org.). *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume- Dumara, 2004.

ARAUJO, Zilah Therezinha de Souza. **Processo participativo da mulher na cadeia produtiva do mexilhão mytella charruana (d'orbigny, 1846) na comunidade vila nova, bragança-pa**. Dissertação de mestrado, PPGBA- UFPA, 2015.

AMARAL, Vanessa Silva do. **Instrumentos do estado e dos atores sociais no uso sustentável da Reserva Extrativista Mapuá – Marajó**. Dissertação de mestrado, NAEA-UFPA, 2016.

ARRETCHE, Marta Tereza da Silva. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: BARREIRA, M. C. R. N.; CARVALHO, M. C. B. (Orgs.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC SP, 2001. p. 44-55.

ATAS DO CONSELHO DELIBERATIVO DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA CAETÉ TAPERARU. Bragança – PA. 2010 - 2012.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). 2000. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Disponível em: <www.mma.gov.br/port/sbf/dap/doc/snuc.pdf>. Acesso em: 10/10/2016.

BRASIL. Decreto de criação da Reserva extrativista Caeté-Taperuçu, 20 de maio de 2005.

_____. Resolução Nº 08, de 08 de Dezembro de 2011. Descreve o perfil do Beneficiário da Resex Marinha de Caeté-Taperuçu / Conselho Deliberativo da Resex Marinha Caeté-Taperuçu, 2011. Acesso em: 22/02/2018.

_____.Manual de procedimentos para implantação do crédito instalação do Programa Nacional de Reforma Agrária em Reserva Extrativista, Floresta Nacional e Reserva de Desenvolvimento Sustentável. ICMBio, 2011. Acesso em:13/01/2018.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. BOURDIEU, P. **A Miséria do Mundo**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999.

BECK, Howard. **Conferencia a Escola de Chicago**. Mana 2(2): 177-188. Rio de Janeiro, 1996.

BHABHA, Homi K. **O local da Cultura**. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renata Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

BREDARIOL, Celso Simões. **Conflito ambiental e negociação, para uma Política local de meio ambiente [Rio de Janeiro] Programa de planejamento energético**, (2001) Tese - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

BATISTA, Iane Maria da Silva. **Participação, organização social e desenvolvimento sustentável no contexto da resex mãe grande de Curuçá**. Dissertação de mestrado, NAEA-UFPA, 2010.

CUNHA, Claudia Conceição. **Institucionalização das reservas extrativistas: da política agrária à política ambiental**. In: Rasia, J. M.; SALLAS, A. L. F.; SCALON, Celi. (Orgs.) *Temas da Sociologia Contemporânea*. RJ: 7 Letras, 2012.

CEFAÏ, Daniel. **Como uma Associação nasce para o público: vínculos locais e arena pública em torno da Associação La Bellevilleuse**, em Paris. Por uma etnografia da vida associativa, Niterói-Rio de Janeiro, EdUFF, 2011, p. 67 – 102.

CEFAÏ, Daniel. **Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a Sociologia da Ação Coletiva**. Dilemas, 2009.

CEFAÏ, Daniel. **Os novos movimentos de protesto em França. A articulação de novas Arenas Públicas**. Revista crítica de Ciências Sociais, 2005: 129-160.

CHAMY, P. **Reservas extrativistas marinhas: um estudo sobre Posse tradicional e sustentabilidade**. Anais do I Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade-ANPPAS.2002.33

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE-CONAMA. Resolução Nº303, de 20 de Março de 2002. Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente.

CONCEIÇÃO, Maria de Fátima Carneiro. **Políticas e colonos na Bragantina**, Estado do Pará: Um trem, a terra e a mandioca. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Campinas, SP, 1991.

Cortes, Soraya Vargas; Lima Luciana Leite **A contribuição da sociologia para a análise de políticas públicas**. Lua Nova, São Paulo, 87: 33-62, 2012.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

CARDOZO, Simone de Jesus Ribeiro. **As associações e os desafios da construção do Associativismo: o caso das associações locais e a Assuremacata na comunidade de tamatateua em Bragança-pa**. TCC em Ciências Sociais, 2011.

COSTA, Sérgio. **Esfera pública, redescoberta da sociedade civil e movimentos Sociais no Brasil Uma abordagem tentativa**. NOVOS ESTUDOS N.º 38, 1994.

CARDOSO, Roseli da Silva. **Os saberes da gente do mar: o imaginário e as experiências de vida dos pescadores da vila do Treme, Bragança (PA)**. Dissertação de mestrado PPGLSA-UFPA, 2015.

CRUZ, Mariana Neves. **Gestão de recursos pesqueiros na Resex Mãe Grande de Curuçá: comunidade de Arapiranga de dentro**. Dissertação de mestrado, PPGEOUFPA, 2013.

CHAVES, Aloma Tereza Pinho de Vasconcelos. **Gestão pública e participação: uma análise do conselho deliberativo da Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá**. Dissertação de mestrado, NUMA-UFPA, 2010.

DUSSEL, E. 2005. **Europa, modernidade e eurocentrismo**. In: E.

LANDER (org.), A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, CLACSO, p. 55-70.

DAMACENA, Fabíola Aparecida Ferreira. **História de vida de professores e suas implicações na prática pedagógica: um estudo na Vila do Treme em Bragança-Pará.** Dissertação de Mestrado, PPGLSA-UFPA, 2013.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. **O Mito Moderno da Natureza Intocada.** 3. Ed. São Paulo: Hucitec - Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2001.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: Globalização ou pósdesenvolvimento? In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2005. pp.133-168.

FLEURY, Lorena; ALMEIDA, Jalcione; PREMEBIDA, Adriano. **O ambiente como questão sociológica: conflitos ambientais em perspectiva.**

Sociologias, Porto Alegre, ano 16, no 35, jan/abr 2014, p. 34-82

Fleury, Renato Ribeiro. **Reforma Agrária e Estrutura Fundiária no Brasil: uma análise a partir do I Plano Nacional de Reforma Agrária.** Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, 2015.

FERREIRA Vilson Tadei Brito. **Associativismo e participação em uma reserva extrativista marinha no município de Bragança, Estado do Pará.** TCC em Ciências Sociais, 2013.

FEITOSA, Robson de Sousa. **Morar, pescar e cuidar: Histórias de pescadores da RESEX Caeté-Taperaçú, Bragança-Pará, por meio de fundamentos teórico-metodológicos da História e da Antropologia.** Encontro nacional de história oral, 2012.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica.** 4.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GLASER, M. e OLIVEIRA, R.S. 2004 Prospects for theco-managementof mangrove ecosystems onthe North Braziliancoast:

whoserights;whosedutiesandwhosepriorities? Natural ResourcesForum, 28: 224–233.

GERHARDT & SOUZA. Métodos de pesquisa / [organizado por] Tatiana EngelGerhardt e Denise TolfoSilveira ; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo, Ed. Da UNESP, 1991.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GONÇALVES, Amanda Cristina Oliveira. **Desenvolvimento territorial em unidades de conservação: o caso da Resex Marinha de São João da Ponta – pa**. Dissertação de mestrado, PPGeo-Ufpa, 2013.

HANNIGAN, John A. **Sociologia ambiental: a formação de uma perspectiva social**. Lisboa: Piaget, 1997.

IANNI, Octavio. **Origens Agrárias do Estado Brasileiro**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. *Censo Demográfico Brasileiro (Resultados Preliminares)*. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>> Acesso em: 10/05/2017

_____. *Histórico de Bragança*. 2012. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=150170&search>

=para/b

ragança/infograficos:-historico. Acesso em: 10/05/201

ICMBio, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. 2017. Reservas Extrativistas Marinhas. Disponível em:

<<http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas>

brasileiros/marinho/unidades-de-conservacao-
marinho/>Acesso em: 20/04/2017

_____. Unidades de Conservação. 2017. Disponível em:
<http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao>.
Acesso em: 20/04/2017

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 2018. História da Reforma agrária. Disponível em:
<http://www.incra.gov.br/reformaagrariahistoria> Acesso em: 20/03/2018.

_____. Créditos do II PNRA. 2018. Disponível em:
http://www.incra.gov.br/novo_credito_instalacao. Acesso em: 20/03/2018

JACOBI, P. Meio ambiente urbano e sustentabilidade: alguns elementos para a reflexão. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Meio ambiente desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

JACOBI, P. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade**. Cadernos da pesquisa. São Paulo: Autores Associados, n.118, 2003.

LOBÃO, Ronaldo. **Quando as associações são voluntárias no Brasil? Uma discussão sobre novas formas de colonização em Reservas Extrativistas. Por uma etnografia da vida associativa**, Niterói-Rio de Janeiro, EdUFF, 2011, p. 199 – 235.

LEITE LOPES, J. S. **Sobre processos de “Ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, n.25, p.31-64, jan/jun.2006.

LEITE LOPES, J. S (Org.). **A ambientalização dos conflitos sociais**. Diana Antonaz, Rosane Prado, Gláucia Silva (orgs.) / Beatriz Heredia... [et al.]. – Rio de Janeiro : Relume Dumará : Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.

LAVALLE, AdriánGurza (2003). **Sem pena nem glória**. Novos estudos Cebrap, São Paulo, n.66, julho 2003, pp.91-109.

LOPES, Erica Almeida. **Estratégias e experiências de participação: Um Estudo com usuários da Resex**

Marinha Caeté-Taperaçu em Bragança/Pará.
Dissertação de mestrado, PPGSA-UFPA, 2016.

LAMARAO, Maria Luiza Nobre. **Juventude e participação: jovens na gestão compartilhada da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, em Bragança.Pará.** Tese de doutorado, PPGSA-UFPA, 2016.

MELUCCI, Alberto. A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.

MATTEDI, Marcos A. Dilemas da abordagem sociológica da problemática ambiental: considerações epistemológica, metodológica e normativa sobre a guinada ambiental na sociologia. In: XXIV Congresso Latino-americano de Sociologia, **Anais...** Arequipa, 2003.

MMA, Ministério do Meio Ambiente. 2018. Programa Bolsa Verde. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/bolsa-verde/itemlist/category/74-bolsa-verde>. 15/04/2018.

Moreira, Carla Cilene Siqueira. **Entre a conservação ambiental e a transferência de renda: o Programa Bolsa Verde em uma Resex marinha na Amazônia.** Dissertação de Mestrado, PPGSA-UFPA, 2017.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais / Projetos globais: colonialidade, saberessubalternos e pensamento liminar.** Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora daUFMG, 2003.

MANESCHY, Maria Cristina; KLOVDAHL, Alden. **Redes de associações de grupos camponeses na Amazônia Oriental (Brasil): fontes de capital social?**.REDES Revista hispana para el análisis de redes sociales, Vol. 12,#4, Junio 2007.

MANESCHY, Maria; **Ajuruteua, uma comunidade pesqueira ameaçada.** Belém: EDUFPA, 1993.

MARIN, Tany Ingrid Sagredo. **Manejo Florestal Comunitário em Unidades de Conservação na Amazônia: uma avaliação de impactos na Resex Verde para Sempre – PA e na RDS Rio Negro - AM.** Dissertação de mestrado, NAEA-UFPA, 2014.

OLIVEIRA, Marcelo do Vale. **Trabalho e territorialidade no extrativismo de caranguejos em Pontinha de Bacuriteua, Bragança-Pará**. Dissertação de mestrado, PPGBA-UFPA, 2012.

OLIVEIRA, Angela Maria Santos. **Subsídios à gestão da Reserva Extrativista Marinha de Soure-Marajó-Pará: uma análise dos problemas e conflitos socioambientais**. Dissertação de mestrado, NUMA-UFPA, 2012.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. **A Conferência do Rio de Janeiro – 1992 (Eco- 92): Reflexões sobre a Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável**. ENANPPAS, 2012.

RIBEIRO, Tânia G. **A Participação no Desenvolvimento: o discurso das políticas públicas para a Amazônia**. Revista Pós Ciências Sociais, v. 9, p. 117-136, 2012.

RIBEIRO, Tânia G. **A configuração dos conflitos socioambientais na implantação dos instrumentos de gestão numa reserva extrativista marinha**. Anais do XVII Congresso Brasileiro de Sociologia - SBS, 2015.

RIBEIRO, Tânia G. **limites e desafios da participação em processos decisórios numa Unidade de Conservação: Territórios, Mobilizações e conservação socioambiental** / Maria José da Silva Aquino Teisserenc, Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior, Neide Esterci, Organizadores.- São Luís: EDUFMA, 2016.

PORTO GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

PEROTE, Suelen Maria Oliveira. **Estrutura populacional da floresta de mangue e do caranguejo-uçá, *ucides cordatus* (linnaeus, 1763), na Reserva Extrativista marinha “mãe grande” de Curuçá, Curuçá-PA. Bragança-PA**. Dissertação de Mestrado, PPGBA-UFPA, 2010.

PERES, Ariadne da Costa. **Estudo antropológico de uma comunidade na abrangência da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu (Bragança- PABRASIL)**, Belém, PA, 2011. Tese em Antropologia, Universidade Federal do Pará.

POTIGUAR JÚNIOR, Petrônio Lauro Teixeira. **Caminhos e (des)caminhos do Associativismo entre os “Povos das Águas”:**

Associação Beneficente dos Pescadores de Marudá/PA.
Dissertação de mestrado, NEAF-UFPA, 2008.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** Em: Lander, E. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.* Buenos Aires, CLACSO. 2005.

SIMMEL, Georg, **O conflito como sociação**, 1983.

SANT'ANNA, Renata de. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação: reflexões antropológicas sobre a elaboração de uma lei ambiental.** Rio de Janeiro: UFRJ/PPGSA, 2003.

SILVA JUNIOR, Sebastião Rodrigues da. **A pesca artesanal e o fundo constitucional do Norte: um estudo sobre o financiamento concedido aos pescadores artesanais da região bragantina.** Dissertação (Mestrado em Ecologia de Ecossistemas Costeiros e Estuarinos) – Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Bragança, Programa de Pós-Graduação em Biologia Ambiental Bragança, 2008.

SILVA JUNIOR, Sebastião Rodrigues da. **Participação e relações de poder no Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha de Caeté- Taperaçú, Bragança-PA. Belém, PA, 2013.** Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Pará.

SILVA JUNIOR, Sebastião Rodrigues da; SIQUEIRA, Deis; MANESCHY, Maria Cristina; RIBEIRO, Tânia Guimarães. **Conservação dos recursos naturais, práticas participativas e institucionalização: Reserva Extrativista de Caeté- Taperaçú/Amazônia Brasileira.** Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. [En línea]. Barcelona: Universidade de Barcelona, 20 de mayo de 2014, vol. XVIII, nº 477.

SANTOS, Suziane Palmeira dos. **Resex-mar de São Caetano de Odivelas/PA: uma etnografia dos conflitos socioambientais.** Dissertação de mestrado, PPGSA UFPA, 2016.

SILVA, Ana Patrícia Reis da. **Saber fazer e poder fazer a construção social e política da Resex Caeté-Taperaçú.** Dissertação de mestrado, PPGLSA- UFPA, 2013.

SILVA, Talita Ingrid; RIBEIRO, Tânia Guimarães. **Dimensões de um conflito socioambiental em foco: a cogestão na Resex caete**

taperuçu, Bragança PA. Anais do seminário América Internacional Latina, sialat, 2017.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: Uma revisão da literatura.** Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

TEISSERENC, Pierre. **Ambientalização e Territorialização: situando o debate no contexto da Amazônia brasileira.** Revista Antropolítica, Niterói, n. 29, p. 153-179, 2º Sem. 2010.

TEISSERENC, Pierre; TEISSERENC, M. J. S. **Território de ação local e de desenvolvimento sustentável: efeitos da reivindicação socioambiental nas ciências sociais.** Sociologia & Antropologia, v. 04, p. 97-125, 2014.

TATAGIBA Luciana. **Conselhos Gestores de Políticas Públicas e Democracia Participativa: aprofundando o debate.** 2004.

THOMAS, K. **O homem e o mundo natural.** São Paulo: Companhia das Letras, p. 44-6, 1988.

ZHOURI A.; LASCHEFSKI, K. **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais: Um Novo Campo de Investigação.**In: Zhouri, A.; Laschefski, K. (org.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 11-34.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória?** *Cad. CRH* [online]. 2008, vol.21, n.54, pp.505-517.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva.** Brasília: Editora UNB, 2012.

KASANOSKI, Daniesse S. **Bolsa Verde: Benefício Social e incentivo à conservação ambiental?** Dissertação de mestrado, CDS-UNB, 2016.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. **Sobre associativismo, Desigualdades e democracia.** Revista brasileira de ciências sociais - vol. 18 nº 53, 2003.

KUNRATH, Marcelo Silva. **Sociedade civil e construção democrática: de maniqueísmo essencialista à abordagem**

relacional. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 156-179.

KAHWAGE, Claudia. **Organização Política De Camponeses Em São Felix DoXingu, Pará- Estratégias Identidades E Associações.** Dissertação de mestrado, NEAFUFPA, 2002.

7. APENDICE

APENDICE A

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARÁ INSTITUTO DE FILOSOFIA E
CIÊNCIAS HUMANAS PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
E SOCIOLOGIA

Questões para moradores da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-
Taperaçu/PA.

I - Caracterização dos moradores

Idade_

Sexo_

Escolaridade (formação)_____

Qual Ocupação exerce:_____

Local de residência (cidade - bairro ou comunidade)_____

Local de origem:

II - Participação nas organizações

Que tipo de organização já participou?

- Associação Grupo Jovem Partido Político Sindicato
Comitê Local Conselho
Grupo comunitário Outro

Que tipo de organização participa?

- Associação Grupo Jovem Partido Político Sindicato
Comitê Local Conselho Grupo comunitario Outro

O que o levou a participar desta organização?

Quais os meios que você utiliza para participar? (reunião, encontro, etc.)

III - Resex Caeté-Taperaçu

Você sabe o que significa a reserva extrativista marinha Caeté-Taperaçu?

Você mora dentro ou fora dos limites da Resex? Há diferença?

Como você define sua participação na Reserva?

3.4. Para você, quais os principais problemas enfrentados na Resex Caeté-Taperaçu?

3.5. Quais as principais contribuições na sua vida proporcionadas pela Resex Caeté- Taperaçu?

IV - Sobre o uso dos recursos na RESEX

4.1 Para você, quais são as principais dificuldades (conflitos) para que as pessoas possam ter acesso aos recursos garantidos pela resex (recursos naturais/ recursos das politica)?

4.2. Quem ajuda a resolver ou amenizar essas dificuldades (conflitos)?

V - ASSUREMACATA

5.1 Você conhece a ASSUREMACATA? (S – desde quando? o que você sabe sobre as atividades que ela faz?)

Você é associado?

Ela desenvolve alguma atividade na sua comunidade?

(S:qual?N:vocêachaqueela pode contribuir para algo na sua comunidade?)

Como vc descreveria o percurso da gestão dos presidentes da Assuremacata?

O que o senhor acha, quais os problemas foram resolvidos pela ASSUREMACATA, quais os que ficaram sem resolver?

5.6. Que notícias/informações o senhor tem sobre a ASSUREMACATA hoje?

VI - Sobre os conflitos em torno das políticas públicas

O senhor recebe alguma das políticas públicas direcionadas pela Resex?

Como o senhor ficou sabendo das políticas e como recebeu (critérios)?

O senhor sabe quais pólos/comunidades receberam mais essas políticas?

Para você, quais são os principais problemas (conflitos) envolvendo a ASSUREMACATA?

Como a ASSUREMACATA atua diante desses problemas (conflitos)?

Há problemas na distribuição

Bolsa verde?

Casas do Incra?

Créditos

de

fomento?

Como a ASSUREMACATA se posiciona diante desses problemas (conflitos) de distribuição dos recursos materiais?

Você acha que a atuação da ASSUREMACATA impede/dificulta a sua participação (presença) nas atividades ligadas a associação? Isso dificulta que as pessoas se associem e participem das reuniões; das ações; da relação com o presidente?

Quem o senhor acha que tem ajudado a ASSUREMACATA a desenvolver suas atividades na Resex?

Quem o senhor acha que atrapalha o trabalho da ASSUREMACATA?

Você acha que a ASSUREMACATA defende os interesses da população tradicional frente as outras instituições?

VII - A ASSUREMACATA e o futuro da Resex

O senhor acha que a ASSUREMACATA pode contribuir para manter e garantir os direitos dos moradores e usuários da Resex?

quais ações a ASSUREMACATA deveria desenvolver para o futuro da Resex?

Na sua opinião os benefícios sociais (casa, fomento e bolsa verde) ajudam na consolidação da Resex? O que essas políticas modificaram na Resex?

O senhor conhece algum projeto ou ação que a ASSUREMACATA esteja realizando atualmente? O senhor participa de algum?

APENDICE B

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARÁ INSTITUTO DE FILOSOFIA E
CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA

Questões para representantes da Associação dos Usuários da
Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu/PA

I - Caracterização dos Gestores

Idade_

Sexo_

Escolaridade (formação)_____

Ocupação:_____

1.5 Tempo que está na associação_____

Qual a função dentro da associação:

Local de residência (bairro ou comunidade)_____

Naturalidade:_____

(Se não for bragantino, perguntar):

Qual sua cidade de origem?

Por que você veio para Bragança/resex?

Descreva sua chegada em Bragança

II - Resex Caeté-Taperaçu

2.1 Como você define sua participação na Reserva?

Para você, quais os principais problemas enfrentados na Resex Caeté-Taperaçu?

Quais as principais contribuições proporcionadas pela Resex Caeté-Taperaçu?

2.4 O senhor sabe quantas associações existem na Resex?

Sobre a gestão da Associação

O que o levou a participar da ASSUREMACATA?

Como foi a eleição da sua chapa?

3.3. Quanto tempo tem de mandato?

Qual a principal dificuldade na gestão da Associação?

O principal ponto positivo na gestão da Associação

Conflitos mais presentes na gestão da Associação

Como a assuremacata atua para resolver ou amenizar esses conflitos? E quem ajuda a associação na resolução desses conflitos?

Nos dois últimos anos, cite três exemplos de conflitos marcantes e como foram resolvidos (quem foram os atores – pessoas, entidades - mais significativos que atuaram nesse processo).

3.9 Instrumentos de gestão implementados na sua gestão – dificuldades e avanços

3.10. Qual o significado da gestão coparticipativa no espaço da ResexCaeté-Taperaçu

3.11 Como é a relação com os gestores municipais (prefeitos, secretários e outros)? Com as mudanças na prefeitura, houve mudanças na relação com a associação/reserva?

Há conflitos em torno da distribuição das políticas públicas

Bolsas verde – o que é e objetivos?

Casa do Incra

Créditos de fomento

Como a ASSUREMACATA atua diante desses conflitos.

O senhor poderia me informar qual pólo ou comunidade receberam mais esses recursos?

Qual o período de maior distribuição desses benefícios para as comunidades?

Sobre a ASSUREMACATA

Qual a sua avaliação sobre a experiência de participar da ASSUREMACATA?

Caracterizar o processo de negociação das decisões na ASSUREMACATA. Consensual ou conflituoso? e com outros atores?

Atividades da ASSUREMACATA vêm contribuindo para melhorar o grau de cooperação/articulação da Resex.

As organizações/associações existentes costumam se articular para desenvolver algum tipo de trabalho em conjunto, a favor da comunidade? Se não, em sua opinião, quais seriam os empecilhos?

Como você considera a participação da ASSUREMACATA no Conselho Deliberativo?

Há conflitos entre ASSUREMACATA e ICMBIO?

Você vê diferenças entre a gestão anterior do ICMBIO e a atual? Se sim, quais?

A ASSUREMACATA e o futuro da Resex

O senhor acha que a ASSUREMACATA pode contribuir para manter e garantir os direitos dos moradores e usuários da Resex?

O senhor sabe alguma coisa sobre o direito de posse da terra (CCDRU)?

quais as ações a ASSUREMACATA deveria desenvolver para manter e garantir a existência da Resex?

Na sua opinião os benefícios sociais (casa, fomento e bolsa verde) ajudamna consolidação da Resex? Quais os impactos dessas políticas na sua vida e na dos moradores da resex?

O senhor poderia citar algum projeto ou ação que a ASSUREMACATA esteja realizando atualmente?